

RELATÓRIO E CONTAS

2013

MAPFRE SEGUROS DE VIDA, S.A.

A seguradora global de confiança

Índice

1. ÓRGÃOS SOCIAIS	03
2. RELATÓRIO DE GESTÃO	06
3. CONTAS ANUAIS 2013	21
4. NOTAS AO BALANÇO E CONTA DE GANHOS E PERDAS	30
5. CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS E RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL	117

1

ÓRGÃOS SOCIAIS



CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

ANTÓNIO MANUEL CARDOSO BELO	PRESIDENTE
VÍTOR MANUEL DA SILVA REIS	VICE-PRESIDENTE
PEDRO RIBEIRO E SILVA	SECRETÁRIO
MARIA DE LURDES PÓVOAS	VOGAL

MESA DA ASSEMBLEIA GERAL

PEDRO DE MACEDO COUTINHO DE ALMEIDA	PRESIDENTE
PEDRO RIBEIRO E SILVA	SECRETÁRIO

CONSELHO FISCAL

JOSÉ VIEIRA BERNARDO	PRESIDENTE
FERNANDO VASSALO NAMORADO ROSA	VOGAIS
FILIPE QUINTAS DE OLIVEIRA DA PALMA-CARLOS	
JOSÉ EMÍLIO CORDEIRO FERNANDES	SUPLENTE

SOCIEDADE REVISORA OFICIAL DE CONTAS

RICARDO FILIPE DE FRIAS PINHEIRO	REPRESENTANTE DA ERNST & YOUNG AUDIT & ASSOCIADOS – SROC, S.A.
----------------------------------	--

2

RELATÓRIO DE GESTÃO



1. ENQUADRAMENTO ECONÓMICO

O apuramento definitivo dos dados relativos à evolução do PIB deverá revelar uma taxa de crescimento negativo em torno de 1,5%, arrastando a quebra acumulada dos últimos três anos para próximo dos 6%.

Esta evolução aparece associada a uma recomposição das suas componentes, com o peso das exportações a aumentar e o do consumo privado a descer significativamente, neste caso como consequência natural do incremento da tributação direta que impactou bastante no rendimento disponível, ainda que o ritmo de queda tenha abrandado no ano 2013.

Outro fator que contribuiu para a descida do PIB foi uma nova contração do consumo público, tal como seria de esperar, tendo em conta que um dos objetivos principais do processo de ajustamento imposto pelas dificuldades de financiamento do Estado e que ainda se encontra em curso é o de reduzir o défice das contas públicas.

Socialmente, a realidade voltou a ser adversa, pois os choques que a economia tem vindo a sofrer provocaram nova redução do emprego, embora também a um ritmo menor do que no ano anterior, sendo especialmente preocupantes o desemprego de longa duração e a taxa de desemprego jovem, que ronda os 37%.

Apesar de tudo, nem só de notícias negativas tem vivido a economia portuguesa. O efeito do aumento das exportações, aparentemente sustentado, em conjunto com a descida das importações, implicou uma substancial melhoria do saldo da balança comercial e contribuiu em larga escala para reduzir a dependência externa do país, com a balança de pagamentos a reforçar o excedente que já tinha apresentado em 2012, algo que não se verificava há duas décadas e se começa a assumir como uma característica importante do processo de ajustamento.

Devido à referenciada fraca dinâmica do consumo interno, tanto público como privado, a taxa de inflação situou-se num nível residual (0,5%) e esbateu em 2013 os efeitos do aumento de tributação que se verificaram nos dois anos anteriores.

Por sua vez, os mercados financeiros revelaram uma certa acalmia, com os índices bolsistas a situarem-se consistentemente em terreno positivo e a taxa de juro da dívida pública da zona euro a estabilizar em torno dos 3%.

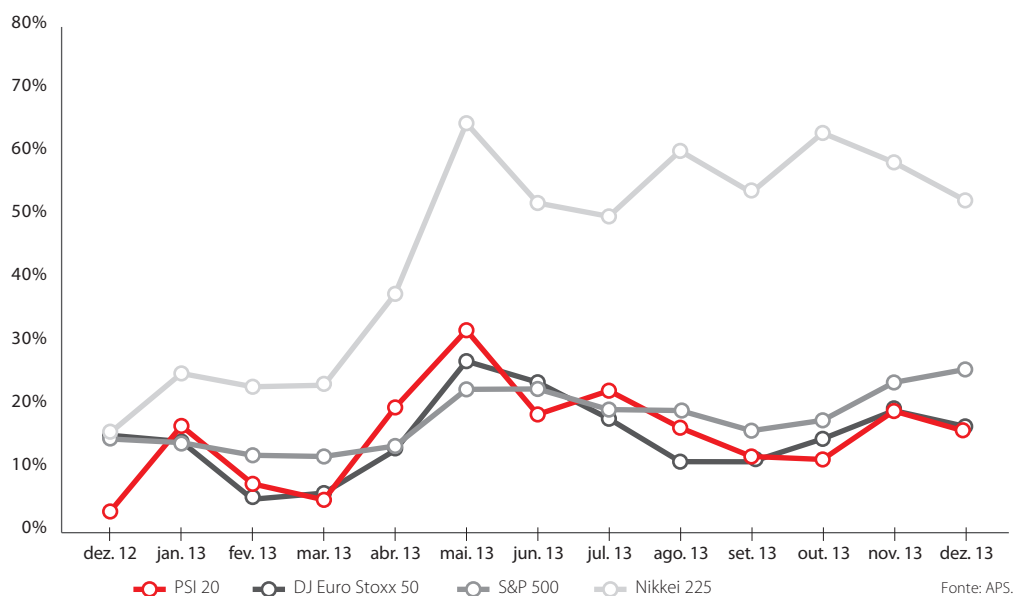
No caso concreto de Portugal, a crise política ocorrida no verão parece ter levado os títulos de dívida a observar um comportamento um pouco divergente, com as obrigações do tesouro a dez anos a enfrentar uma resistência à descida em torno do patamar dos 6%, aparentemente ultrapassada nas primeiras semanas de 2014, possibilitando, inclusive, duas emissões bem sucedidas de dívida, uma com o prazo de cinco anos e outra a dez anos.

Não obstante, as condições de financiamento da economia real ainda se encontram bastante penalizadas pelo risco país, incorporando um *spread* face à Euribor de praticamente o dobro do dos restantes países da área do euro, facto que prejudica de sobremaneira a competitividade.

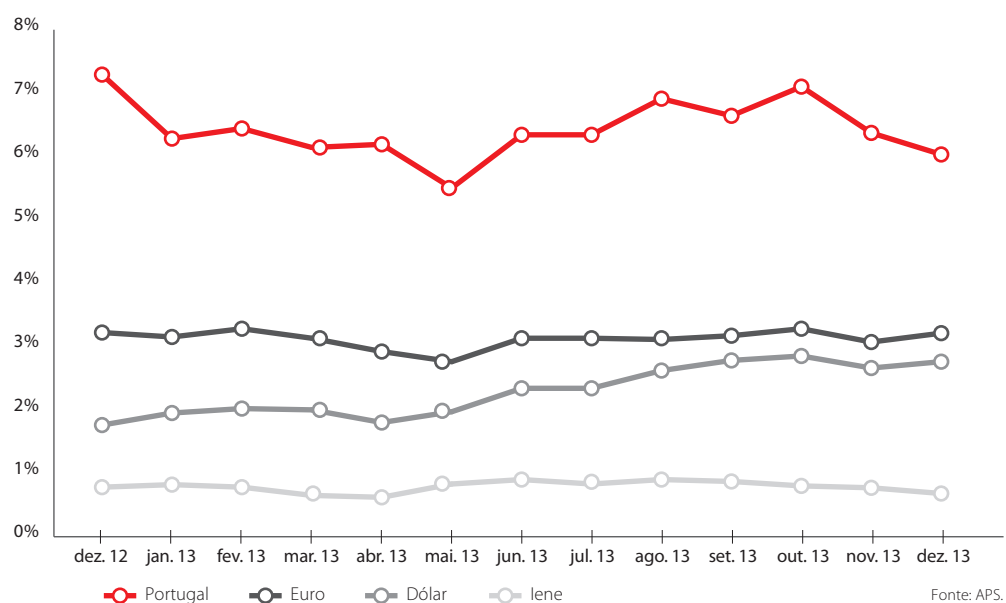
Nos próximos anos, de acordo com as projeções do Banco de Portugal, a economia tenderá a evoluir mais favoravelmente, com o PIB a registar taxas de variação positivas, sustentadas na solidez do comportamento das exportações e também na melhoria da procura interna, esta última derivada do esperado incremento do investimento empresarial e de uma evolução salarial em linha com o crescimento da produtividade.

Porém, sem colocar em causa a valia destas perspetivas mais animadoras, uma vez que não é possível corrigir tão rapidamente quanto o desejável uma série de desequilíbrios estruturais acumulados ao longo de várias décadas, identificam-se ainda algumas ameaças ao desempenho da economia, nomeadamente as que se encontram associadas à consecução da estratégia de consolidação orçamental e à possibilidade de regresso do Estado aos mercados de dívida em condições estáveis, as quais constituem razões suficientes para se considerar que o processo de ajustamento ainda está longe de terminado, continuando, por isso, a ser bastante exigente para todos os atores do tecido económico, tanto públicos como privados.

Evolução dos índices bolsistas (dez. 2012 a dez. 2013)



Evolução das taxas médias da dívida pública a 10 anos (dez. 2012 a dez. 2013)



Indicadores económicos	2009	2010	2011	2012	2013	2014
PIB	-2,5	1,3	-1,6	-3,2	-1,5	0,8
Consumo privado	-1,1	2,2	-3,6	-5,5	-2,0	0,1
Consumo público	3,7	1,8	-3,2	-4,5	-1,5	-2,8
Investimento	-11,2	-5,0	-11,2	-14,4	-8,4	1,2
Exportações	-11,6	8,8	7,3	4,1	5,9	5,0
Importações	-10,6	5,2	-4,3	-6,9	2,7	2,5
Taxa de desemprego	9,5	10,8	12,7	15,7	17,4	17,7
Índice de preços no consumidor	-0,9	1,4	3,6	2,8	0,5	1,0
Défice contas públicas	10,1	9,1	5,9	5,0	5,5	4,0
Taxa juro Euribor 6 meses	0,996	1,251	1,638	0,324	0,389	n.d.

Fontes: Banco Portugal, INE, Ministério das Finanças.

Dados de 2013 e 2014 são estimativas.

Dados em percentagem.

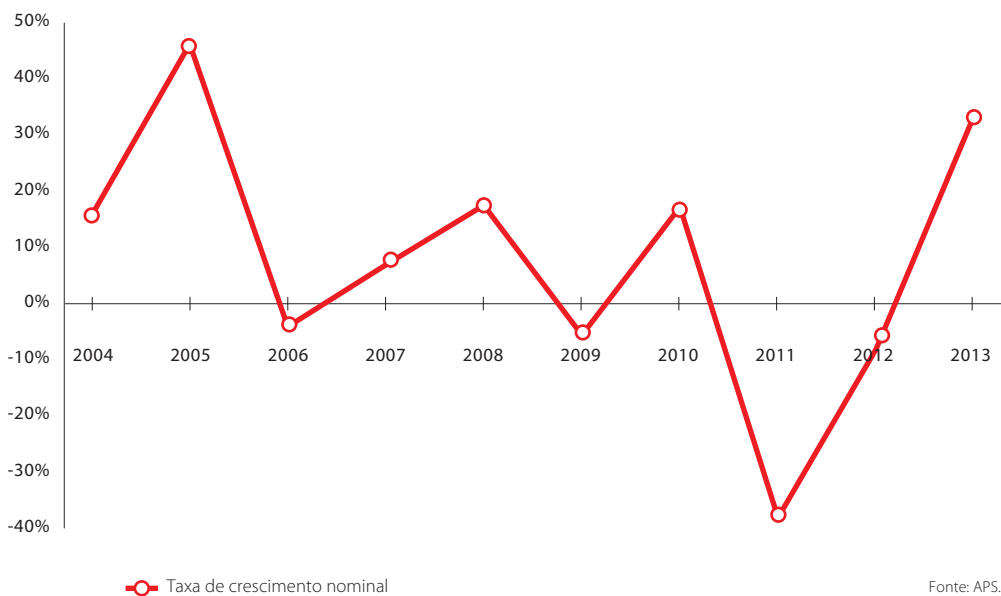
2. EVOLUÇÃO DO MERCADO SEGURADOR

2.1. VENDAS

Em termos de vendas, o ano 2013 fica marcado por um retorno ao crescimento, que atingiu os 20% em termos nominais, após dois anos consecutivos de sentido negativo.

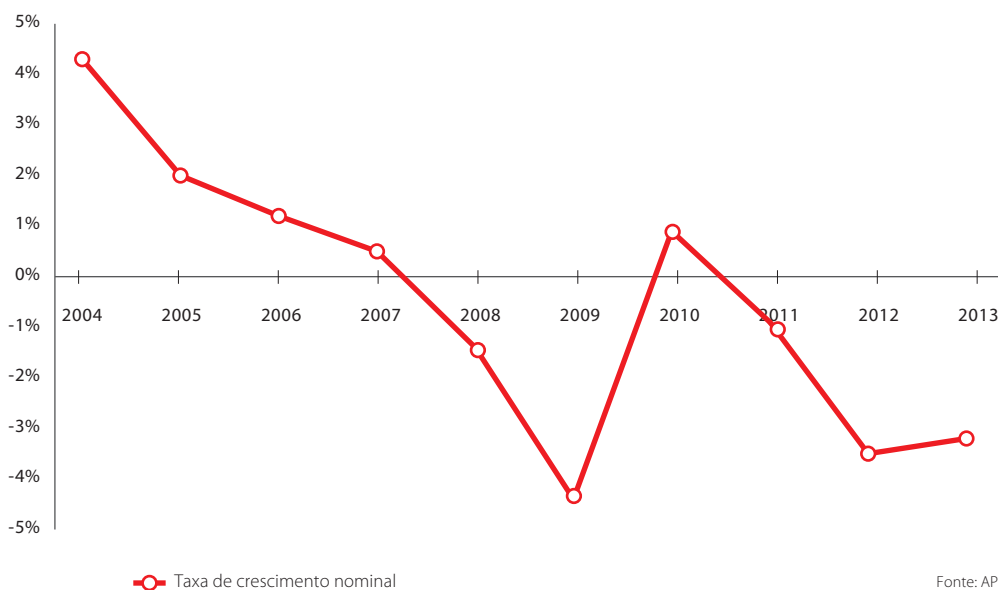
Este desempenho deriva do forte crescimento do segmento Vida (33,5%), especificamente da componente de poupança e na qual se destacaram os PPR (Planos Poupança Reforma). Tal poderá estar relacionado com uma maior sensibilização da generalidade da população para a necessidade de incrementar as suas poupanças, associada ao facto deste tipo de produtos, na sua maioria, apresentarem capital e rendimento garantido, fatores certamente bastante valorizados em conjunturas de maior incerteza como as que temos vindo a viver. Não obstante, esta aparente explicação carece de ser confirmada no futuro, atendendo a que o segmento Vida apresenta, historicamente, uma evolução muito volátil das vendas, derivada, nomeadamente, da estratégia de distribuição dos grupos bancários em que se encontram inseridas as seguradoras com maior quota de mercado.

Evolução das vendas do ramo Vida



No caso do segmento Não Vida, voltou a verificar-se um decréscimo, na ordem dos 3,2%, para o qual contribuíram especialmente os ramos de Acidentes de Trabalho e Automóvel, com crescimentos negativos de 8,0% e 5,3%, respetivamente, na senda do que já tinha acontecido no ano anterior e talvez como consequência do efeito conjunto da recessão económica e da forte competição entre operadores que impulsiona as tarifas no sentido da descida. Pela positiva, além do pequeno incremento de 1,5% no ramo de Multiriscos Habitação, há que referenciar o comportamento consistente do ramo de Doença que voltou a apresentar um crescimento, este ano de 3,2%.

Evolução das vendas dos ramos Não Vida

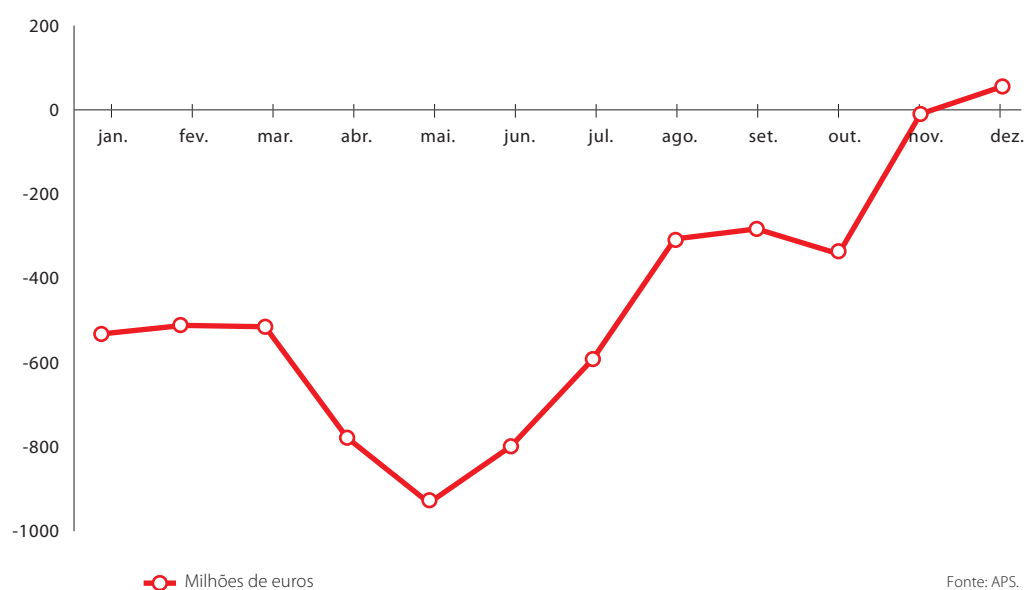


2.2. FLUXO TÉCNICO DO RAMO VIDA

O fluxo técnico do ramo Vida, obtido a partir da diferença entre as entradas derivadas das vendas e as saídas decorrentes dos resgates, vencimentos e pagamentos de sinistros, após dois anos negativos, consequência de igual período de decréscimo de vendas e aumento dos resgates, fica marcado no ano 2013 pelo regresso a terreno positivo, ainda que ligeiro, especialmente influenciado pela recuperação conseguida no segundo semestre.

Ainda assim, contrastando o resultado relativamente modesto deste indicador com o crescimento importante das vendas, conclui-se que o efeito real deste último foi muito menor do que aquele que se poderia esperar, devido ao facto do volume de resgates se ter mantido elevado.

Evolução do fluxo técnico acumulado do ramo Vida (jan. 2013 a dez. 2013)

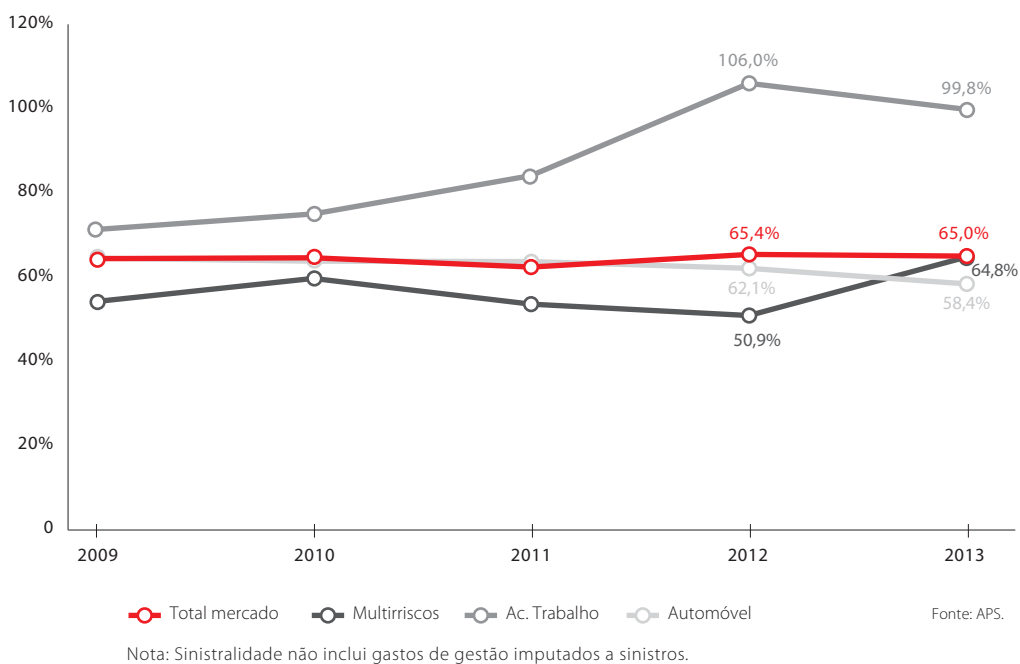


2.3. SINISTRALIDADE NÃO VIDA

No que respeita à evolução da sinistralidade de Não Vida, segundo os dados da APS disponíveis à data, podemos afirmar que se manteve globalmente estável, em torno dos 65%.

O detalhe dos ramos que constituem a maioria da carteira revela porém um comportamento não uniforme entre eles. Assim, assistiu-se a uma subida bastante significativa nos Multiriscos, certamente por influência das tempestades ocorridas no início do ano e que deram origem ao evento que acarretou maiores custos na história seguradora em Portugal. Por sua vez, no ramo Automóvel deu-se uma melhoria, consequência da redução da circulação fruto do abrandamento da economia, enquanto em Acidentes de Trabalho, pese embora a descida de praticamente 6 pontos percentuais, a sinistralidade continua a situar-se a um nível extremamente preocupante e revelador de um défice de exploração que se começa a tornar crónico e que urge inverter sob pena da insustentabilidade do ramo.

Evolução da taxa de sinistralidade Não Vida (s/ prémios emitidos)



2.4. INVESTIMENTOS

De acordo com os dados disponíveis no final de setembro, a estrutura de investimentos do setor segurador terá continuado a manter a preponderância dos títulos de rendimento fixo, os quais representam mais de 2/3 da globalidade da carteira. Porém, verificou-se um reforço da componente de dívida pública, incluindo obrigações de dívida portuguesa, estimando-se que o investimento nesta última tenha aumentado cerca de 20%. É de supor que este movimento seja reflexo de uma melhoria das expectativas em relação a este tipo de ativos, fruto da acalmia dos mercados que nos anos mais recentes tinham sido especialmente fustigados.

A melhoria das condições dos mercados financeiros, em especial os das dívidas soberanas, terá também contribuído para consolidar o reforço dos capitais próprios e dos níveis de solvência da generalidade das seguradoras, movimento este que se já se tinha começado a verificar no último trimestre do ano anterior.

2.5. RESULTADOS

Não sendo ainda conhecidos os resultados de fecho do ano da globalidade do mercado, existe a expectativa generalizada de que os mesmos podem ser melhores que os do ano anterior, tendo por base as cifras conhecidas no final do primeiro semestre, data em que o resultado líquido apurado, apesar de influenciado negativamente pelos custos decorrentes das tempestades dos primeiros dias do ano, ascendia a 464 milhões de euros.

A fatia mais significativa cabia ao segmento Vida devido a dois fatores principais: por um lado, a existência de uma operação especial de cedência da carteira do ramo Vida risco de uma seguradora que, só por si, era responsável por cerca de 1/3 daquele valor e, por outro, o facto de uma contribuição importante para os resultados advir do contexto mais favorável dos mercados de capitais que, naturalmente, o favorece mais, dado a estrutura da sua carteira assentar muito em produtos de cariz financeiro.



3. ATIVIDADE DA MAPFRE SEGUROS DE VIDA

Neste capítulo, pretendemos apenas referenciar os aspetos mais relevantes da vasta atividade desenvolvida ao longo do ano 2013, remetendo uma visão mais exaustiva e pormenorizada para as Notas ao Balanço e Contas de Ganhos e Perdas, as quais fazem parte do dossier global de contas do exercício onde se inclui este Relatório de Gestão.

3.1. MODELO DE GOVERNO

Face às exigências legais impostas pelas alterações operadas em 2006 ao Código das Sociedades Comerciais e tendo em conta a dimensão da Seguradora, os modernos princípios e recomendações sobre transparência e eficiência do governo societário contidos, nomeadamente, nas alterações recentes ao Código das Sociedades Comerciais, através do Decreto-Lei n.º 185/2009, de 12 de agosto, do Decreto-Lei n.º 2/2009, de 5 de janeiro, da Norma Regulamentar n.º 5/2010 de 1 de abril e da Circular n.º 5/2009, de 19 de fevereiro, ambas do Instituto de Seguros de Portugal, a estrutura de administração e fiscalização da MAPFRE Seguros de Vida compreende os seguintes órgãos:

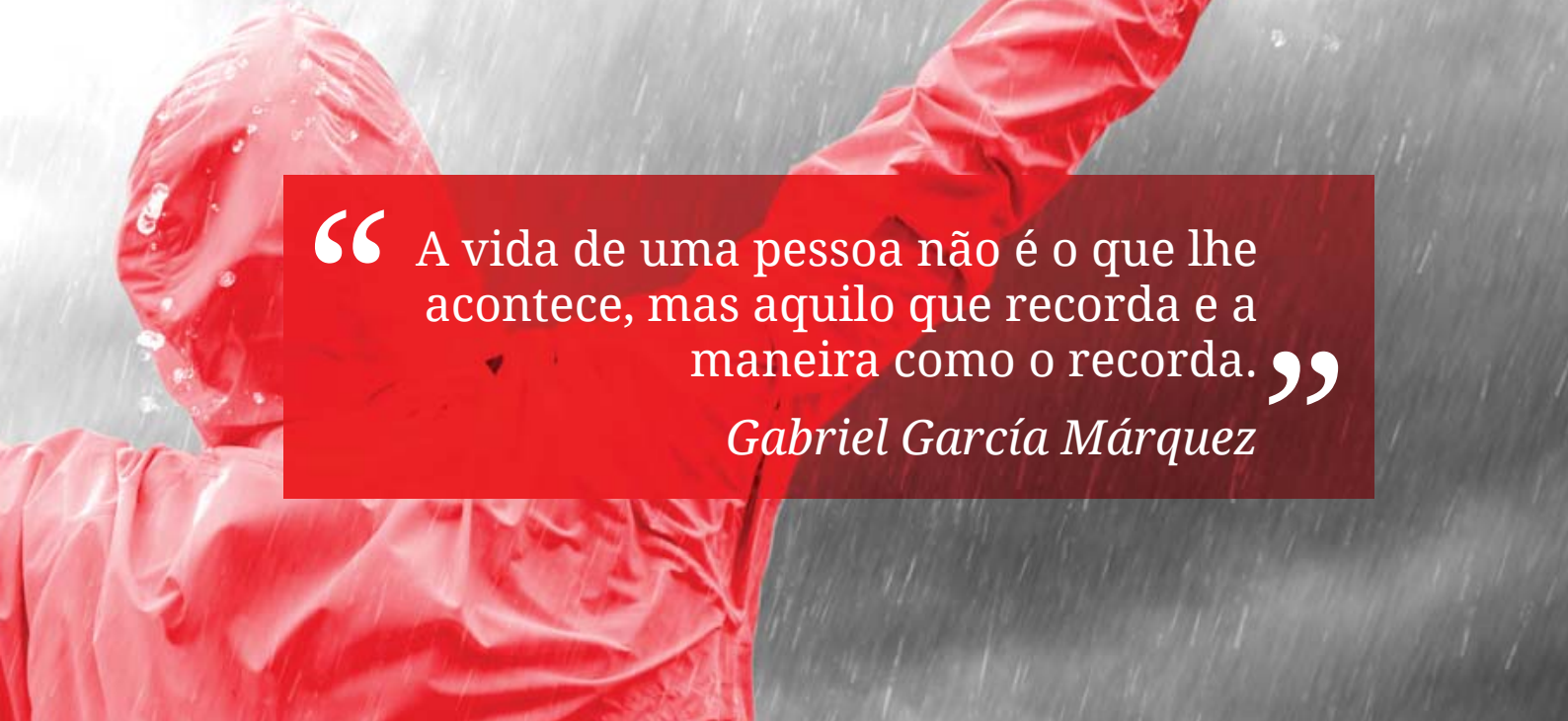
- Assembleia Geral – cuja mesa é composta por um Presidente e um Secretário;
- Conselho de Administração – composto por quatro a dez membros eleitos pela Assembleia Geral para mandatos de quatro anos, renováveis, que designa o seu Presidente e um Vice-Presidente;
- Conselho Fiscal – composto por três membros efetivos, um dos quais é o Presidente, e um Suplente,

sendo que pelo menos um dos membros efetivos deverá possuir um curso superior adequado ao exercício das suas funções, ter conhecimentos em auditoria ou contabilidade e ser independente, nos termos definidos no Código das Sociedades Comerciais;

- Revisor Oficial de Contas – função confiada a uma sociedade de Revisores Oficiais de Contas, eleita pela Assembleia Geral sob proposta do Conselho Fiscal;
- As alterações aos estatutos são sujeitas à aprovação em Assembleia Geral sob proposta do Conselho de Administração.

De acordo com os estatutos da Sociedade, compete ao Conselho de Administração deliberar sobre qualquer assunto da administração da sociedade e nomeadamente:

- a) Cooptação de administradores;
- b) Pedido de convocação de assembleias gerais;
- c) Relatórios e contas anuais;
- d) Aquisição, alienação e oneração de bens imóveis;
- e) Prestação de cauções e garantias pessoais ou reais pela sociedade;
- f) Abertura ou encerramento de estabelecimentos ou de partes importantes destes;
- g) Extensões ou reduções importantes da atividade da sociedade;



“ A vida de uma pessoa não é o que lhe acontece, mas aquilo que lembra e a maneira como o lembra. ”

Gabriel García Márquez

- h) Modificações importantes na organização da sociedade;
- i) Estabelecimento ou cessação de cooperação duradoura e importante com outras empresas;
- j) Projetos de fusão, de cisão e de transformação da sociedade;
- k) Qualquer outro assunto sobre o qual algum administrador requeira deliberação do conselho.

O Conselho de Administração reúne obrigatoriamente uma vez por trimestre.

3.2. ESTRUTURA DE CAPITAL

O capital social da MAPFRE Seguros de Vida é de 21.000.000 euros constituído por 4.200.000 ações, no valor nominal de 5,00 euros, cada uma, integralmente detidas pela acionista MAPFRE Seguros Gerais, S.A.

3.3. POLÍTICA DE REMUNERAÇÃO DOS MEMBROS DOS ÓRGÃOS DE ADMINISTRAÇÃO E FISCALIZAÇÃO

A política de remuneração dos membros dos Conselhos de Administração das sociedades que conformam o Grupo MAPFRE é estabelecida pelo Conselho de Administração da MAPFRE, S.A., seguindo as propostas que lhe são efetuadas pelo Comité de Nomeações e Retribuições, órgão delegado daquele Conselho de Administração.

O Código de Bom Governo do Grupo MAPFRE, com data de 2008, prevê expressamente no seu Título II, 2, J) que o Conselho de Administração da MAPFRE S.A. deve submeter à Assembleia Geral, como ponto separado da ordem do dia, um relatório explicativo da política de remunerações.

Nos termos do relatório apresentado na Assembleia Geral da MAPFRE, S.A., de 3 de fevereiro de 2010, e atentas as especificidades dos órgãos de administração e de fiscalização da sociedade MAPFRE Seguros de Vida, S.A., cabe mencionar que os administradores executivos, quando auferem remunerações por via do desempenho em exclusivo dessas funções, auferem-nas nos termos em que as mesmas se encontram estabelecidas nos seus contratos, que incluem salário fixo, incentivos de quantia variável vinculados aos resultados e após apurados os resultados de exercício, seguros de vida e invalidez e outras compensações estabelecidas com caráter geral para o pessoal da entidade.

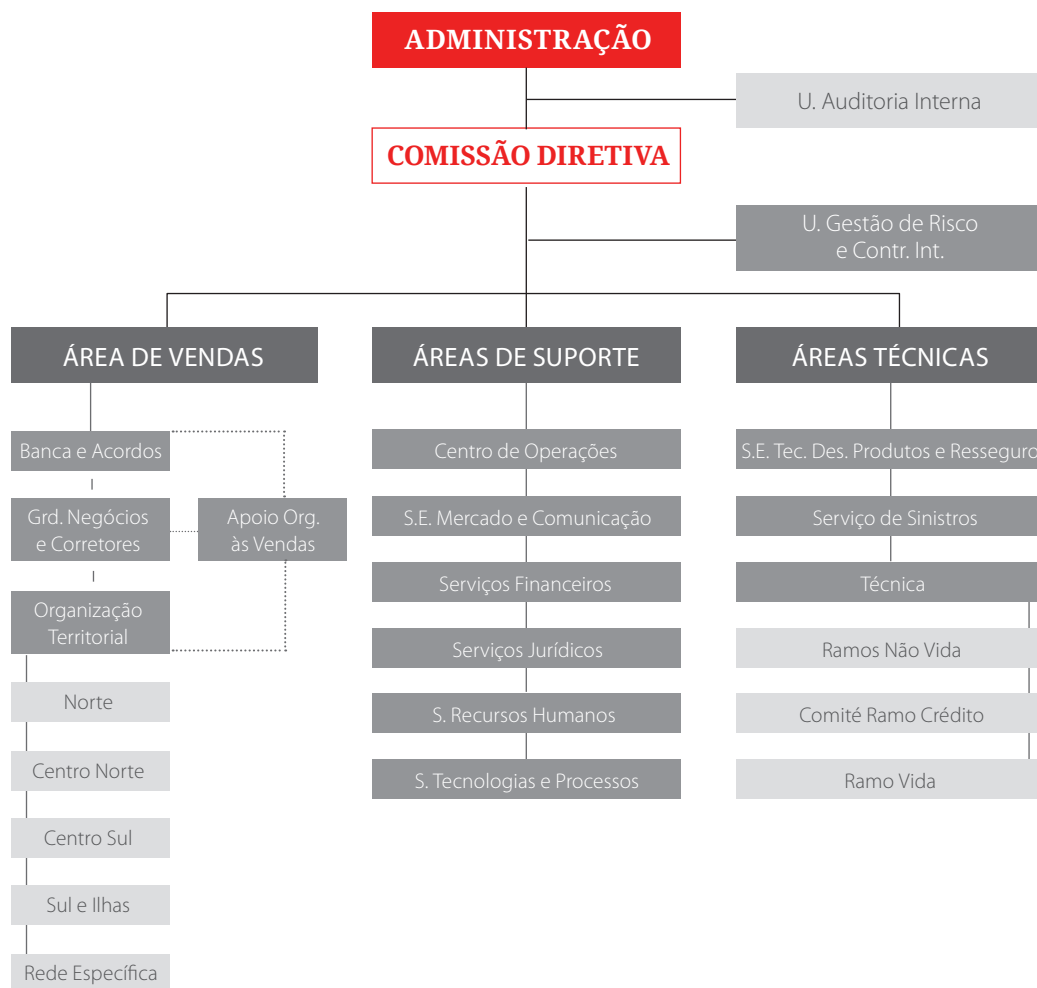
Por outro lado, no que concerne aos incentivos referenciados ao valor das ações, o Plano existente no Grupo MAPFRE não abrange os respetivos membros dos órgãos de administração enquanto possuidores dessa mesma qualidade.

Todavia, no Conselho de Administração da MAPFRE Seguros de Vida, S.A., dos quatro membros que o integram, excetuando o seu Presidente, que apenas auferem remuneração como Administrado-Delegado da MAPFRE Seguros Gerais, S.A., três são trabalhadores dependentes desta sociedade, não auferindo, por isso, quaisquer remunerações como membros de órgãos estatutários.

No Conselho Fiscal da MAPFRE Seguros de Vida, S.A., os respetivos membros, incluindo o suplente, apenas auferem uma remuneração única pelo desempenho dessas funções na sociedade MAPFRE Seguros Gerais, S.A., nos termos que se encontram estabelecidos nas Atas n.º 42, de 14 de março de 2008, da Assembleia Geral desta sociedade, e n.º 1, de 27 de outubro de 2009, da Assembleia Geral da MAPFRE Seguros de Vida, S.A., e que são divulgados, do mesmo modo, de acordo com as exigências legais.

3.4. ESTRUTURA OPERACIONAL

De há alguns anos a esta parte, na prossecução de uma estratégia de gestão integrada dos clientes e de obtenção de sinergias aos mais diversos níveis, a MAPFRE em Portugal explora os segmentos de negócio Vida e Não Vida através de uma estrutura operacional comum, organizada de acordo com o organigrama seguinte:



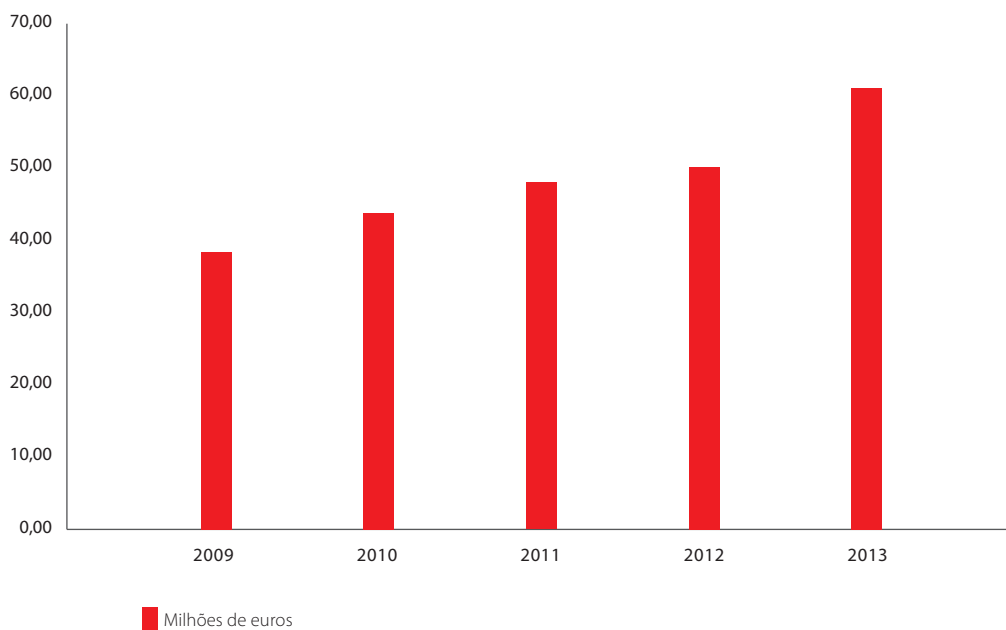
De forma a adequar a empresa aos objetivos definidos para os próximos anos, no último trimestre do ano definiu-se uma modificação da estrutura organizativa acima transcrita, para entrar em vigor no início do ano 2013, ajustando a Área de Vendas e as suas Zonas da Organização Territorial.

3.5. DADOS QUANTITATIVOS RELEVANTES

No que respeita às vendas, tem-se vindo a assistir a um crescimento continuado ao longo dos anos e 2013 não foi exceção, acentuado esse crescimento até aos 22%, alcançando um volume de 61,12 milhões de euros, especialmente suportado no segmento de PPR (Planos Poupança Reforma), aliás, em linha com a realidade vivida pela generalidade do mercado.

Também ao nível do número de apólices se verificou um desempenho assinalável, quer por via de um aumento do número de apólices de nova produção, como pela diminuição das anulações, resultando num aumento superior a 2.000 apólices vigentes em relação ao ano anterior.

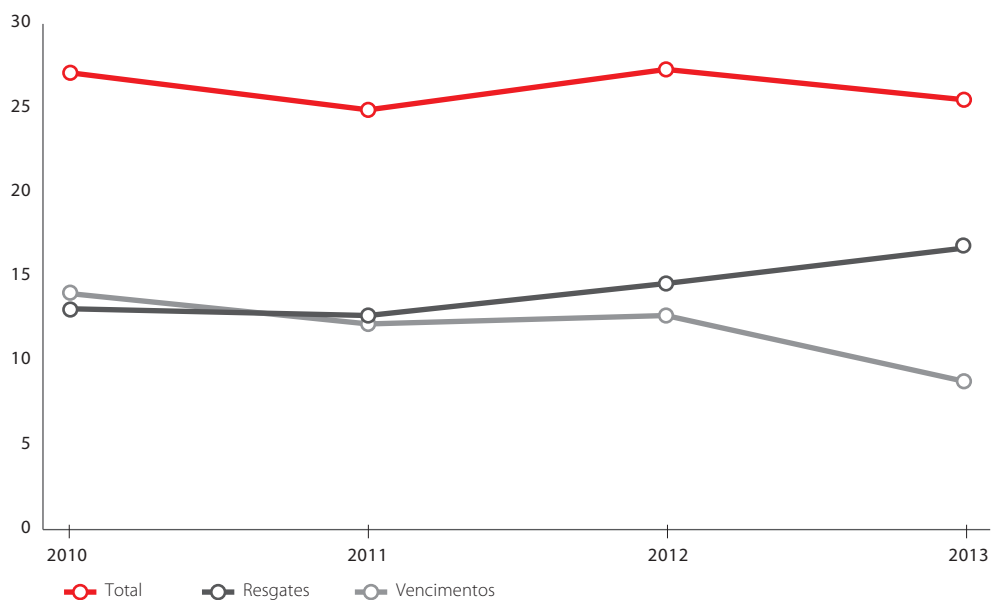
Volume de vendas Vida da MAPFRE



Em termos de sinistralidade por morte e invalidez dos produtos de risco observou-se uma melhoria de quase 4 pontos percentuais em relação ao ano anterior, situando-se nos 38,2% e previsivelmente em linha ou abaixo da média do mercado.

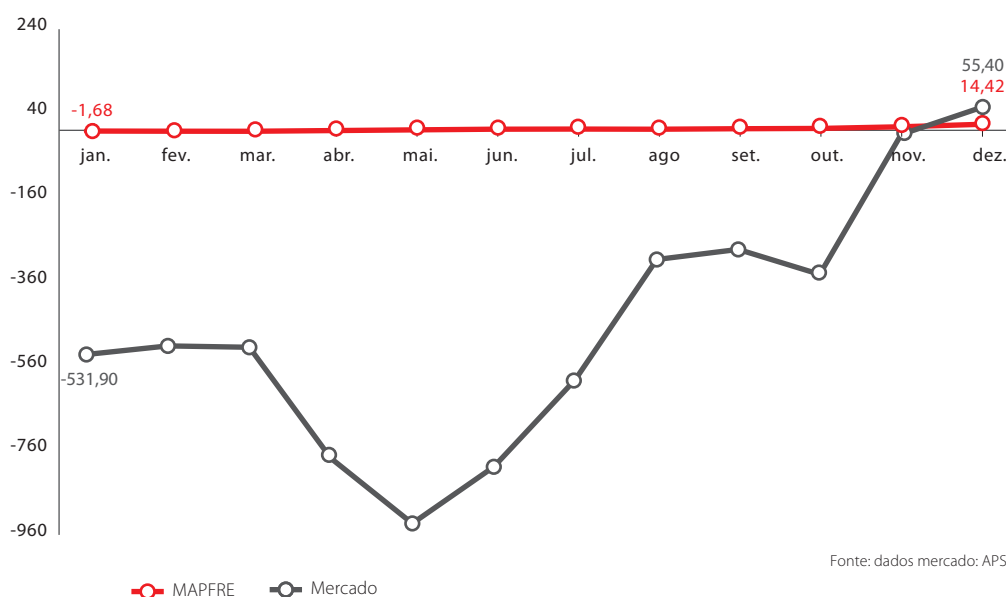
Quanto à percentagem de vencimentos e resgates em relação às provisões matemáticas, observou-se um comportamento oposto entre eles, com os primeiros a baixar e os segundos a aumentar, saldando-se o efeito global numa descida, regressando ao nível de há dois anos.

Evolução dos resgates e vencimentos (% sobre provisões matemáticas)



Face ao comportamento descrito das vendas e dos vencimentos e resgates, o fluxo técnico foi acentuando ao longo do ano a sua tendência positiva e compara muito favoravelmente com o mercado.

Fluxo técnico acumulado (jan. a dez. 2013) (milhões €)



Os gastos de gestão externa apresentaram uma evolução sensivelmente em linha com a dos prémios emitidos e os gastos de gestão interna, por sua vez, experimentaram uma ligeira subida, relacionada com o início de alguns investimentos enquadrados no ambicioso plano de negócio que será executado nos próximos anos. Não obstante, o rácio de gastos internos sobre provisões matemáticas manteve-se praticamente ao mesmo nível do ano anterior face ao incremento das provisões matemáticas derivado do crescimento das vendas.

Baseada numa política de investimentos estável e adequada às responsabilidades passivas assumidas perante os tomadores, a carteira de ativos manteve uma estrutura muito semelhante à dos anos anteriores, continuando a privilegiar a prudência e os títulos de rendimento fixo.

Estrutura da carteira de investimentos

Tipo de investimento	2009	2010	2011	2012	2013
Bens materiais	0%	0%	0%	0%	0%
Ações e fundos de investimento	8%	5%	4%	4%	3%
Títulos de rendimento fixo	91%	92%	94%	94%	95%
Depósitos a prazo	0%	0%	0%	0%	0%
Depósitos à ordem	1%	2%	2%	2%	2%
Total	100%	100%	100%	100%	100%

Embora a rentabilidade associada às ações e fundos de investimento tenha vindo a diminuir nos últimos anos, por razões compreensíveis relacionadas com a crise económica, a pequena exposição da carteira a esse tipo de ativos praticamente não teve impacto na taxa de rentabilidade global que se manteve igual à do ano anterior.

Rentabilidade da carteira de investimentos

Tipo de investimento	2009	2010	2011	2012	2013
Bens materiais	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Ações e fundos de investimento	3,1%	4,1%	4,7%	3,7%	2,4%
Títulos de rendimento fixo	4,2%	4,3%	4,7%	4,3%	4,3%
Depósitos a prazo	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Depósitos à ordem	0,6%	0,0%	0,6%	0,2%	0,0%
Total	4,4%	4,2%	4,6%	4,2%	4,2%

Nota: Taxa anualizada, calculada em função do investimento médio sem incluir valias realizadas.



A consolidação da recuperação dos mercados financeiros já abordada anteriormente teve como consequência a ausência de registos de imparidades e, no caso concreto dos títulos de dívida pública, a acumulação de mais de 5 milhões de euros de mais-valias potenciais que contribuíram para reforçar os capitais próprios, o que, por sua vez, permitiu incrementar os rácios de cobertura da margem de solvência e das provisões técnicas, os quais passaram para 238% e 110%, respetivamente.

Em função do comportamento das variáveis anteriores, o resultado antes de impostos voltou a ser amplamente positivo, atingindo 1,14 milhões de euros.

Por fim, importa referir que o estudo de *Embedded Value* do ano 2013, mantendo a tendência dos anos anteriores, revela um novo aumento do valor intrínseco da carteira em vigor.

3.6. FACTOS QUALITATIVOS RELEVANTES

A primeira referência vai para o envolvimento de todas as áreas da Companhia, não só nas tarefas de rotina diária, mas também nos projetos especiais, aí tendo residido a chave para a implementação da quase totalidade das ações que se encontravam previstas no plano estratégico.

Além disso, e antes de entrar em referências mais concretas, importa destacar que, de uma forma genérica, as áreas mais diretamente envolvidas no desenvolvimento do negócio foram alvo de uma atenção especial.

Assim, na Área Comercial verificou-se um reforço e uma reorganização de zonas, de forma a incrementar a rede própria e a cobertura geográfica, com o objetivo de potenciar a capacidade de distribuição da Companhia. Em paralelo, foi dotada de uma estrutura de apoio dedicada à formação e dinamização da rede de distribuição, especificamente focada no conhecimento dos produtos e no desenvolvimento de competências de vendas.

Por sua vez, a Unidade de Negócio, que se ocupa dos aspetos técnicos em estreita ligação com a vertente comercial, foi reforçada de forma a garantir uma maior especialização em consonância com as necessidades de resposta a dar aos clientes. Para além disso, através dela, deu-se continuidade ao trajeto dinâmico anteriormente iniciado de adaptação de produtos para os tornar mais adequados às características da procura.

No seu labor de reformulação dos produtos contou com a colaboração da Área de Estudos Técnicos a qual, além disso, continuou a assegurar o controlo da suficiência das provisões técnicas em ligação com o Atuário Responsável.

O Centro de Operações, para além de continuar a desempenhar um papel importante na relação direta com os clientes, promoveu a certificação de qualidade dos seus processos de *outbound* e *inbound*, legitimando assim, formalmente, a qualidade que nos últimos sete anos lhe tem sido reconhecida, nomeadamente através da presença nos três primeiros lugares do setor de seguros, no *ranking* organizado pela Associação Portuguesa de Call Centers.

Os Serviços de Tecnologias e Processos trataram de assegurar a total eficiência do funcionamento dos sistemas informáticos de suporte às diversas atividades da Companhia e tiveram um papel ativo no desenvolvimento e implementação de novas soluções, tanto na vertente da otimização de processos, como na resposta direta ao negócio, operacionalizando os ajustamentos aos produtos e disponibilizando novas ferramentas de serviços à rede comercial.

A Área de Estudos de Mercado e Comunicação desenvolveu uma atuação muito próxima das Unidades de Negócio e da Área Comercial, assegurando a divulgação dos produtos da forma mais adequada e eficaz. Do ponto de vista mais institucional, levou a cabo várias ações de divulgação da marca MAPFRE com o objetivo de contribuir para o seu reconhecimento por parte dos clientes e mediadores.

Da parte da Área Financeira, destacou-se o investimento no desenho e desenvolvimento de um novo processo de gestão dos recibos pendentes, apoiado numa ferramenta implementada pelos Serviços de Tecnologias, com o objetivo de conseguir uma gestão mais ágil e eficaz das cobranças e, dessa forma, contribuir para a retenção de clientes.

Por outro lado, na vertente da Logística, levou a cabo a coordenação de uma obra de transformação estrutural da loja de Faro, para a dotá-la das condições necessárias à prestação de um serviço de qualidade e à transmissão de uma boa imagem da Companhia naquela zona do país.

No que respeita à Unidade de Gestão de Risco e Controlo Interno, a sua atuação centrou-se no acompanhamento de todos os desenvolvimentos ligados à temática do Solvência II, estabelecendo as pontes entre as diversas áreas da Companhia para assegurar a devida coordenação e integração. Nesse âmbito, entre outras coisas, procedeu à coordenação do Comité de Gestão de Riscos e participou ativamente no cálculo do LTGA, exercício de preparação do Solvência II promovido pelo EIOPA e ao qual a MAPFRE aderiu corporativamente.

As diversas atividades ao longo do ano foram garantidas por um quadro de Recursos Humanos composto por 57 colaboradores, o mesmo número do ano anterior, com uma média de idades de 40 anos, uma antiguidade de 13, sendo 42% deles possuidores de formação superior. Quanto ao género, observa-se uma heterogeneidade razoável, com 58% dos colaboradores a pertencerem ao sexo masculino e 42% ao sexo feminino.

Como tem vindo a ser habitual, também em 2013 foi dada uma importância significativa à capacitação dos recursos, tendo-se investido 1.813 horas em formação, o que corresponde a uma média de 31,8 horas por colaborador.

Finalmente, uma referência às atividades no âmbito da Fundação MAPFRE. À semelhança do ano anterior, foi levado a cabo um vasto programa, abrangendo várias áreas, das quais destacamos:

- A prevenção e segurança rodoviária, mais uma vez através da Caravana de Educação Rodoviária;
- A responsabilidade ambiental, que contou com a realização de um seminário específico;
- A Ação social, mediante a participação no projeto ReFood e a colaboração ativa com a Santa Casa da Misericórdia de Lisboa em diversos projetos de índole social.

4. PERSPETIVAS DE EVOLUÇÃO FUTURA

Apesar do contexto, a MAPFRE continua apostada em reforçar o seu posicionamento no mercado português e nesse sentido definiu um plano de desenvolvimento a médio prazo sustentado em cinco pilares – Crescimento, Desenvolvimento Humano, Valor para os Clientes, Marca, Eficiência e Inovação –, os quais deverão contribuir, em simultâneo, para assegurar uma rentabilidade adequada e, por consequência, o devido retorno aos acionistas.

Nesse âmbito, a juntar ao reforço da área técnica de empresas e da criação do escritório de formação e dinamização da rede de distribuição, concretizadas na parte final do ano 2013, encontram-se já em curso ou previstas bastantes outras ações aos mais variados níveis da organização.

De entre elas, destaca-se o reforço da rede de distribuição, tanto ao nível dos canais tradicionais (agentes e corretores) como dos novos canais e dos acordos especiais. Em relação aos produtos, lançou-se já o projeto de implementação do ramo Doença, cuja comercialização se prevê iniciar durante o ano 2014 e, como meio para alavancar as vendas, estão em preparação melhorias em vários outros, com especial ênfase nos multirriscos, no sentido de os tornar ainda mais competitivos. Para suportar o desenvolvimento comercial, foi decidido investir na divulgação da marca e dos produtos, mediante a definição de um plano de comunicação devidamente estruturado que será implementado em meados do ano 2014 e que terá continuidade nos anos seguintes. No que concerne à eficiência, a par de alguns ajustamentos de menor impacto, importa referenciar a otimização da infraestrutura tecnológica, nomeadamente, através do aproveitamento da capacidade instalada que a matriz pode disponibilizar.

Como pano de fundo a esta dinâmica, encontra-se a implementação do modelo de transformação organizacional, internacionalmente definido pelo Grupo MAPFRE, no sentido de se tornar definitivamente uma empresa eficiente e voltada para o cliente, o qual implicará alguns ajustamentos a nível da organização funcional com os quais a estrutura em Portugal não deixará de alinhar.

Certos da mais-valia aportada pelo empenhamento de todos os colaboradores na implementação deste plano, estamos confiantes em atingir os seus objetivos e reforçar o posicionamento da MAPFRE como um grupo segurador de referência em Portugal.

5. AGRADECIMENTOS

O desenvolvimento de toda a nossa atividade, num contexto difícil como o que foi retratado, não teria sido possível sem a vasta colaboração de muitas pessoas e entidades, desde Clientes, Empregados, Agentes, Fornecedores e Entidades Oficiais, às quais expressamos sinceros agradecimentos e com as quais esperamos poder continuar a contar no futuro.

6. APLICAÇÃO DE RESULTADOS

Propomos que o resultado líquido do exercício, no montante de 677.730,24 euros (seiscentos e setenta e sete mil setecentos e trinta euros e vinte e quatro cêntimos), seja aplicado da seguinte forma:

- Incorporação em Reserva Legal no montante de 67.773,02 euros (sessenta e sete mil setecentos e setenta e três euros e dois cêntimos);
- Incorporação em Reservas Livres no montante de 609.957,22 euros (seiscentos e nove mil novecentos e cinquenta e sete euros e vinte e dois cêntimos).

Propomos ainda que seja transferido para Reservas Livres o saldo acumulado em Resultados Transitados no montante de 65.527,38 euros (sessenta e cinco mil quinhentos e vinte e sete euros e trinta e oito cêntimos).

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

António Manuel Cardoso Belo
(Presidente)

Vítor Manuel Silva Reis
(Vice-Presidente)

Pedro Quintino Ribeiro e Silva
(Vogal – Secretário)

Maria de Lurdes Ferreira
da Mata Soares Póvoas
(Vogal)

3

CONTAS ANUAIS
2013



Notas do anexo	Demonstração da posição financeira	Exercício 2013			Exercício anterior (2012)
		Valor bruto	Imparidade, depreciações/ amortizações ou ajustamentos	Valor líquido	
	Ativo				
3.2.1.; 4.3.3.; 7.; 27.	Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	7.735.593,92		7.735.593,92	3.683.194,79
	Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos			0,00	0,00
	Ativos financeiros detidos para negociação			0,00	0,00
3.2.2.; 6.	Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	2.517.871,85		2.517.871,85	6.817.285,55
	Derivados de cobertura			0,00	0,00
3.2.2.; 6.	Ativos financeiros disponíveis para venda	164.864.955,81		164.864.955,81	138.647.401,74
3.2.2.2.3.	Empréstimos concedidos e contas a receber	562.500,71	0,00	562.500,71	446.174,65
	Depósitos junto de empresas cedentes			0,00	0,00
	Outros depósitos			0,00	0,00
	Empréstimos concedidos	562.500,71		562.500,71	446.174,65
	Contas a receber			0,00	0,00
	Outros			0,00	0,00
3.2.2.; 6.	Investimentos a deter até à maturidade	56.283.466,85		56.283.466,85	55.359.128,43
	Terrenos e edifícios	0,00	0,00	0,00	0,00
	Terrenos e edifícios de uso próprio			0,00	0,00
	Terrenos e edifícios de rendimento			0,00	0,00
3.2.3.; 8.	Outros ativos tangíveis	4.761,54	4.384,48	377,06	1.142,54
	Inventários			0,00	0,00
	Goodwill			0,00	0,00
3.2.4.; 10.	Outros ativos intangíveis	405.482,61	369.828,21	35.654,40	131.194,60
3.2.5.; 4.1. c); 4.3.2. c)	Provisões técnicas de resseguro cedido	993.066,43		993.066,43	793.214,01
	Ramo Vida				
	Provisão matemática			0,00	0,00
	Provisão para sinistros	872.525,50		872.525,50	674.389,48
	Provisão para participação nos resultados			0,00	0,00
	Provisão para compromissos de taxa			0,00	0,00
	Provisão para estabilização de carteira			0,00	0,00
	Provisão para prémios não adquiridos	120.540,93		120.540,93	118.824,53
	Provisão técnica relativa a seguros de vida em que o risco de investimento é suportado pelo tomador de seguro			0,00	0,00
	Outras provisões técnicas			0,00	0,00
3.2.6.; 3.4.1.; 20.2.	Ativos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo	16.223,38		16.223,38	15.086,69
3.2.7.	Outros devedores por operações de seguros e outras operações	3.096.038,08	130.485,12	2.965.552,96	2.521.662,17
	Contas a receber por operações de seguro direto	2.480.987,29	11.075,88	2.469.911,41	1.890.689,60
4.3.2. c)	Contas a receber por operações de resseguro	0,00		0,00	230.822,99
	Contas a receber por outras operações	615.050,79	119.409,24	495.641,55	400.149,58
	Ativos por impostos e taxas	1.454.406,33		1.454.406,33	940.632,17
21.1.	Ativos por impostos correntes	25.319,37		25.319,37	19.745,98
3.2.15.2.; 21.2.	Ativos por impostos diferidos	1.429.086,96		1.429.086,96	1.028.561,58
3.2.11.	Acréscimos e diferimentos			0,00	9.000,00
	Outros elementos do ativo			0,00	0,00
	Ativos não correntes detidos para venda e unidades operacionais descontinuadas			0,00	0,00
	Total ativo	237.934.367,51	504.697,81	237.429.669,70	209.365.117,34

Notas do anexo	Demonstração da posição financeira	Exercício 2013	Exercício anterior (2012)
Passivo e capital próprio			
Passivo			
3.2.8.; 4.1. b); 4.1. c)	Provisões técnicas	182.864.607,38	158.807.449,75
	Ramo vida	182.864.607,38	158.807.449,75
3.2.8.1.; 4.5.	Provisão matemática	165.939.930,56	142.290.997,29
3.2.8.2.; 4.5.	Provisão para sinistros	7.480.539,43	6.189.282,07
3.2.8.3.; 4.5.	Provisão para participação nos resultados	6.775.124,76	3.591.524,92
	Provisão para participação nos resultados a atribuir	5.527.317,23	3.263.657,87
	Provisão para participação nos resultados atribuída	1.247.807,53	327.867,05
	Provisão para compromissos de taxa		
	Provisão para estabilização de carteira		
3.2.8.4.; 4.5.	Provisão para prémios não adquiridos	645.721,71	654.906,78
	Provisão para riscos em curso		
3.2.8.1.	Provisão técnica relativa a seguros de vida em que o risco de investimento é suportado pelo tomador de seguro	2.023.290,92	6.080.738,69
	Outras provisões técnicas		
3.2.9.; 5.; 12.2.	Passivos financeiros da componente de depósito de contratos de seguro e de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento	28.195.333,05	30.677.449,89
	Outros passivos financeiros	0,00	3.500.000,00
	Derivados de cobertura		
	Passivos subordinados		3.500.000,00
	Depósitos recebidos de resseguradores		
	Outros		
3.2.6.; 3.4.1.; 20.2.	Passivos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo	16.893,44	360.377,90
3.2.10.	Outros credores por operações de seguros e outras operações	3.398.297,44	1.902.253,27
	Contas a pagar por operações de seguro direto	1.025.594,10	716.615,63
4.3.2. c)	Contas a pagar por operações de resseguro	76.923,11	963,47
	Contas a pagar por outras operações	2.295.780,23	1.184.674,17
	Passivos por impostos	1.665.001,54	1.585.585,98
3.2.15.1.; 21.1.	Passivos por impostos correntes	337.647,87	1.416.546,14
3.2.15.2.; 21.2.	Passivos por impostos diferidos	1.327.353,67	276.715,23
3.2.11.	Acréscimos e diferimentos	1.106.302,43	765.164,02
3.2.12.; 11.	Outras provisões		
	Outros elementos do passivo		
	Passivos de um grupo para alienação classificado como detido para venda		
	Total passivo	217.246.435,28	197.598.280,81
Capital próprio			
22.	Capital (Ações próprias)	21.000.000,00	17.500.000,00
	Outros instrumentos de capital		
23.	Reservas de reavaliação	2.532.599,80	-3.350.464,67
	Por ajustamentos no justo valor de investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos		
	Por ajustamentos no justo valor de ativos financeiros disponíveis para venda	2.532.599,80	-3.350.464,67
	Por revalorização de terrenos e edifícios de uso próprio		
	Por revalorização de outros ativos tangíveis		
	Por revalorização de ativos intangíveis		
	Por ajustamentos no justo valor de instrumentos de cobertura em coberturas de fluxos de caixa		
	Por ajustamentos no justo valor de cobertura de investimentos líquidos em moeda estrangeira		
	De diferenças de câmbio		
23.	Reserva por impostos diferidos	101.733,29	805.438,57
23.	Outras reservas	-4.194.356,29	-4.630.439,93
	Resultados transitados	65.527,38	32.763,69
24.	Resultado do exercício	677.730,24	1.409.538,87
	Total capital próprio	20.183.234,42	11.766.836,53
	Total passivo e capital próprio	237.429.669,70	209.365.117,34

Notas do anexo	Conta de ganhos e perdas	Exercício 2013			Exercício anterior (2012)	
		Técnica Vida	Técnica Não Vida	Não Técnica		Total
	Prêmios adquiridos líquidos de resseguro	49.509.566,09	0,00		49.509.566,09	28.583.514,57
3.2.14.; 12.1.	Prêmios brutos emitidos	50.266.994,96			50.266.994,96	29.286.628,29
3.2.14.	Prêmios de resseguro cedido	747.463,76			747.463,76	734.606,82
	Provisão para prêmios não adquiridos (variação)	8.272,56			8.272,56	-23.397,61
	Provisão para prêmios não adquiridos, parte resseguradores (variação)	-1.692,55			-1.692,55	8.095,49
	Comissões de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento ou como contratos de prestação de serviços	0,00			0,00	0,00
3.2.14	Custos com sinistros, líquidos de resseguro	32.458.305,39	0,00		32.458.305,39	36.316.280,22
	Montantes pagos	31.365.184,05	0,00		31.365.184,05	36.891.615,22
16.	Montantes brutos	31.628.177,64			31.628.177,64	37.371.642,98
	Parte dos resseguradores	262.993,59			262.993,59	480.027,76
	Provisão para sinistros (variação)	1.093.121,34	0,00		1.093.121,34	-575.335,00
	Montante bruto	1.291.257,36			1.291.257,36	-303.089,52
	Parte dos resseguradores	198.136,02			198.136,02	272.245,48
	Provisão matemática do ramo vida, líquida de resseguro (variação)	23.321.095,81			23.321.095,81	-4.969.208,98
	Montante bruto	23.321.095,81			23.321.095,81	-4.969.208,98
	Parte dos resseguradores	0,00			0,00	0,00
	Participação nos resultados, líquida de resseguro	1.247.777,94			1.247.777,94	310.451,27
	Outras provisões técnicas, líquidas de resseguro (variação)	-4.057.447,77			-4.057.447,77	-1.571.938,97
	Custos e gastos de exploração líquidos	4.140.465,82	0,00		4.140.465,82	3.565.117,12
3.2.14.; 13.; 16.	Custos de aquisição	3.153.187,73			3.153.187,73	2.674.904,59
	Custos de aquisição diferidos (variação)	-17.457,63			-17.457,63	17.609,93
16.	Gastos administrativos	1.046.963,19			1.046.963,19	924.194,07
3.2.14.	Comissões e participação nos resultados de resseguro	42.227,47			42.227,47	51.591,47
14.2.1.	Rendimentos	9.154.644,66	0,00	0,00	9.154.644,66	8.728.528,46
	De juros de ativos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas	9.148.459,66			9.148.459,66	8.711.440,79
	De juros de passivos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas				0,00	0,00
	Outros	6.185,00			6.185,00	17.087,67
14.2.2.	Gastos financeiros	1.374.600,70	0,00	0,00	1.374.600,70	1.354.752,05
	De juros de ativos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas	248.857,38			248.857,38	183.918,70
	De juros de passivos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas	916.894,55			916.894,55	925.137,48
16.	Outros	208.848,77			208.848,77	245.695,87

(Continua)

Notas do anexo	Conta de ganhos e perdas	Exercício 2013				Exercício anterior (2012)
		Técnica Vida	Técnica Não Vida	Não Técnica	Total	
15.	Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros não valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas	669.653,66	0,00	0,00	669.653,66	645.767,73
	De ativos disponíveis para venda	669.653,66			669.653,66	645.767,73
	De empréstimos e contas a receber				0,00	0,00
	De investimentos a deter até à maturidade				0,00	0,00
	De passivos financeiros valorizados a custo amortizado				0,00	0,00
	De outros				0,00	0,00
15.	Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas	339.286,03	0,00	0,00	339.286,03	413.237,45
	Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros detidos para negociação				0,00	0,00
	Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	339.286,03			339.286,03	413.237,45
	Diferenças de câmbio				0,00	0,00
	Ganhos líquidos de ativos não financeiros que não estejam classificados como ativos não correntes detidos para venda e unidades operacionais descontinuadas				0,00	0,00
	Perdas de imparidade (líquidas de reversão)	0,00	0,00	0,00	0,00	1.607.994,00
	De ativos disponíveis para venda	0,00			0,00	1.607.994,00
	De empréstimos e contas a receber valorizados a custo amortizado				0,00	0,00
	De investimentos a deter até à maturidade				0,00	0,00
	De outros				0,00	0,00
	Outros rendimentos/gastos técnicos, líquidos de resseguro	-141,20			-141,20	119.127,55
11.	Outras provisões (variação)			3.267,79	3.267,79	-2.746,66
	Outros rendimentos/gastos			-40.854,48	-40.854,48	86.166,60
	<i>Goodwill</i> negativo reconhecido imediatamente em ganhos e perdas				0,00	0,00
	Ganhos e perdas de associadas e empreendimentos conjuntos contabilizados pelo método da equivalência patrimonial				0,00	0,00
	Ganhos e perdas de ativos não correntes (ou grupos para alienação) classificados como detidos para venda				0,00	0,00
	Resultado líquido antes de impostos	1.188.211,35	0,00	-44.122,27	1.144.089,08	1.965.642,31
3.2.15.1.; 21.1.	Imposto sobre o rendimento do exercício – Impostos correntes			410.341,99	410.341,99	546.708,83
3.2.15.2.; 21.2.	Imposto sobre o rendimento do exercício – Impostos diferidos			56.016,85	56.016,85	9.394,61
	Resultado líquido do exercício	1.188.211,35	0,00	-510.481,11	677.730,24	1.409.538,87

Notas do anexo	Demonstração de variações do capital próprio	Reservas de reavaliação		Reserva por impostos diferidos	Outras reservas		Resultados transitados	Resultado do exercício	Total
		Capital social	Por ajustamentos no justo valor de ativos financeiros disponíveis para venda		Reserva legal	Outras reservas			
22.2.	Balanço a 31 de dezembro 2012 (balanço de abertura)	17.500.000,00	-3.350.464,67	805.438,57	278.104,81	-4.908.544,74	32.763,69	1.409.538,87	11.766.836,53
	Correções de erros (IAS 8) – Nota 35								0,00
	Alterações políticas contabilísticas (IAS 8) – Nota 35								0,00
22.2.	Balanço de abertura alterado	17.500.000,00	-3.350.464,67	805.438,57	278.104,81	-4.908.544,74	32.763,69	1.409.538,87	11.766.836,53
	Aumentos (reduções) de capital	3.500.000,00							3.500.000,00
	Transação de ações próprias								0,00
	Ganhos líquidos por ajustamentos no justo valor de filiais, associadas e empreendimentos conjuntos								0,00
23.	Ganhos líquidos por ajustamentos no justo valor de ativos financeiros disponíveis para venda		5.883.064,47	-703.705,28					5.179.359,19
	Ganhos líquidos por ajustamentos por revalorização de terrenos e edifícios de uso próprio								0,00
	Ganhos líquidos por ajustamentos por revalorizações de outros ativos tangíveis								0,00
	Ganhos líquidos por ajustamentos por revalorizações de ativos intangíveis								0,00
	Ganhos líquidos por ajustamentos de instrumentos de cobertura em cobertura de fluxos de caixa								0,00

(Continua)

Notas do anexo	Demonstração de variações do capital próprio	Reservas de reavaliação		Outras reservas		Resultados transitados	Resultado do exercício	Total	
		Capital social	Por ajustamentos no justo valor de ativos financeiros disponíveis para venda	Reserva por impostos diferidos	Reserva legal				Outras reservas
	Ganhos líquidos por ajustamentos de instrumentos de cobertura de investimentos líquidos em moeda estrangeira							0,00	
	Ganhos líquidos por diferenças por taxa de câmbio							0,00	
	Ajustamentos por reconhecimento de impostos diferidos							0,00	
23.	Aumentos de reservas por aplicação de resultados				140.953,89	1.235.821,29	32.763,69	-1.409.538,87	0,00
	Distribuição de reservas							0,00	
	Distribuição de lucros (prejuízos)							0,00	
	Alterações de estimativas contabilísticas							0,00	
23.	Outros ganhos (perdas) reconhecidos diretamente no capital próprio						-940.691,54	-940.691,54	
	Transferências entre rubricas de capital próprio não incluídas noutras linhas							0,00	
	Total das variações do capital próprio	3.500.000,00	5.883.064,47	-703.705,28	140.953,89	295.129,75	32.763,69	-1.409.538,87	7.738.667,65
	Resultado líquido do exercício						677.730,24	677.730,24	
	Distribuição antecipada de lucros							0,00	
	Balanço a 31 de dezembro 2013	21.000.000,00	2.532.599,80	101.733,29	419.058,70	-4.613.414,99	65.527,38	677.730,24	20.183.234,42

Notas do anexo	Demonstração de variações do capital próprio	Reservas de reavaliação		Reserva por impostos diferidos	Outras reservas		Resultados transitados	Resultado do exercício	Total
		Capital social	Por ajustamentos no justo valor de ativos financeiros disponíveis para venda		Reserva legal	Outras reservas			
22.2.	Balanço a 31 de dezembro 2011 (balanço de abertura)	17.500.000,00	-7.563.331,29	2.033.403,21	160.562,46	-5.966.425,91	32.763,69	1.175.423,52	7.372.395,68
	Correções de erros (IAS 8) - Nota 35								0,00
	Alterações políticas contabilísticas (IAS 8) – Nota 35								0,00
22.2.	Balanço de abertura alterado	17.500.000,00	-7.563.331,29	2.033.403,21	160.562,46	-5.966.425,91	32.763,69	1.175.423,52	7.372.395,68
	Aumentos (reduções) de capital								0,00
	Transação de ações próprias								0,00
	Ganhos líquidos por ajustamentos no justo valor de filiais, associadas e empreendimentos conjuntos								0,00
23.	Ganhos líquidos por ajustamentos no justo valor de ativos financeiros disponíveis para venda		4.212.866,62	-1.227.964,64					2.984.901,98
	Ganhos líquidos por ajustamentos por revalorização de terrenos e edifícios de uso próprio								0,00
	Ganhos líquidos por ajustamentos por revalorizações de outros ativos tangíveis								0,00
	Ganhos líquidos por ajustamentos por revalorizações de ativos intangíveis								0,00
	Ganhos líquidos por ajustamentos de instrumentos de cobertura em cobertura de fluxos de caixa								0,00
	Ganhos líquidos por ajustamentos de instrumentos de cobertura de investimentos líquidos em moeda estrangeira								0,00
	Ganhos líquidos por diferenças por taxa de câmbio								0,00

(Continua)

Notas do anexo	Demonstração de variações do capital próprio	Reservas de reavaliação		Outras reservas		Resultados transitados	Resultado do exercício	Total	
		Capital social	Por ajustamentos no justo valor de ativos financeiros disponíveis para venda	Reserva por impostos diferidos	Reserva legal				Outras reservas
	Ajustamentos por reconhecimento de impostos diferidos							0,00	
23.	Aumentos de reservas por aplicação de resultados				117.542,35	1.057.881,17	-1.175.423,52	0,00	
	Distribuição de reservas							0,00	
	Distribuição de lucros (prejuízos)							0,00	
	Alterações de estimativas contabilísticas							0,00	
23.	Outros ganhos (perdas) reconhecidos diretamente no capital próprio							0,00	
	Transferências entre rubricas de capital próprio não incluídas noutras linhas							0,00	
	Total das variações do capital próprio	0,00	4.212.866,62	-1.227.964,64	117.542,35	1.057.881,17	0,00	-1.175.423,52	2.984.901,98
	Resultado líquido do exercício						1.409.538,87	1.409.538,87	
	Distribuição antecipada de lucros							0,00	
	Balanço a 31 de dezembro 2012	17.500.000,00	-3.350.464,67	805.438,57	278.104,81	-4.908.544,74	32.763,69	1.409.538,87	11.766.836,53

Notas do anexo	Demonstração do rendimento integral	Exercício 2013	Exercício anterior (2012)
24.; 25.	Resultado líquido do exercício	677.730,24	1.409.538,87
	Outro rendimento integral do exercício	5.543.778,44	3.799.629,17
	Ganhos líquidos por ajustamentos no justo valor de ativos financeiros disponíveis para venda	5.883.064,47	4.212.866,62
15.	Reclassificação de ganhos e perdas em resultados do exercício	339.286,03	413.237,45
	Reconhecimento de impostos diferidos	-703.705,28	-1.227.964,64
	Total do rendimento integral líquido de impostos	5.517.803,40	3.981.203,40

4

NOTAS AO BALANÇO E CONTA DE GANHOS E PERDAS



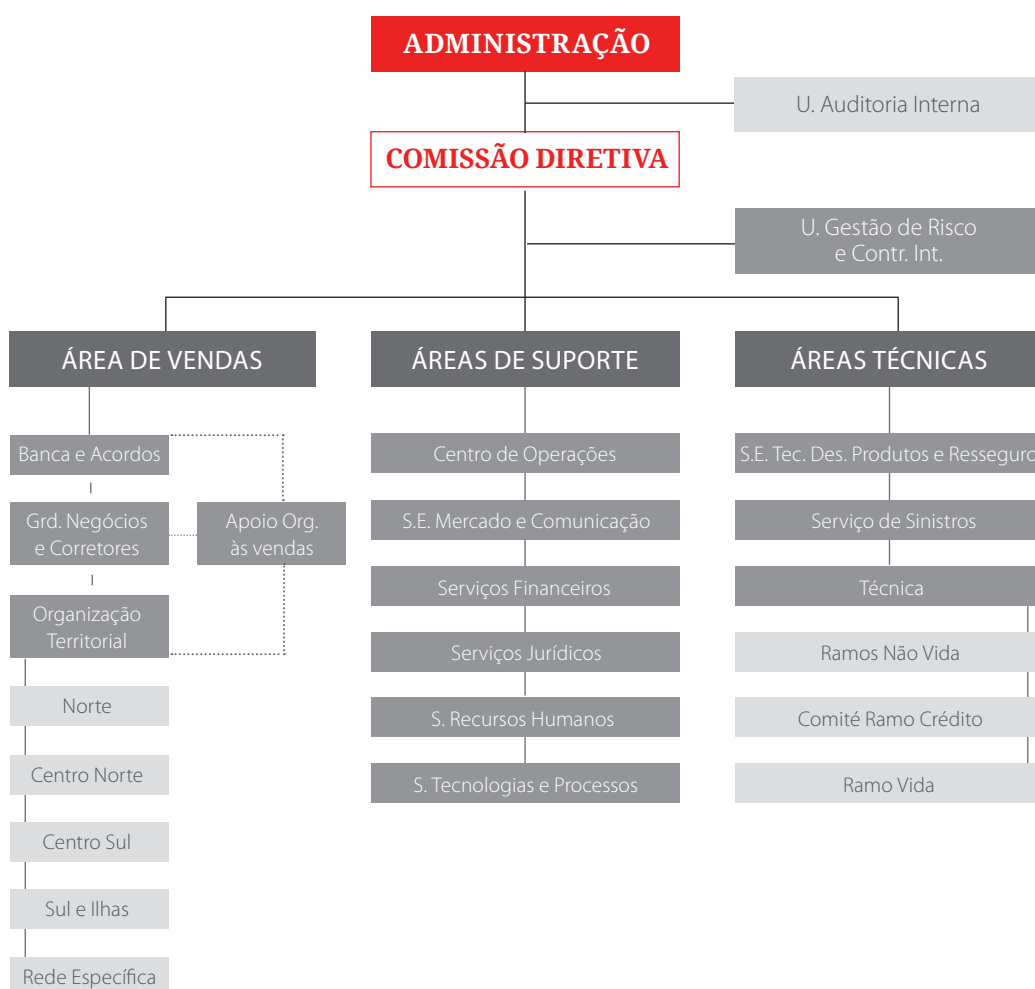
1. INFORMAÇÕES GERAIS

1.1. A MAPFRE Seguros de Vida, S.A., foi constituída por escritura a 12 de agosto de 2009, com o capital social de 7.500.000,000 euros, posteriormente ampliado para 21.000.000 euros, detido na sua totalidade pela MAPFRE Seguros Gerais, S.A., formalmente constituída como seguradora através da Norma de Autorização n.º 1/2009-A do ISP.

Iniciou a atividade a 1 de janeiro de 2010 e adquiriu com efeito a 1 de janeiro de 2010, conforme escritura de cessão total, de 19 de julho de 2010, a carteira, os ativos e os passivos da Agência Geral em Portugal da MAPFRE Vida, Companhia de Seguros y Reaseguros sobre la Vida Humana, S.A.

A sociedade foi constituída em Portugal e o seu domicílio social encontra-se em Lisboa, na Rua Castilho, 52.

A MAPFRE dispõe de uma estrutura organizativa de acordo com o organigrama seguinte:



1.2. A MAPFRE Seguros de Vida, S.A., explora a totalidade dos Seguros de Vida e Seguros Ligados a Fundos de Investimento, definidos no Artigo 124.º do Decreto-Lei 94-B/98, e emitiu no ano de 2013 prémios de contratos de seguros no valor de 50,27 milhões de euros e contratos de seguro considerados para efeitos contabilístico como contratos de investimento no valor de 10,86 milhões de euros.

No relatório de gestão, elaborado pelos membros da administração, foram abordadas as conjunturas económica e de mercado em que a Companhia opera, efetuado um resumo da atividade desenvolvida em 2013, apresentados alguns indicadores de gestão que demonstram o comportamento das rubricas mais importantes do negócio e, por último, divulgado o plano estratégico da Companhia para o ano de 2014, que continua a assentar em três pilares primordiais – Crescimento, Rentabilidade e Responsabilidade Empresarial.

1.3. As demonstrações financeiras da Companhia reportam-se aos exercícios findos em 2012 e 2013 e foram preparadas com base no regime contabilístico aplicado às empresas de seguros estipulado no Plano de Contas para as Empresas de Seguros, aprovado pela Norma Regulamentar n.º 4/2007, com as alterações introduzidas pela Norma Regulamentar n.º 22/2010-R, ambas do Instituto de Seguros de Portugal, excepto no que diz respeito à numeração das Notas uma vez que foi atribuída uma numeração sequencial própria. Por não serem aplicáveis ou por irrelevância dos valores ou situações a reportar, algumas Notas não são referidas neste Anexo. O regime contabilístico aplicado acolheu, em termos genéricos, as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) adotadas pela União Europeia nos termos do Regulamento (CE) n.º 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de julho de 2002, transposto para o ordenamento nacional pelo Decreto-Lei n.º 35/2005 com exceção da IFRS 4, da qual apenas foram adotados os princípios de classificação do tipo de contratos celebrados pelas empresas de seguros, continuando a aplicar-se ao reconhecimento e mensuração dos passivos associados a contratos de seguros os princípios estabelecidos na legislação e regulamentação prudencial específica em vigor.

As IFRS incluem as normas contabilísticas emitidas pela *International Accounting Standards Board* (IASB) e as interpretações do *International Financial Reporting Interpretation Committee* (IFRIC).

As demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013 foram aprovadas pelo Conselho de Administração, estando no entanto pendentes de aprovação pela Assembleia Geral de Acionistas. Não obstante este facto, o Conselho de Administração admite que venham a ser aprovadas sem qualquer alteração.

2. INFORMAÇÃO POR SEGMENTOS

2.1. Para efeitos de gestão, a Companhia está organizada por unidades de negócio baseadas nos tipos de produtos que explora, agrupados nos segmentos reportáveis de Rendas, Risco, Mistos, Universal Life, Capitalização e P.P.R.

A definição destes segmentos de negócios foi efetuada tendo em conta a similitude da natureza dos riscos associados a cada produto explorado, a similaridade dos processos de exploração destes negócios e a organização e processos de gestão em vigor na Companhia.

Os riscos seguros estavam sediados em Portugal Continental e na Região Autónoma da Madeira e os prémios de contratos de seguros e de contratos de seguro considerados para efeitos contabilístico como contratos de investimento apresentavam, no exercício de 2013 e no exercício anterior, a seguinte composição por segmentos reportáveis:

Exercício de 2013						
Tipo de contrato (para efeitos contabilísticos)	Rendas	Risco	Mistos	Universal Life	Capitalização	P.P.R.
Contratos de seguro	4%	7%	8%	3%	9%	69%
Contratos de investimento	0%	0%	0%	0%	0%	100%

Exercício de 2012						
Tipo de contrato (para efeitos contabilísticos)	Rendas	Risco	Mistos	Universal Life	Capitalização	P.P.R.
Contratos de seguro	7%	12%	17%	0%	17%	42%
Contratos de investimento	0%	0%	0%	0%	0%	100%

2.2. Apresenta-se de seguida a Conta de Ganhos e Perdas por segmentos de negócio, evidenciando-se a sua ligação com a Conta de Ganhos e Perdas global da Companhia, para os exercícios de 2013 e 2012:

Exercício de 2013				
Conta de ganhos e perdas	Ramos Vida Global	Rendas, Risco, Mistos e U. Life	Capitalização	P.P.R.
Prémios adquiridos líquidos de resseguro	49.509.566,09	10.151.425,36	4.664.085,64	34.694.055,09
Comissões de contratos de seguro contabilisticamente contabilizados como contratos de investimento	0,00	0,00	0,00	0,00
Custos com sinistros líquidos de resseguro	32.458.305,39	10.192.516,23	7.981.252,75	14.284.536,41
Provisões matemáticas líquidas de resseguro	23.321.095,81	-939.514,95	1.647.759,45	22.612.851,31
Participação nos resultados líquida de resseguro	1.247.777,94	211.410,56	4.210,65	1.032.156,73
Outras provisões técnicas, líquidas de resseguro (variação)	-4.057.447,77	0,00	-4.057.447,77	0,00
Custos e gastos de exploração líquidos de resseguro	4.140.465,82	1.757.954,30	284.448,95	2.098.062,57
Rendimentos financeiros	9.154.644,66	2.799.394,76	893.342,20	5.461.907,70
Gastos financeiros	1.374.600,70	117.829,18	148.602,32	1.108.169,20
Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros não valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas	669.653,66	271.992,53	3.699,97	393.961,16
Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas	339.286,03	0,00	339.286,03	0,00
Perdas de imparidade (líquidas de reversão)	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros rendimentos gastos técnicos líquidos de resseguro	-141,20	-101,05	-21,71	-18,44
Outras provisões (variação)	3.267,79	0,00	0,00	0,00
Outros rendimentos/gastos	-40.854,48	0,00	0,00	0,00
Resultado antes de impostos	1.144.089,08	1.882.516,28	-108.434,22	-585.870,71
Imposto s/rendimento do exercício – impostos correntes	410.341,99			
Imposto s/rendimento do exercício – impostos diferidos	56.016,85			
Resultado depois de impostos	677.730,24	1.882.516,28	-108.434,22	-585.870,71

Conta de ganhos e perdas	Exercício de 2012			
	Ramos Vida Global	Rendas, Risco e Mistos	Capitalização	P.P.R.
Prêmios adquiridos líquidos de resseguro	28.583.514,57	11.299.275,04	5.052.832,57	12.231.406,96
Comissões de contratos de seguro contabilisticamente contabilizados como contratos de investimento	0,00	0,00	0,00	0,00
Custos com sinistros líquidos de resseguro	36.316.280,22	11.654.115,12	9.570.703,65	15.091.461,45
Provisões matemáticas líquidas de resseguro	-4.969.208,98	-1.653.957,87	-1.908.402,95	-1.406.848,16
Participação nos resultados líquida de resseguro	310.451,27	0,00	0,00	310.451,27
Outras provisões técnicas, líquidas de resseguro (variação)	-1.571.938,97	0,00	-1.571.938,97	0,00
Custos e gastos de exploração líquidos de resseguro	3.565.117,12	1.473.602,09	365.090,60	1.726.424,43
Rendimentos financeiros	8.728.528,46	2.680.872,25	996.800,81	5.050.855,40
Gastos financeiros	1.354.752,05	157.249,84	155.810,56	1.041.691,65
Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros não valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas	645.767,73	292.234,49	43.000,44	310.532,80
Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas	413.237,45	0,00	413.237,45	0,00
Perdas de imparidade (líquidas de reversão)	1.607.994,00	533.099,58	38.513,73	1.036.380,69
Outros rendimentos gastos técnicos líquidos de resseguro	119.127,55	27.007,00	10.509,16	81.611,39
Outras provisões (variação)	-2.746,66	0,00	0,00	0,00
Outros rendimentos/gastos	86.166,60	0,00	0,00	0,00
Resultado antes de impostos	1.965.642,31	2.135.280,02	-133.396,19	-125.154,78
Imposto s/rendimento do exercício – impostos correntes	546.708,83			
Imposto s/rendimento do exercício – impostos diferidos	9.394,61			
Resultado depois de impostos	1.409.538,87	2.135.280,02	-133.396,19	-125.154,78

Nos exercícios de 2013 e de 2012, a totalidade da atividade desenvolvida pela Companhia foi realizada em território nacional, pelo que não é apresentada qualquer informação por segmento geográfico.

2.3. Não se apresenta o relato por segmentos das rubricas de balanço, dado que esta informação não é alvo de análise por parte da Companhia e nesse sentido não é regularmente preparada.

3. BASE DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E DAS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

3.1. BASES DE APRESENTAÇÃO

No exercício de 2013, as Demonstrações Financeiras foram preparadas em euros, exceto em algumas situações expressamente indicadas.

Na preparação das demonstrações financeiras foram utilizados os pressupostos do regime do acréscimo, da consistência de apresentação, da materialidade e agregação e da continuidade, tendo sido preparadas com base nos livros e registos contabilísticos da Companhia. As demonstrações financeiras foram preparadas na base do custo histórico exceto no que respeita aos ativos financeiros, que foram mensurados ao justo valor, pressupondo a continuação da atividade da Companhia.

As demonstrações financeiras da Companhia são integradas nas demonstrações financeiras do Grupo MAPFRE em Espanha, as quais podem ser obtidas em www.mapfre.com.

3.2. BASES DE MENSURAÇÃO E POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

3.2.1. CAIXA E SEUS EQUIVALENTES E DEPÓSITOS À ORDEM

Para efeitos da demonstração de fluxos de caixa, a caixa e seus equivalentes englobam os valores registados no balanço com maturidade inferior a três meses a contar da data de aquisição, prontamente convertíveis em dinheiro e com risco insignificante de alteração de valor onde se incluem o caixa e disponibilidades em instituições de crédito. Todas as contas bancárias detidas pela Companhia correspondem a contas em euros.

3.2.2. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

3.2.2.1. RECONHECIMENTO E MENSURAÇÃO INICIAL DE INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os ativos financeiros encontram-se classificados nas categorias de "Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas", "Ativos financeiros disponíveis para venda", "Empréstimos concedidos e contas a receber" e em "Investimentos a deter até à maturidade".

Os ativos financeiros são registados na data de contratação pelo respetivo justo valor. Os custos diretamente imputados à transação são diretamente reconhecidos em resultados, na primeira categoria e acrescidos ao valor do ativo nas restantes.

3.2.2.2. MENSURAÇÃO SUBSEQUENTE DE INSTRUMENTOS FINANCEIROS

3.2.2.2.1. Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas

Esta categoria de ativos diz respeito aos ativos irrevogavelmente classificados no seu reconhecimento inicial ao justo valor através de resultados.

Após o seu reconhecimento inicial, os ativos financeiros ao justo valor com reconhecimento em resultados são valorizados ao justo valor, sendo as suas variações reconhecidas em resultados.

Os investimentos afetos a produtos em que o risco é suportado pelos tomadores de seguro estão considerados ao justo valor e classificados como ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas.

3.2.2.2.2. Ativos financeiros disponíveis para venda

São classificados nesta rubrica instrumentos que podem ser alienados em resposta ou em antecipação às necessidades de liquidez ou alterações da taxa de juro, taxas de câmbio ou alterações do seu preço de mercado e que não tenham sido classificados nas outras categorias de ativos financeiros. Incluem títulos de dívida, instrumentos de capital e investimentos em unidades de participação de fundos de investimento mobiliário.

Após o reconhecimento inicial, cujo valor inclui os custos de transação diretamente relacionados com a sua aquisição, são subsequentemente avaliados ao justo valor, sem deduzir nenhum custo de transação em que



se pudesse incorrer para a sua venda, sendo os respectivos ganhos e perdas refletidos na rubrica "Reservas de reavaliação" até à sua venda, momento no qual o valor acumulado é transferido para resultados do exercício para a rubrica "Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas de ativos disponíveis para venda".

O custo de aquisição dos títulos de dívida é reajustado pelo método da taxa efetiva. A taxa efetiva é a taxa que desconta o valor de reembolso para o valor de aquisição. Este reajustamento traduz o reconhecimento da diferença entre o valor de aquisição e o valor de reembolso ao longo da vida remanescente do título. Os efeitos desses reajustamentos são diretamente registados em resultados, nas rubricas de "Rendimentos de juros de ativos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas" ou de "Gastos financeiros de juros de ativos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas".

Os juros relativos a instrumentos de dívida, classificados nesta categoria, são reconhecidos em "Rendimentos de juros de ativos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas".

Os dividendos de instrumentos de capital, classificados nesta categoria, são registados como ganhos na rubrica "Outros rendimentos", quando é estabelecido o direito da Companhia ao seu recebimento.

As perdas por imparidade são reconhecidas em resultados, na rubrica "Perdas de imparidade (líquidas de reversão) de ativos disponíveis para venda".

O justo valor de um instrumento financeiro, corresponde ao montante pelo qual um ativo ou passivo financeiro pode ser vendido ou liquidado entre partes independentes, informadas e interessadas na

concretização da transação em condições normais de mercado.

Para a identificação do justo valor dos títulos de rendimento variável e dos títulos de dívida cotados, a Companhia adota os dados de cotação da Bloomberg, do último dia do período de reporte.

Nos títulos de dívida, quando a cotação não é considerada suficientemente representativa, o justo valor determina-se através de um modelo de cálculo, considerado adequado a cada situação concreta. Na nota 6 detalham-se os procedimentos adotados pela Companhia com vista à aplicação desta metodologia.

3.2.2.3. Empréstimos concedidos e contas a receber/outros depósitos


A carteira de ativos registada em "Empréstimos concedidos e contas a receber/Outros depósitos" é constituída por depósitos a prazo junto de entidades bancárias, a curto prazo, geralmente inferiores a 180 dias e "Empréstimos sobre apólices".

No reconhecimento inicial, estes ativos são registados pelo seu justo valor, deduzido de eventuais comissões incluídas na taxa efetiva, e acrescido de todos os custos incrementais diretamente imputáveis à transação. Subsequentemente, estes ativos são reconhecidos em balanço ao custo amortizado, deduzido de perdas por imparidade. Os juros são reconhecidos com base no método da taxa efetiva.

3.2.2.4. Investimentos a deter até à maturidade

São classificados nesta categoria os ativos sobre os quais existe uma intenção e capacidade financeira de manutenção em carteira até ao seu vencimento.

Após o reconhecimento inicial, cujo valor inclui os custos de transação diretamente relacionados com a sua aquisição, são subsequentemente valorizados pelo



“A vida é demasiado curta para nos permitir interessar-nos por todas as coisas, mas é bom que nos interessemos por tantas quantas forem necessárias para preencher os nossos dias.”

Bertrand Russell

método da taxa efetiva. A taxa efetiva é a taxa que desconta o valor de reembolso para o valor de aquisição. Este reajustamento traduz o reconhecimento da diferença entre o valor de aquisição e o valor de reembolso ao longo da vida remanescente do título. Os efeitos desses reajustamentos são diretamente registados em resultados, nas rubricas de “Rendimentos de juros de ativos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas” ou de “Gastos financeiros de juros de ativos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas”.

Os juros relativos a instrumentos de dívida, classificados nesta categoria, são reconhecidos em “Rendimentos de juros de ativos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas”.

As perdas por imparidade são reconhecidas em resultados, na rubrica “Perdas de imparidade (líquidas de reversão) de investimentos a deter até à maturidade”.

Nos títulos de dívida, quando a cotação não é considerada suficientemente representativa, o justo valor determina-se através de um modelo de cálculo, considerado adequado a cada situação concreta. Na nota 6 detalham-se os procedimentos adotados pela Companhia com vista à aplicação desta metodologia.

3.2.2.2.5. Imparidade dos ativos financeiros

A Companhia efetua periodicamente e por cada um dos ativos financeiros que fazem parte das demonstrações financeiras testes de imparidade.

Sempre que exista evidência objetiva de imparidade, as menos-valias acumuladas que tenham sido reconhecidas em reservas são transferidas para gastos do exercício sob a forma de perdas por imparidade, sendo registadas na rubrica “Perdas de imparidade (líquidas de reversões) de ativos disponíveis para venda”.

A Norma IAS 39 prevê os seguintes indícios específicos para imparidade em instrumentos de capital, entre os quais:

- Informação sobre alterações significativas com impacto adverso na envolvente tecnológica, de mercado, económica ou legal em que o emissor opera que indique que o custo do investimento não venha a ser recuperado; e
- Um declínio prolongado ou significativo do valor de mercado abaixo do preço de custo.

As perdas por imparidade em instrumentos de capital valorizado ao justo valor não podem ser revertidas, pelo que eventuais mais-valias potenciais originadas após o reconhecimento de perdas por imparidade são refletidas em “Reservas de reavaliação por ajustamentos no justo valor de ativos financeiros”.

A valorização é corrigida, com efeito, em resultado quando existe evidência objetiva de algum evento que suponha um impacto significativo nos fluxos futuros ou na recuperação do valor contabilizado.

Constituem evidências de imparidade as seguintes situações:

Nos títulos de rendimento fixo:

- Dificuldades financeiras importantes por parte do emissor;
- Incumprimento dos termos contratuais;
- Probabilidade manifesta de insolvência; e
- Existência de um padrão histórico de comportamento que indique a impossibilidade de recuperar o valor completo da carteira de ativos.

Nos títulos de rendimento variável:

- Desvalorização continuada quando esta se verifica por mais de 18 meses ou desvalorização de valor significativo quando esta for superior a 40%.

Uma vez que a IAS 39, a respeito do reconhecimento de imparidade, se limita a enunciar princípios e a indicar possíveis indícios, nos quais se inclui “um declínio significativo ou prolongado no justo valor de um investimento num instrumento de capital próprio abaixo do seu custo”, a MAPFRE adota aqueles parâmetros considerando que traduzem a substância deste preceito e tendo em conta os seguintes aspetos:

- Serem consistentes com os critérios definidos internacionalmente para o Grupo MAPFRE;
- A necessidade de considerar um tempo suficiente para atenuar os efeitos de volatilidades anormais de mercado; e
- O facto da sua política de investimentos privilegiar instrumentos de capital de elevada qualidade creditícia.

A MAPFRE decidiu manter os mesmos parâmetros em referência às contas do ano 2013 com base nos comentários emitidos em julho de 2009 pelo IFRIC, segundo a qual esta entidade reconhece que:

- A determinação de um declínio significativo ou prolongado requer a aplicação de julgamento, o qual deve ter por base normas internas e ser aplicado de forma consistente;
- Existem práticas diversas, motivo pelo qual o IASB decidiu acelerar o projeto de substituição da IAS 39; e
- Não ser oportuno tomar uma posição imediata sobre o assunto.

3.2.3. OUTROS ATIVOS TANGÍVEIS

Os ativos tangíveis, exceto terrenos e edifícios, estão valorizados ao custo de aquisição. As amortizações são efetuadas pelo método das quotas constantes, por duodécimos (com início no mês de aquisição dos bens), a taxas calculadas para que o valor dos ativos seja amortizado durante a sua vida útil estimada.

Os custos de reparação, manutenção e outras despesas associadas ao seu uso são reconhecidos como gasto do exercício.

Periodicamente são realizadas análises no sentido de identificar evidências de imparidade em outros ativos tangíveis. Sempre que o valor líquido contabilístico dos ativos tangíveis exceda o seu valor recuperável (maior de entre o valor de uso e o justo valor), é reconhecida uma perda por imparidade

com reflexo na conta de ganhos e perdas. As perdas por imparidade podem ser revertidas, também com impacto em ganhos e perdas do exercício, caso subsequentemente se verifique um aumento no valor recuperável do ativo.

Os elementos tangíveis são anulados da contabilidade em caso de venda ou quando já não se espera obter benefícios económicos futuros derivados da sua utilização. Nestes casos, as perdas ou ganhos daí derivados são contabilizados na conta de resultados do exercício de ocorrência.

3.2.4. OUTROS ATIVOS INTANGÍVEIS

Encontram-se registados ao custo de aquisição e as amortizações são efetuadas pelo método das quotas constantes, por duodécimos (com início no mês de aquisição dos bens), para que o valor do ativo seja amortizado durante a sua vida útil estimada de três anos.

3.2.5. PROVISÕES TÉCNICAS DE RESSEGURO CEDIDO

As provisões técnicas de resseguro cedido correspondem à quota-parte da responsabilidade dos resseguradores nas responsabilidades da Companhia e são calculadas de acordo com os mesmos critérios do seguro direto, que se detalham na alínea 3.2.8. e de acordo com as condições dos contratos em vigor, conforme se detalha na nota 4.

3.2.6. BENEFÍCIOS DOS EMPREGADOS

3.2.6.1. BENEFÍCIOS PÓS-EMPREGO – RESPONSABILIDADES COM PENSÕES:

a) Plano de contribuição definida

Encontram-se abrangidos por este plano, todos os trabalhadores que aderiram ao Contrato Coletivo de Trabalho da Atividade Seguradora que entrou em vigor no dia 15/01/2012.

A contribuição anual para este plano é efetuada nos termos da cláusula 48.ª do referido Contrato, sendo contabilizada como custo do exercício, na conta de ganhos e perdas.

b) Planos de benefício definido

Encontram-se abrangidos por este plano os trabalhadores não aderentes ao contrato Coletivo de Trabalho da Atividade Seguradora que entrou em vigor no dia 15/01/2012 e que, naquela data, cumpriam as condições previstas no Capítulo V do Contrato Coletivo de Trabalho que esteve em vigor até aí.

O valor integralmente financiado das responsabilidades por serviços passados derivadas desse plano obedece ao estipulado na cláusula 56.ª do Contrato Coletivo de Trabalho da Atividade Seguradora que esteve em vigor até 14/1/2012, sendo o valor atual dessas responsabilidades determinado anualmente



nos termos da IAS 19, pelo método de valoração atuarial da Unidade de Crédito Projetada e tendo por base pressupostos atuariais considerados adequados, que se detalham na Nota 20.

Esse valor encontra-se garantido através de apólices cujos contratos foram efetuados na própria Companhia e consideradas não elegíveis nos termos da IAS 19. Em consequência, o valor atual das responsabilidades é refletido no passivo e o justo valor dos ativos é refletido no ativo.

Os ganhos e perdas decorrentes das diferenças entre os pressupostos atuariais e financeiros utilizados e os valores reais, no que se refere às responsabilidades e ao rendimento esperado das apólices, bem como os resultantes de alterações de pressupostos atuariais, são anualmente reconhecidos em outras variações de Capital próprio. De igual forma, o custo dos serviços correntes e o custo dos juros, deduzido do rendimento esperado dos ativos, é refletido na conta de ganhos e perdas do exercício.

3.2.6.2. PRÊMIO DE PERMANÊNCIA

As responsabilidades decorrentes do n.º 2 da cláusula 41.ª do Contrato Coletivo de Trabalho da Atividade Seguradora em vigor desde 15/01/2012 são calculadas anualmente utilizando o método *pro rata temporis*, em função da data em que o pagamento será devido a cada trabalhador, sendo o custo do exercício reconhecido na conta de ganhos e perdas.

3.2.6.3. BENEFÍCIOS DE CURTO PRAZO

Os benefícios de curto prazo (vencíveis num período inferior a doze meses) são, de acordo com o princípio da especialização de exercícios, refletidos em rubricas apropriadas de ganhos e perdas no período a que respeitam.

3.2.7. OUTROS DEVEDORES

A valorização destes ativos realiza-se ao custo histórico líquido dos ajustamentos efetuados nos termos de normas específicas do ISP sobre recibos por cobrar e créditos de cobrança duvidosa – créditos já vencidos em mora sem garantia real sobre os mesmos.

A imparidade, no que respeita aos recibos pendentes de cobrança, destina-se a reduzir o montante dos recibos por cobrar ao seu valor provável de realização e é calculada mediante a aplicação de uma percentagem média, correspondente à taxa da receita líquida da Companhia, aos recibos com cobranças em atraso nos termos definidos na Norma 13/2000-R do ISP.

3.2.8. PROVISÕES TÉCNICAS DE SEGURO DIRETO

3.2.8.1. PROVISÃO MATEMÁTICA

A provisão matemática é calculada, apólice por apólice, segundo o método atuarial prospetivo que, tendo em atenção os prémios futuros a receber, tem em

consideração todas as obrigações futuras, de acordo com as condições de cada um dos contratos.

A base de cálculo é o prémio de inventário correspondente ao exercício, constituído pelo prémio puro mais os encargos de gestão, ambos determinados utilizando as melhores estimativas de mortalidade, rendimentos dos investimentos e gastos de gestão no momento da emissão dos contratos. Estas bases técnicas são divulgadas nos prospetos dos produtos e mantêm-se inalteráveis durante todo o período de vigência do contrato.

Os cálculos da provisão matemática são efetuados com base em pressupostos atuariais aprovados pelo Instituto de Seguros de Portugal.

3.2.8.2. PROVISÃO PARA SINISTROS

3.2.8.2.1. Sinistros conhecidos e pendentes de liquidação

Esta provisão corresponde ao valor dos sinistros ocorridos e ainda por liquidar. Estão incluídos nesta provisão, nomeadamente, os valores correspondentes aos vencimentos de contratos já vencidos, mas não liquidados, e aos sinistros de morte ou invalidez, enquanto decorre a tramitação processual do sinistro.

3.2.8.2.2. Sinistros pendentes de declaração (IBNR)

Nesta rubrica é registado o valor das responsabilidades provenientes de sinistros já ocorridos, mas não declarados à data de encerramento das contas.

3.2.8.3. PROVISÃO PARA PARTICIPAÇÃO NOS RESULTADOS

3.2.8.3.1. Provisão para participação nos resultados atribuída

Esta provisão corresponde aos montantes atribuídos aos segurados ou aos beneficiários de contratos, a título de participação nos resultados, para distribuição posterior.

3.2.8.3.2. Provisão para participação nos resultados a atribuir

Corresponde às mais-valias potenciais dos investimentos afetos a seguros de vida com participação nos resultados, na parte que seja atribuível ao tomador do seguro ou beneficiário do contrato.

3.2.8.4. PROVISÃO PARA PRÉMIOS NÃO ADQUIRIDOS DO SEGURO DIRETO E CUSTOS DE AQUISIÇÃO DIFERIDOS

A provisão para prémios não adquiridos inclui a parte dos prémios brutos emitidos, relativamente a cada um dos contratos em vigor, a imputar a um ou vários dos exercícios seguintes. Esta provisão é apurada de acordo com o método pro rata temporis e destina-se a garantir a cobertura dos riscos assumidos e dos encargos deles resultantes

durante o período compreendido entre o final do exercício e a data de vencimento de cada um dos contratos de seguro.

A provisão registada no balanço, encontra-se deduzida dos custos de aquisição imputados a exercícios seguintes, na mesma proporção da especialização dos prémios e até ao limite de 20% do montante dos prémios diferidos por cada um dos ramos.

3.2.8.5. PROVISÃO TÉCNICA RELATIVA A SEGUROS DE VIDA EM QUE O RISCO DE INVESTIMENTO É SUPOSTADO PELO TOMADOR DE SEGURO

As provisões dos seguros de Vida em que contratualmente se estipulou que o risco do investimento é suportado integralmente pelo tomador do seguro são calculadas apólice por apólice e o seu valor é encontrado em função dos ativos especificamente afetos para determinar o valor dos direitos.

3.2.9. PASSIVOS FINANCEIROS

A única classe de passivo financeiro registado nesta rubrica é relativa à componente de depósito de contratos de seguros que não estão no âmbito da IFRS 4. Esta componente de depósito é contabilizada como contrato de investimento de acordo com a IAS 39 e encontra-se valorizada ao custo amortizado.

3.2.10. OUTROS CREDORES

A valorização efetua-se ao custo amortizado, utilizando o método da taxa de juro efetiva.

Tratando-se de dívidas com vencimento superior a um ano, sem que as partes tenham acordado expressamente a taxa de juro aplicável, descontam-se tomando a taxa de juro vigente de títulos de dívida pública de prazo similar ao vencimento das mesmas, sem prejuízo de se considerar um prémio de risco.

3.2.11. ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS

O princípio geral de reconhecimento de ganhos e gastos é o critério económico, segundo o qual a imputação de ganhos e gastos é efetuada em função do usufruto real de bens e serviços, independentemente do momento em que se efetue o pagamento.

A rubrica de acréscimos e diferimentos destina-se a permitir o registo dos gastos e dos rendimentos nos exercícios a que respeitam.

No ativo registam-se os rendimentos que respeitam ao exercício, mas cuja receita só se obtém em exercícios posteriores, bem como as despesas contabilizadas no exercício cujo gasto respeite a exercícios posteriores.

No passivo incluem-se os rendimentos obtidos no exercício, mas imputáveis a exercícios posteriores, bem como os gastos correspondentes ao exercício, mas cujas despesas terão lugar em exercícios posteriores.

3.2.12. OUTRAS PROVISÕES E PASSIVOS CONTINGENTES

Uma provisão é constituída quando existe uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de eventos passados, relativamente à qual seja provável o futuro dispêndio de recursos, e este possa ser determinado com fiabilidade. O montante da provisão corresponde à melhor estimativa do valor a desembolsar para liquidar a responsabilidade na data do balanço.

Caso não seja provável o futuro dispêndio de recursos, trata-se de um passivo contingente. Os passivos contingentes são apenas objeto de divulgação, a menos que a possibilidade da sua concretização seja remota.

3.2.13. IMPUTAÇÃO DE GASTOS POR FUNÇÕES E POR SEGMENTOS

Os custos e gastos são, em primeiro lugar, registados por natureza, sendo posteriormente imputados por funções e adicionalmente imputados, também, por grupos de ramos.

As funções consideradas no âmbito desta imputação são a função de gestão dos sinistros, a função de aquisição de negócios, a função de administração e a função de gestão de investimentos.

São apresentados na nota 16 os critérios adotados pela Companhia na determinação destas imputações

3.2.14. RECONHECIMENTO DE GANHOS E PERDAS EM CONTRATOS DE SEGUROS

Os prémios de contratos anuais renováveis de Vida são reconhecidos como ingresso durante o período de vigência dos mesmos, em função do tempo decorrido. A periodização dos prémios é efetuada através da constituição da provisão para prémios não adquiridos.

Os prémios de Vida a longo prazo, tanto os prémios únicos como os periódicos, são reconhecidos quando surge o direito da cobrança por parte da Companhia.

Os prémios correspondentes ao resseguro cedido, são registados em função dos contratos de resseguro subscritos e com os mesmos critérios utilizados para o seguro direto.

As comissões, tanto de seguro direto como resseguro cedido, acompanham a contabilização dos prémios.

Os custos com os sinistros do seguro direto e do resseguro cedido, em resultado dos critérios de provisionamento de sinistros descritos nas alíneas 3.1.8.2. e 3.2.5. anteriores, são reconhecidos na data de ocorrência dos sinistros,

3.2.15. IMPOSTOS

Os impostos sobre os lucros compreendem os im-

postos correntes e os impostos diferidos e são refletidos na conta de ganhos e perdas do exercício, exceto nos casos em que as transações que os originaram tenham sido refletidas noutras rubricas de capital próprio (caso da reavaliação de ativos financeiros disponíveis para venda ou terrenos). Nestas situações, o correspondente imposto é igualmente refletido por contrapartida de capital próprio, não afetando o resultado do exercício, sendo posteriormente reconhecidos em resultado no momento em que forem reconhecidos os ganhos e perdas que lhe deram origem.

3.2.15.1. IMPOSTOS CORRENTES

Os impostos correntes são apurados com base no lucro tributável de acordo com as regras fiscais em vigor e utilizando a taxa de imposto aprovada. A determinação dos impostos sobre os lucros requer um conjunto de interpretações e estimativas que podem resultar num nível diferente de imposto, consoante a interpretação.

De acordo com a legislação fiscal em vigor, a Autoridade Tributária tem a possibilidade de rever o cálculo da matéria coletável efetuado pela Companhia durante um período de quatro anos. Desta forma, é possível existirem correções à matéria coletável, resultante principalmente de diferenças na interpretação da legislação fiscal. No entanto, é convicção do Conselho de Administração da companhia de que não haverá correções aos impostos sobre os lucros registados nas demonstrações financeiras.

3.2.15.2. IMPOSTOS DIFERIDOS

Os impostos diferidos correspondem ao impacto no imposto a recuperar ou a pagar em períodos futuros, resultante de diferenças temporárias dedutíveis ou tributáveis entre o valor de balanço dos ativos e passivos e a sua base fiscal, utilizada na determinação do lucro tributável.

São registados passivos por impostos diferidos para todas as diferenças temporárias tributáveis. Apenas são registados ativos por impostos diferidos até ao montante em que seja provável a existência de lucros tributáveis futuros, que permitam a utilização das correspondentes diferenças temporárias dedutíveis ou reporte de prejuízos fiscais. Não são registados ativos por impostos diferidos nos casos em que a sua recuperabilidade possa ser questionável devido a outras situações, incluindo questões de interpretação da legislação fiscal em vigor.

Os impostos diferidos são calculados com base nas taxas de imposto que se antecipa estarem em vigor à data da reversão das diferenças temporárias, as quais correspondem às taxas aprovadas ou substancialmente aprovadas na data de balanço.

3.2.16. TRANSAÇÕES EM MOEDA ESTRANGEIRA

As transações em moeda estrangeira são registradas com base nas taxas de câmbio indicativas na data da transação. Os ativos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira são convertidos para euros às taxas de câmbio de referência do Banco Central Europeu na data de referência do Balanço.

Os itens não monetários que sejam valorizados ao justo valor são convertidos com base na taxa de câmbio em vigor na data da última valorização. Os itens não monetários que sejam mantidos ao custo histórico são mantidos ao câmbio original.

As diferenças de câmbio apuradas na conversão são reconhecidas como ganhos ou perdas do período na conta de ganhos e perdas, com exceção das originadas por instrumentos financeiros não monetários classificados como disponíveis para venda, que são registradas por contrapartida de uma rubrica específica de capital próprio até à alienação do ativo.

3.2.17. CLASSIFICAÇÃO DE PRODUTOS

A Companhia emite contratos com risco de seguro e ou risco financeiro. A classificação dos contratos tem por base o estipulado na IFRS 4, ou seja, existência de transferência de risco do segurado para a seguradora e de participação nos resultados discricionária.

Nos produtos em que são observadas as condições acima descritas, os prêmios brutos emitidos relativos a esses contratos são registrados como proveito na conta de ganhos e perdas, na rubrica "Prêmios brutos emitidos", tendo em conta o princípio da especialização dos exercícios, através da contabilização dos prêmios diferidos na rubrica "Provisão para prêmios não adquiridos (variação)".

Nos restantes produtos, os valores entregues assumem a forma de uma responsabilidade financeira e são registrados no passivo, na rubrica "Passivos financeiros da componente de depósito de contratos de seguro e de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento". São inicialmente registrados ao justo valor e subsequentemente ao custo amortizado.

3.2.18. RESSEGURO

Os valores provenientes da aplicação dos contratos de resseguro são registrados de acordo com a sua natureza, conforme o estipulado no "Plano de contas para as empresas de seguros".

3.2.19. PARTICIPAÇÃO NOS RESULTADOS

A participação nos resultados atribuída é calculada de acordo com o plano de participação nos resultados de cada modalidade e registada no passivo na rubrica "Provisão para participação nos resultados atribuída". Normalmente, é distribuída no início do exercício seguinte por incorporação nas provisões matemáticas, dos contratos em vigor a 31 de dezembro do exercício anterior.

"A vida é como a música.
Deve ser composta
de ouvido, com sensibilidade
e intuição, nunca
por normas rígidas."

Samuel Butler



A participação nos resultados a atribuir refere-se aos ganhos e perdas potenciais dos ativos financeiros afetos aos fundos autônomos pertencentes a cada modalidade ou grupos de modalidades, desde que esses ganhos e perdas sejam positivos. O cálculo é efetuado como o descrito no parágrafo anterior e o seu valor registado no passivo, na rubrica “Provisão para participação nos resultados a atribuir”.

3.3. ALTERAÇÕES DE POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

Durante o exercício de 2013, não ocorreram alterações voluntárias de políticas contabilísticas, face às consideradas na preparação da informação financeira relativa ao exercício anterior apresentada nos comparativos.

3.4. NOVAS NORMAS E INTERPRETAÇÕES APLICÁVEIS AO EXERCÍCIO DE 2013

Em resultado do endosso por parte da União Europeia (UE), verificaram-se emissões, revisões, alterações e melhorias nas normas e interpretações com efeitos a partir de 1 de janeiro de 2013. Na Nota 30 encontram-se sumarizadas as novas normas e interpretações aplicáveis ao exercício de 2013.

3.5. ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS CRÍTICAS E ASPETOS DE JULGAMENTOS MAIS RELEVANTES NA APLICAÇÃO DAS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

Na aplicação das políticas contabilísticas descritas, é necessária a realização de estimativas pelo Conselho de Administração da Companhia. As estimativas com maior impacto nas demonstrações financeiras incluem:

3.5.1. BENEFÍCIOS DOS EMPREGADOS

Conforme descrito na alínea 3.2.6.1. das bases de mensuração e políticas contabilísticas, as responsabilidades da Companhia por benefícios pós-emprego, planos de benefício definido, são determinadas com base em avaliações atuariais. Estas avaliações atuariais incorporam pressupostos financeiros e atuariais de acordo com a melhor estimativa da Companhia e dos seus atuários relativamente à evolução e comportamento futuro destas variáveis.

3.5.2. DETERMINAÇÃO DOS PASSIVOS POR CONTRATOS DE SEGUROS

A determinação das responsabilidades da Companhia por contratos de seguros é efetuada com base nas metodologias e pressupostos descritos nas alíneas 3.2.8. e 3.2.9. das bases de mensuração e políticas contabilísticas e na Nota 4.

Face à sua natureza, a determinação das provisões para sinistros e outros passivos por contratos de seguros reveste-se de um elevado nível de subjetividade, podendo os valores, a verificar-se, virem a ser diferentes das estimativas reconhecidas em balanço.

No entanto, a Companhia considera que os passivos determinados com base nas metodologias aplicadas refletem de forma adequada a melhor estimativa nesta data das responsabilidades a que a Companhia se encontra obrigada.

3.5.3. PERDAS POR IMPARIDADE DE DETERMINADOS ATIVOS

A Companhia reconhece as perdas por imparidade dos seus ativos, nomeadamente no que respeita aos ativos financeiros classificados como disponíveis para venda, de acordo com as suas melhores estimativas. Contudo, poderão vir efetivamente a verificar-se valores diferentes dos reconhecidos contabilisticamente.

3.5.4. IMPOSTOS DIFERIDOS

São reconhecidos impostos diferidos quando:

- As quantias dos componentes dos resultados líquidos do exercício não coincidam com as correspondentes quantias relevantes para determinação do imposto liquidado com referência ao período e as diferenças entre aquelas quantias sejam temporárias e reversíveis em período posterior, ou decorram da extinção ou reversão daquelas diferenças – determinantes tanto de passivos por impostos diferidos como de ativos por impostos diferidos;
- Existem “prejuízos fiscais” – a que, em certas condições, possam ficar associados ativos por impostos diferidos; e
- As variações de justo valor, geradoras de aumentos ou diminuições de capital próprio em que o valor contabilístico reavaliado dos elementos patrimoniais seja superior ou inferior ao inerente valor relevante ao cálculo do imposto – geradores de um passivo por impostos diferidos ou ativo por impostos diferidos, respetivamente.

4. NATUREZA E EXTENSÃO DAS RUBRICAS E DOS RISCOS RESULTANTES DE CONTRATOS DE SEGUROS E ATIVOS DE RESSEGURO

4.1. IDENTIFICAÇÃO E EXPLICAÇÃO DAS QUANTIAS INDICADAS NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS RESULTANTES DE CONTRATOS DE SEGURO

a) Políticas contabilísticas adotadas relativamente a contratos de seguro

As políticas contabilísticas adotadas relativamente a contratos de seguro são descritas no ponto 3.2.14.

b) Processos usados na determinação dos pressupostos que tiveram maior efeito na mensuração das quantias indicadas nas demonstrações financeiras

• Provisão matemática

As provisões matemáticas correspondem à diferença entre o valor atuarial estimado dos compromissos da Companhia, incluindo as participações nos resultados já atribuídas, e o valor atuarial dos prémios futuros.

As provisões matemáticas são calculadas apólice a apólice, através de métodos atuariais prospetivos, em conformidade com as bases técnicas das respetivas modalidades.

As regras de provisionamento aplicadas têm em conta os princípios da prudência, no que respeita às taxas técnicas utilizadas e o controle de eventuais riscos de mortalidade através da utilização de tábuas mais ajustadas.

A Companhia aplica no momento da contratação e para efeitos do cálculo do valor do prémio as bases técnicas que se mostram mais ajustadas ao tipo de produto, são chamadas bases técnicas iniciais (BTI). No decorrer do contrato, e sempre que se comprove essa necessidade, essas bases técnicas são modificadas e dão lugar às bases técnicas contabilísticas (BTC), a partir das quais se passam a registar as responsabilidades no âmbito desta provisão.

As tábuas de mortalidade e as taxas técnicas de juro utilizadas no cálculo das provisões matemáticas são as seguintes:

Modalidade	Taxa técnica	Tábua mortalidade
Seguros não ligados a fundos de investimento		
Rendas		
Renda Vitalícia	De 2,25% a 4,90%	GRM95 e GRF95 Modificadas
Renda Vitalícia com Reembolso	De 2,25% a 4,90%	GRM95 e GRF95 Modificadas
Renda Vitalícia Reversível	De 2,25% a 5,00%	GRM95 e GRF95 Modificadas
Renda Temporária	De 2,25% a 3,00%	GRM95 e GRF95 Modificadas
Vida Inteira e Mistos		
Vida Inteira		
Vida Inteira	4,00%	GKM80
	3,00%	GKF80 Modificada
Mistos		
Quatrum	4,00%	GKM80
Reforma Assegurada	4,00%	GKM80
	De 2,25% a 3,00%	GKM95

(Continua)

(Continuação)

Modalidade	Taxa técnica	Tábua mortalidade
Futuro Jovem Garantido	De 3,00% a 4,00%	GKM80
	De 2,25% a 3,00%	GKM95
Seguro Reforma Completo	De 3,00% a 4,00%	GKM80
	De 2,25% a 3,00%	GKM95
Plano Poupança Criança Futuro	2,25%	GKM95
Temporários		
Temporário		
Temporário	4,00%	GKM 80
	De 3,00% a 4,00%	GKM80 e GKF80 Modificadas
	De 2,25% a 3,00%	GKF95 e GKM95
MAPFRE Proteção Pessoal	2,25%	GKM95 Modificada
BIC Proteção Crédito	2,25%	GKM95 Modificada
Temporário Anual Renovável		
Temporário	4,00%	GKM 80
	De 3,00% a 4,00%	GKM80 e GKF80 Modificadas
	De 2,25% a 3,00%	GKF95 e GKM95
	De 2,25% a 2,50%	GKM95 e GKF95 Modificadas
MAPFRE Proteção Vida – 2 Cabeças	De 2,25% a 3,00%	GKF95 e GKM95
	De 2,25% a 2,50%	GKM95 e GKF95 Modificadas
MAPFRE Prestígio Vida	2,25%	GKM95 e GKF95 Modificadas
PRM Estrela	2,25%	GKF95 e GKM95
	2,25%	GKM95 e GKF95 Modificadas
TAR – Coletivo	De 3,00% a 4,00%	GKM80 Modificada
	De 2,25% a 2,50%	GKM95 e GKF95 Modificadas
Auto Vida Express	2,25%	GKF95 e GKM95
TAR – Cover	2,25%	GKF95 e GKM95
TAR – Broker	2,25%	GKF95 e GKM95
Proteção El Corte Inglés	2,25%	GKM95 e GKF95 Modificadas
TAR Proteção Especial Corte Inglés	2,25%	GKM95 e GKF95 Modificadas
TAR Executive	2,25%	GKM95 e GKF95 Modificadas
M de Mulher	2,25%	GKM95 Modificadas
Vida Duo	2,25%	GKM95 Modificadas
TAR Cover Duo	2,25%	GKM95 Modificadas
Capitais diferidos		
Reforma Flexível	De 2,25% a 4,00%	GKM95
Milhão Vida	De 1,20% a 4,90%	GKM95
Milhão Vida Top	3,15%	GKM95 Modificadas
FixInvest	3,00%	GKM95 Modificadas
Invida	De 2,25% a 4,00%	GKM95
	3,00%	GRM80 Modificada
Invida (Coletivo)	De 2,25% a 4,50%	GKM95
MAPFR'INVEST 2010	3,30%	GKM95
MAPFR'INVEST 2011	3,50%	GKM95
PPR Pré-Reforma MAPFRE	De 2,25% a 4,00%	GKM95
Reforma Garantida MAPFRE PPR	De 2,25% a 4,00%	GKM95
Postal PPR Seguro	3,00% + 2,25% após 1 ano	GKM95
PPR Postal Mealheiro	3,80% + 2,50% após 1 ano	GKM95
PPR Postal Mealheiro Ed. Especial	4,5% + 3,0% do 2.º ao 5.º ano + 2,5% após 5.º ano	GKM95
PPR Sênior	3,50%	GKM95

(Continua)

(Continuação)

Modalidade	Taxa técnica	Tábua mortalidade
PPR Super 3	3,00% + 2,25% após 5 anos	GKM95
PPR Garantido 5+	3,90% + 2,25% após 5 anos	GKM95
PPR Plano A	3,80% + 2,50% após 1 ano	GKM95
PPR Vital	3,70% + 2,25% após 5 anos	GKM95
PPR Master 3.6	3,60%+2,25% após 5 anos	GKM95
PPR Futuro +	3,75% - 1 ano + 3,50% - 4 anos + 2,25% após 5 anos	GKM95
PPR Super Plano A	3,80% + 2,50% após 1 ano	GKM95
Postal PPR Garantido	3,70% + 2,5% após 3 anos	GKM95
PPR Três Por Três	3,0% + 2,25% após 3 anos	GKM95
PPR BIC Garantido	3,80% + 2,50% após 1 ano	GKM95
PPR BIC	3,0% + 2,25% após 1 ano	GKM95
Universal Life		
Universal Life AG	De 2,25% a 3,00%	GKM95
Escolha Segura	2,50%	GKM95 modificada
Mealheiro MAPFRE	2,50%	GKM95 modificada
Plano Indivi. Proteção/Reforma	2,50%	GKM95 modificada
Plano Coletivo Proteção/Reforma	3,8% + 2,5% após 1.º ano	GKM95 modificada
Mealheiro Independentes	2,25%	GKM95 modificada
Seguros ligados a fundos de investimento		
Sem risco de investimento		
Tripla Acção	2,03%	GKM95
Com risco de investimento		
MAPFREINVEST	De 3,20% a 4,40%	GKM95
MAPFRE Garantia	De 2,25% a 2,50%	GKM95
MAPFRE Rendibilidade Total	De 2,25% a 2,50%	GKM95
A-MAPFRE Garantia	2,25%	GKM95

O valor da provisão matemática referente ao seguro direto apresenta, para os exercícios de 2013 e de 2012, a seguinte composição por famílias de produtos:

Exercício de 2013				
Prov. matemática – Seguro Direto	Saldo inicial	Aumento	Redução	Saldo final
Contratos de seguros				
Rendas	11.668.386,97	1.564.824,88	0,00	13.233.211,85
Risco	79.010,66	0,00	8.520,45	70.490,21
Mistos	32.378.110,46	0,00	3.630.992,37	28.747.118,09
Capitalização	15.974.471,61	1.647.759,45	0,00	17.622.231,06
PPR	80.530.794,54	22.406.835,36	0,00	102.937.629,90
Universal Life	1.660.223,05	1.669.026,40	0,00	3.329.249,45
Total	142.290.997,29	27.288.446,09	3.639.512,82	165.939.930,56

Exercício de 2012				
Prov. matemática – Seguro Direto	Saldo inicial	Aumento	Redução	Saldo final
Contratos de seguros				
Rendas	10.033.862,98	1.634.523,99	0,00	11.668.386,97
Risco	99.977,94	0,00	20.967,28	79.010,66
Mistos	37.305.848,09	0,00	4.927.737,63	32.378.110,46
Capitalização	17.882.874,56	0,00	1.908.402,95	15.974.471,61
PPR	81.566.277,88	0,00	1.035.483,34	80.530.794,54
Universal Life	0,00	1.660.223,05	0,00	1.660.223,05
Total	146.888.841,45	3.294.747,04	7.892.591,20	142.290.997,29



“ O homem tem de poder escolher a vida
em todas as circunstâncias. ”

Jean-Paul Sartre

- Provisão para sinistros

O Anexo 2 a estas Notas ao Balanço e Conta de Ganhos e Perdas explicita os reajustamentos efetuados no exercício de 2013, respetivamente, aos custos com sinistros de exercícios anteriores.

- Provisão para participação nos resultados atribuída

No quadro seguinte demonstra-se a movimentação referente à Participação nos Resultados no exercício de 2013 e 2012:

Exercício de 2013				
Participação nos resultados atribuída	Saldo inicial	Atribuída	Distribuída	Saldo final
Modalidade:				
Vida inteira	69,61	162,50	69,61	162,50
Quatrum	66,15	80,26	66,15	80,26
Reforma Assegurada	73.047,59	134.614,43	73.047,59	134.614,43
Futuro Jovem Garantido	3.280,26	5.732,52	3.280,26	5.732,52
Seg. Reforma Completo	22.322,16	53.254,60	22.322,16	53.254,60
P. Poup. Criança Futuro	897,34	4.660,26	897,34	4.660,26
Reforma Flexível	36.869,90	0,00	36.869,90	0,00
Invida Individual	821,79	0,00	821,79	0,00
Invida Coletivo	759,20	4.210,65	759,20	4.210,65
PPR Pré-Reforma MAPFRE	29,59	1.430,99	0,00	1.460,58
Ref. Garantida MAPFRE PPR	142.550,29	913.498,34	142.550,29	913.498,34
PPR Plano A	17.797,91	56.729,51	17.797,91	56.729,51
Universal Life Aegon	1.987,54	12.905,99	1.987,54	12.905,99
Postal PPR Seguro	27.367,72	60.497,89	27.367,72	60.497,89
Total	327.867,05	1.247.777,94	327.837,46	1.247.807,53

Exercício de 2012				
Participação nos resultados atribuída	Saldo inicial	Atribuída	Distribuída	Saldo final
Modalidade:				
Vida Inteira	0,00	69,61	0,00	69,61
Quatrum	0,00	66,15	0,00	66,15
Reforma Assegurada	0,00	73.047,59	0,00	73.047,59
Futuro Jovem Garantido	0,00	3.280,26	0,00	3.280,26
Seg. Reforma Completo	0,00	22.322,16	0,00	22.322,16
P. Poup. Criança Futuro	0,00	897,34	0,00	897,34
Reforma Flexível	0,00	36.869,90	0,00	36.869,90
Invida Individual	0,00	821,79	0,00	821,79
Invida Coletivo	0,00	759,20	0,00	759,20
PPR Pré-reforma MAPFRE	1.900,25	29,59	1.900,25	29,59
Ref. Garantida MAPFRE PPR	295.246,07	142.550,29	295.246,07	142.550,29
PPR Plano A	9.616,93	8.180,98	0,00	17.797,91
Universal Life Aegon	11.104,24	1.987,54	11.104,24	1.987,54
Postal PPR Seguro	70.913,11	19.568,87	63.114,26	27.367,72
Total	388.780,60	310.451,27	371.364,82	327.867,05

A participação nos resultados atribuída corresponde aos montantes atribuídos aos tomadores de seguros, de acordo com o plano de participação nos resultados de cada modalidade. A participação nos resultados foi distribuída por incorporação nas provisões matemáticas.

- Provisão para prémios não adquiridos

A variação dos prémios não adquiridos no seguro direto e no resseguro cedido e a variação dos custos de aquisição diferidos relativamente ao seguro direto são apresentadas em rubricas específicas da conta de ganhos e perdas. A variação dos custos de aquisição diferidos relativamente ao resseguro cedido está incluída na conta de ganhos e perdas na rubrica de “Comissões e participação nos resultados de resseguro”.

- Provisão técnica relativa a seguros de vida em que o risco de investimento é suportado pelo tomador de seguro

As provisões dos seguros de Vida em que contratualmente se estipulou que o risco do investimento é suportado integralmente pelo tomador do seguro são calculadas apólice por apólice e o seu valor é encontrado em função dos ativos especificamente afetos para determinar o valor dos direitos.

c) Reconciliação dos passivos resultantes de contratos de seguro, nos ativos resultantes de contratos de resseguro, para os exercícios de 2013 e 2012 – Provisões técnicas

I – De contratos de seguro

Exercício de 2013				
Prov. técnicas – Seguro direto	Saldo inicial	Aumento	Redução	Saldo final
Contratos de seguros				
Provisão matemática	142.290.997,29	23.648.933,27	0,00	165.939.930,56
Provisão para sinistros	6.189.282,07	1.291.257,36	0,00	7.480.539,43
Prestações	6.173.846,92	1.290.388,28	0,00	7.464.235,20
IBNR	15.435,15	869,08	0,00	16.304,23
Provisão para participação nos resultados	3.591.524,92	3.183.599,84	0,00	6.775.124,76
Provisão para prémios não adquiridos	654.906,78	8.272,56	17.457,63	645.721,71
Prémios não adquiridos	734.121,27	8.272,56	0,00	742.393,83
Custos de aquisição diferidos	-79.214,49	0,00	17.457,63	-96.672,12
Provisão técnica de seguros de vida em que o risco de investimento é suportado pelo tomador de seguro	6.080.738,69	0,00	4.057.447,77	2.023.290,92
Total	158.807.449,75	28.132.063,03	4.074.905,40	182.864.607,38
Exercício de 2012				
Prov. técnicas – Seguro direto	Saldo inicial	Aumento	Redução	Saldo final
Contratos de seguros				
Provisão matemática	146.888.841,45	0,00	4.597.844,16	142.290.997,29
Provisão para sinistros	6.492.371,59	0,00	303.089,52	6.189.282,07
Prestações	6.476.377,65	0,00	302.530,73	6.173.846,92
IBNR	15.993,94	0,00	558,79	15.435,15
Provisão para participação nos resultados	388.780,60	3.202.744,32	0,00	3.591.524,92
Provisão para prémios não adquiridos	660.694,46	17.609,93	23.397,61	654.906,78
Prémios não adquiridos	757.518,88	0,00	23.397,61	734.121,27
Custos de aquisição diferidos	-96.824,42	17.609,93	0,00	-79.214,49
Provisão técnica de seguros de Vida em que o risco de investimento é suportado pelo tomador de seguro	7.652.677,66	0,00	1.571.938,97	6.080.738,69
Total	162.083.365,76	3.220.354,25	6.496.270,26	158.807.449,75

“A vida só se dá
para quem se deu.”

Vinicius de Moraes



II – De contratos de resseguro

Exercício de 2013				
Prov. técnicas – Resseguro cedido	Saldo inicial	Aumento	Redução	Saldo final
Contratos de seguros				
Provisão para sinistros	674.389,48	200.958,67	2.822,65	872.525,50
Prestações	666.927,30	200.958,67	0,00	867.885,97
IBNR	7.462,18	0,00	2.822,65	4.639,53
Provisão para prêmios não adquiridos	118.824,53	3.408,95	1.692,55	120.540,93
Prêmios não adquiridos	129.584,64	0,00	1.692,55	127.892,09
Custos de aquisição diferidos	-10.760,11	3.408,95	0,00	-7.351,16
Total	793.214,01	204.367,62	4.515,20	993.066,43

Exercício de 2012				
Prov. técnicas – Resseguro cedido	Saldo inicial	Aumento	Redução	Saldo final
Contratos de seguros				
Provisão para sinistros	402.144,00	280.778,24	8.532,76	674.389,48
Prestações	386.149,06	280.778,24	0,00	666.927,30
IBNR	15.994,94	0,00	8.532,76	7.462,18
Provisão para prêmios não adquiridos	109.436,59	86.063,31	76.675,37	118.824,53
Prêmios não adquiridos	206.260,01	0,00	76.675,37	129.584,64
Custos de aquisição diferidos	-96.823,42	86.063,31	0,00	-10.760,11
Total	511.580,59	366.841,55	85.208,13	793.214,01

4.2. AVALIAÇÃO DA NATUREZA E EXTENSÃO DOS RISCOS ESPECÍFICOS DE SEGUROS

a) Objetivos, políticas e processos de gestão dos riscos resultantes de contratos de seguro e os métodos usados na gestão desses riscos

A MAPFRE dispõe de um sistema de gestão de riscos, baseado na gestão integrada dos processos de negócio e na adequação do nível de risco aos objetivos estratégicos estabelecidos.

No topo deste sistema encontra-se o Código de Bom Governo, que define as regras basilares a observar no que respeita à ética empresarial.

Em relação à estratégia, o respetivo plano anual é elaborado sob coordenação da área de Gestão de Risco e Controlo Interno, com a participação de todas as áreas de negócio, em função dos objetivos traçados pelo órgão de gestão (crescimento, contenção de custos e rentabilidade), facto que garante, desde logo, a implicação e a articulação entre todas as áreas e níveis da organização.

Cada área apresenta as suas propostas, identificando o seu enquadramento estratégico, os seus benefícios, o calendário de execução previsto, bem como os valores preliminares envolvidos, classificados por natureza.

Estas propostas são discutidas com o órgão de gestão. As que forem aprovadas são classificadas em projetos ou meras iniciativas, segundo a sua complexidade, seguindo-se um período em que são quantificadas detalhadamente.

O processo de orçamentação conta com a nomeação de um responsável por cada rubrica, segundo a sua natureza (prémios, resseguro, comissões e gastos gerais), assegurando, cada um deles, a quantificação dos valores de índole corrente e dos que resultam das iniciativas apresentadas no âmbito do plano estratégico.

Se uma iniciativa implica a quantificação de mais do que uma variável, o seu proponente articula-se com o responsável de cada uma delas.

A área Financeira garante a integração global dos diversos orçamentos inerentes às atividades, garantindo a sua consistência, acordando os ajustamentos que se revelem necessários com cada um dos responsáveis, os quais, por sua vez, se coordenam com os proponentes das iniciativas e dos projetos.

Na fase de execução, aquelas iniciativas que se classificaram como projetos, seguem obrigatoriamente a Metodologia de Gestão de Projetos MAPFRE, que foi desenhada para assegurar a devida interligação entre as diversas áreas envolvidas, o controlo orçamental e a gestão dos riscos associados.

Esta metodologia obriga a uma pormenorizada definição do projeto, à sua aprovação pelo órgão de gestão e posterior nomeação de uma equipa de gestão, composta por um patrocinador, um chefe de projeto e colaboradores das áreas funcionais envolvidas, encontrando-se perfeitamente definidas as responsabilidades de cada um.

O acompanhamento da evolução dos projetos é efetuado através de relatórios de gestão quinzenais, da responsabilidade do chefe de projeto, e por reuniões do Comité de *Steering* respetivo, de cuja aprovação dependem eventuais alterações ao âmbito.

O acompanhamento global da execução do plano estratégico é coordenado pela área de Gestão de Risco e Controlo Interno, que obtém as evidências necessárias de cada área e elabora um documento resumo que é apresentado mensalmente ao órgão de gestão.

No que concerne à operativa diária da Companhia, ela assenta em fluxos de trabalho decorrentes de normas definidas, com base em políticas aprovadas e com o apoio de comités setoriais, em função da sua natureza

A mais importante dessas políticas é a de aceitação de riscos, cujas principais linhas são as seguintes:

- Observância de um princípio de diversificação, através da exploração dos diversos ramos, evitando concentrações excessivas em um ou alguns deles;
- Rigorosa seleção de riscos, classificando-os em três categorias: aceitação automática, condicionada e interdita;
- Grelha de autonomias, baseada nas competências e na experiência dos colaboradores, os quais procedem à sua aceitação formal;
- Minimização do risco através de contratos de resseguro adequados, revistos anualmente, onde as percentagens de retenção têm por base uma filosofia de prudência;
- Seleção dos resseguradores em função do grau de qualidade creditícia mínima, sendo a referência o *rating A* da Standard & Pools;

Por sua vez, a política de gestão de sinistros privilegia a elevada velocidade de liquidação de sinistros e o controlo permanente dos custos médios de abertura e encerramento dos processos;

Estas políticas encontram-se vertidas em manuais operativos, dos quais destacamos os manuais de subscrição, resseguro e sinistros:

- O manual de subscrição contém todas as normas de aceitação de riscos, as tarifas aplicáveis, a cadeia de delegações e o controlo de cúmulos de risco;

- O manual de resseguro contém todas as políticas a seguir nesta área, nomeadamente o grau creditício dos resseguradores a observar; e
- O manual de sinistros, contém todas as normas de valoração de sinistros e a definição dos planos de tramitação dos mesmos.

A fim de garantir a sua eficácia, a grande maioria das normas previstas nestes manuais encontra-se transposta para o funcionamento do sistema informático, através de um sistema de controlo técnico que impede a sua inobservância.

Os fluxos de trabalho são desenhados de forma a garantir a máxima eficácia e a minimização dos riscos, na estrita observância das políticas e normas aprovadas, contando com a intervenção da área de Gestão de Risco e Controlo Interno.

A monitorização dos riscos é efetuada através das mais diversas formas.

Desde logo, pelos comités operativos, os quais têm uma função de acompanhamento e, em certos casos, de decisão.

Os comités operativos existentes, bem como as suas atribuições mais importantes, são os seguintes:

- Comité de Gestão de Riscos e Solvência assegura o seguimento da estrutura de gestão de riscos implementada e a coordenação das funções de controlo (Gestão de Risco e Controlo Interno);
- Comité Técnico, em sede do qual se definem as normas de subscrição e respetivas delegações, se procede à aceitação dos riscos especiais e dos que se encontram fora das normas e se efetua um acompanhamento da suficiência técnica do negócio, a qual tem por base um aspeto relevante:
 - Certificação das provisões técnicas por atuários independentes;
- Comité de Negócio, no qual são discutidos os temas relacionados com a distribuição dos produtos e a organização da rede de vendas, nomeadamente a análise do cumprimento dos objetivos de vendas por ramos, a aprovação das condições económicas da rede de distribuição, a análise das campanhas comerciais e a aprovação da abertura de pontos de venda;
- Comité de Sinistros, no qual se efetua o acompanhamento das variáveis mais importantes desta área, como é o caso, por exemplo, da eficiência na liquidação, dos custos médios e das valorações dos sinistros especiais;

- Comité de Projetos analisa e aprova as propostas oriundas da metodologia da gestão de projetos;
- Comité de Alterações, onde se atribui prioridades e se discutem as solicitações das diversas áreas aos Serviços de Tecnologias, articulando todas as áreas envolvidas;
- Comité de Anulações, cujo objetivo é tornar a gestão das anulações da Companhia (Ramos Vida e Não Vida) mais eficaz; e
- Comité de Segurança, onde são analisadas e aprovadas as metodologias a observar nos seguintes planos:
 - Plano de Contingência – estabelece resposta a emergência;
 - Plano de Recuperação de Desastre – estabelece os procedimentos e meios de recuperação em caso de desastre e o processo para o regresso à normalidade;
 - Plano de Gestão de Crise – estabelece a organização de resposta a um desastre, incluindo o processo de ativação e contacto das equipas;
 - Plano de Manutenção e Testes – estabelece o processo de manutenção do Plano de Continuidade do Negócio.

Por outro lado, mensalmente, a área Financeira procede ao apuramento de resultados, elaborando as respetivas demonstrações (balanço e conta de resultados), bem como um relatório de reporte bastante detalhado, contendo uma análise da evolução das mais diversas variáveis e rácios (por exemplo, rácio de gastos, rácio combinado e taxa de rentabilidade financeira), o qual é analisado pelo órgão de gestão e disponibilizado a todas as áreas.

Finalmente, uma referência para o facto da política de remunerações da Companhia prever a atribuição de remunerações variáveis, indexadas ao desempenho relacionado com os aspetos anteriormente citados, a todos os colaboradores.

b) Análises de sensibilidade, concentração e sinistros efetivos/estimados sobre o risco específico de seguros.

l) Sensibilidade ao risco do seguro

Para a atividade de Vida, o nível de sensibilidade mede-se em função do valor implícito (também chamado intrínseco), calculado de acordo com os princípios e metodologia estabelecidos no *European Embedded*

Value. O valor implícito obtém-se adicionando ao património líquido ajustado o valor atual dos lucros futuros e subtraindo o valor temporal das garantias e opções e os custos friccionais dos capitais requeridos.

A metodologia para cálculo do valor implícito está baseada na avaliação de cada um dos componentes de risco do negócio de forma isolada e diferenciando entre a carteira existente e o novo negócio captado no ano.

Existe alguma sensibilidade dos resultados obtidos a alguns dos pressupostos usados, mais concretamente:

- Uma descida da rentabilidade dos ativos financeiros em um ponto percentual pode reduzir o EEV Ajustado, sobretudo pelo impacto que tem nos produtos financeiros e nas rendas vitalícias;
- Um aumento da mortalidade em cinco pontos percentuais teria um impacto muito significativo nos produtos de morte podendo reduzir o EEV Ajustado apesar da compensação em sentido contrário nas rendas vitalícias.

Apresentamos abaixo o impacto percentual que as alterações aos pressupostos acima mencionados causariam no EEV Ajustado:

Exercício de 2013			
Varição	Produtos de morte e invalidez	Produtos financeiros	Total
Menos 1 p.p. de rentabilidade financeira	9%	63%	-9%
Aumento da mortalidade em 5 p.p.	-22%	0%	-7%

II) Concentração de risco

Uma das bases da política de subscrição é a diversificação de riscos que se consubstancia na exploração de várias modalidades de seguro, tanto de produtos de risco como de capitalização, bem como na manutenção de uma adequada estrutura de resseguro.

Milhares de euros

Exercício de 2013							
Rubrica	Rendas	Risco	Mistos	Universal Life	Capitalização	PPR	Total
Prémios brutos emitidos	1.949	3.369	5.011	1.673	5.053	12.231	29.287
Prémios de resseguro cedido	0	731	3	0	0	0	735
% Composição da carteira	6,7%	11,5%	17,1%	5,7%	17,3%	41,8%	100,0%
% Média de retenção	100,0%	78,3%	99,9%	100,0%	100,0%	100,0%	97,5%

Milhares de euros

Exercício de 2012							
Rubrica	Rendas	Risco	Mistos	Universal Life	Capitalização	PPR	Total
Prémios brutos emitidos	1.949	3.369	5.011	0	5.053	12.231	27.613
Prémios de resseguro cedido	0	731	3	0	0	0	734
% Composição da carteira	7,1%	12,2%	18,1%	-	18,3%	44,3%	100,0%
% Média de retenção	100,0%	78,3%	99,9%	-	100,0%	100,0%	97,3%

Em relação a duas outras medidas de concentração – geográfica e de moeda – todos os prémios brutos emitidos respeitam ao território de Portugal e a Euros, respetivamente.

III) Sinistros efetivos

A análise da sinistralidade efetiva apresenta-se no quadro abaixo, relacionando os seus valores com prémios brutos emitidos, no caso de produtos com maior predominância de prémios periódicos e com provisões matemáticas, no caso de produtos com maior incidência de prémios únicos:

Milhares de euros

Exercício de 2013							
Rubrica	Rendas	Risco	Mistos	Universal Life	Capitalização	PPR	Total
Sinistros efetivos	2.465	1.336	4.609	1.304	5.572	36.897	52.183
Prémios brutos emitidos	1.959	3.387	4.281	1.282	4.664	34.694	50.267
% Sinistralidade s/prémios emitidos	-	39%	-	-	-	-	-
Provisão matemática	13.233	70	28.747	3.329	22.237	128.542	196.159
% Sinistralidade s/prov. matemática	19%	-	16%	39%	25%	29%	-

Milhares de euros

Exercício de 2012							
Rubrica	Rendas	Risco	Mistos	Universal Life	Capitalização	PPR	Total
Sinistros efetivos	795	1.471	10.147	-7	9.571	15.091	37.069
Prémios brutos emitidos	1.949	3.369	5.011	1.673	5.053	12.231	29.287
% Sinistralidade s/prémios emitidos	-	44%	-	-	-	-	-
Provisão matemática	11.668	79	32.378	1.660	24.841	108.423	179.049
% Sinistralidade s/prov. matemática	7%	-	31%	-	39%	14%	-

4.3. INFORMAÇÃO QUANTITATIVA E QUALITATIVA SOBRE RISCOS DE MERCADO, CRÉDITO, LIQUIDEZ E OPERACIONAIS

4.3.1. RISCO DE MERCADO

Efetua-se uma análise detalhada relativa ao risco de mercado inerente a investimentos financeiros no ponto 6.5.2.c).

4.3.2. RISCO DE CRÉDITO

A análise de risco de crédito associada a investimentos financeiros encontra-se detalhada no ponto 6.5.2 a).

a) Derivado dos tomadores de seguro

Cerca de 16,6% da carteira da Companhia tem pagamento domiciliado e 61,2% tem pagamento direto nas lojas da Companhia, ou seja, um total de 77,7% da carteira é cobrada sem intervenção de mediadores, facto que diminui a exposição ao risco de crédito. Para a carteira não cobrada, quer da mediada quer da não mediada é efetuada uma gestão diária para evitar as anulações por falta de pagamento.

A Companhia calcula um ajustamento para recibos por cobrar conforma nota 11.

b) Resultante de mediadores de seguro

Os mediadores da MAPFRE Seguros de Vida, S.A., detêm apenas 22,3% da carteira da Companhia e dispõem de capacidade de cobrança via internet, ferramenta onde os recibos são virtuais, o que diminui a exposição ao risco.

c) Decorrente de contratos de resseguro

O risco de crédito encontra-se minimizado, tendo em conta que a política de resseguro privilegia as entidades com qualidade creditícia superior a "A", conforme já anteriormente referenciado.

No quadro seguinte, apresentamos a exposição máxima ao risco:

Exercício de 2013	
Resseguro cedido	Valor contabilístico
Provisão para sinistros	872.525,50
Provisão para prémios não adquiridos	120.540,93
Créditos por operações de resseguro cedido	0,00
Dívidas por operações de resseguro cedido	-76.923,11
Total posição líquida	916.143,32

Exercício de 2012	
Resseguro cedido	Valor contabilístico
Provisão para sinistros	674.389,48
Provisão para prémios não adquiridos	118.824,53
Créditos por operações de resseguro cedido	230.822,99
Dívidas por operações de resseguro cedido	-963,47
Total posição líquida	1.023.073,53

Esta exposição máxima encontra-se distribuída de acordo com a classificação creditícia dos resseguradores do quadro seguinte:

Exercício de 2013	
Classificação creditícia dos resseguradores	Valor contabilístico
BBB+	916.143,32
Total posição líquida	916.143,32

Exercício de 2012	
Classificação creditícia dos resseguradores	Valor contabilístico
BBB+	1.023.073,53
Total posição líquida	1.023.073,53

4.3.3. RISCO DE LIQUIDEZ

Para cobrir eventuais obrigações derivadas dos contratos de seguro, mantêm-se saldos de "Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem" suficientes.

Em 31 de dezembro de 2013, o saldo de "Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem" era de 7.735.593,92 euros e representava 3,3% do total de investimentos financeiros e caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem.

Por outro lado, cerca de 71,2% dos investimentos financeiros encontram-se classificados como disponíveis para venda e são negociados em mercados regulamentados, o que garante a possibilidade imediata de os transformar em liquidez. No ponto 6.5.2.d) dá-se uma informação quantitativa do risco de liquidez dos instrumentos financeiros.

Os calendários estimados de saídas de tesouraria relacionadas com passivos de seguros encontram-se nos quadros seguintes relativos aos exercícios de 2013 e 2012:

Milhares de euros

Exercício de 2013							
Conceito	Seguro direto						Saldo final
	1.º ano	2.º ano	3.º ano	4.º ano	5.º ano	Após o 5.º ano	
Provisão matemática	14.412	17.666	18.484	16.713	33.457	65.207	165.940
Provisão para sinistros	6.842	590	17	5	22	4	7.481
Provisão para participação nos resultados	6.775						6.775
Provisão para prémios não adquiridos	646						646
Provisão técnica de seguros de Vida em que o risco de investimento é suportado pelo tomador de seguro	674	689	86	449	126	0	2.023
Passivos financeiros da componente de depósito de contratos de seguro considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento	2.015	2.567	2.729	7.582	8.961	4.342	28.195
Dívidas por operações de seguro direto	923	41	31	21	10	0	1.026
Dívidas por operações de resseguro	77						77
Total posição líquida	32.363	21.553	21.347	24.770	42.576	69.553	212.163

Milhares de euros

Exercício de 2012							
Conceito	Seguro direto						Saldo final
	1.º ano	2.º ano	3.º ano	4.º ano	5.º ano	Após o 5.º ano	
Provisão matemática	14.098	14.254	18.378	19.477	16.658	59.425	142.291
Provisão para sinistros	5.606	472	2	4	10	96	6.189
Provisão para participação nos resultados	3.592						3.592
Provisão para prémios não adquiridos	655						655
Provisão técnica de seguros de Vida em que o risco de investimento é suportado pelo tomador de seguro	83	673	1.027	190	4.107	0	6.081
Passivos financeiros da componente de depósito de contratos de seguro considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento	0	1.981	2.762	4.608	16.605	4.721	30.677
Dívidas por operações de seguro direto	1.702	76	57	38	19	0	1.891
Dívidas por operações de resseguro	231						231
Total posição líquida	25.966	17.457	22.225	24.317	37.399	64.242	191.606

4.3.4. RISCO OPERACIONAL

Bianualmente é levado a cabo um processo de levantamento de riscos operacionais, utilizando a ferramenta informática Riskm@p, desenvolvida pelo Grupo MAPFRE.

Este levantamento inclui 23 tipos de riscos, agrupados nas seguintes áreas: Atuarial, Jurídica, Informática, Pessoal, Colaboradores, Procedimentos, Informação, Fraude e Bens Materiais e Mercado.

Na avaliação dos riscos operacionais de 2012, última efetuada, dado a periodicidade ser bianual, foram selecionados 64 colaboradores, tendo em conta as suas funções e relevância, que responderam a 309 questionários, tendo em conta os tipos de risco já identificados e que são posteriormente tratados pelo Coordenador de Riscos, obtendo-se um mapa em função da criticidade, resultante da importância e da probabilidade de ocorrência destes.

Para os riscos contidos em cada processo que apresentem um índice de criticidade superior a 75% é obrigatoriamente elaborado um plano de ação, com o objetivo de os minimizar.

Na avaliação dos riscos operacionais de 2012 foram identificados como riscos relevantes os referentes ao Risco rede comercial, para o qual a MAPFRE Seguros estabeleceu medidas mitigadoras no respetivo plano de ação e que foram na sua maioria implementadas (+/- 90%).

4.3.5. MONITORIZAÇÃO GLOBAL DA EXPOSIÇÃO AO RISCO

Todos os processos descritos garantem uma elevada consistência na gestão de risco da Companhia e são complementados por um sistema global de monitorização e quantificação da exposição.

Tal sistema encontra-se sob a responsabilidade do Coordenador de Riscos, que assegura:

a) A quantificação global da exposição aos riscos

Para o caso do cálculo de Riscos e Capitais, o Grupo MAPFRE dispõe de uma política interna de capitalização e dividendos destinada a dotar as Unidades de uma forma racional e objetiva dos capitais necessários para cobrir os riscos assumidos. O cálculo dos riscos realiza-se através de um modelo *standard* de fatores fixos no qual são quantificados os riscos financeiros, riscos de crédito e riscos da atividade seguradora. Desta forma, fica definido que o capital de cada unidade MAPFRE nunca poderá ser inferior ao capital mínimo requerido a cada momento acrescido de uma margem de 10%. O Capital é calculado em função das estimativas para o ano seguinte, sendo feita uma revisão do mesmo pelo menos uma vez por ano em função da evolução dos riscos.

Ao fecho do exercício 2013, a taxa de cobertura da margem de solvência foi de 239,76%.

b) A elaboração e implementação de planos de ação mitigadores dos riscos

Para os riscos com grau de criticidade elevada, o Coordenador de Riscos promove, em conjunto com as áreas envolvidas, a elaboração e implementação de planos de mitigação desses riscos;

c) O desenvolvimento de pontos de controlo de riscos

Em função do tratamento das respostas aos questionários, o Coordenador de Riscos sugere a implementação de pontos de controlo e acompanha a sua implementação em prática;

d) A implementação de um ambiente de gestão e controlo de riscos na organização

Esta vertente é assegurada pela divulgação a toda a Companhia da quantificação efetuada, pelo envolvimento de toda a organização nos planos mitigadores e nos pontos de controlo, bem como através da promoção de diversas ações de formação.

4.4. PRESTAÇÃO DE INFORMAÇÃO QUALITATIVA RELATIVA À ADEQUAÇÃO DOS PRÉMIOS E DAS PROVISÕES

A Companhia dispõe, anualmente, de um estudo atuarial pormenorizado dos produtos em carteira, com o intuito de adequar os prémios a todas as suas responsabilidades, nomeadamente encargos de aquisição, gastos gerais e sinistros a pagar.

Em relação à suficiência das provisões para sinistros, a mesma foi igualmente objeto de análise atuarial pelo Atuário Responsável, através de estudos aprofundados da evolução das matrizes de desenvolvimento dos sinistros, detalhadas por modalidades, bem como das provisões complementares constituídas para IBNR concluindo pela sua adequação.

A suficiência das provisões matemáticas foi também objeto de análise pelo atuário responsável, por cada modalidade, em função das notas técnicas dos respetivos produtos.

No caso particular das provisões para prémios não adquiridos, as mesmas são rigorosamente calculadas, recibo a recibo, pelo método *pro rata temporis*, tendo sido validadas pelo atuário responsável através de amostragem.

Relativamente à provisão para participação nos resultados, a mesma é calculada, por produto e de acordo com as respetivas notas técnicas.

4.5. INFORMAÇÃO QUANTITATIVA E QUALITATIVA DE ALGUNS RÁCIOS

Apresentamos no quadro abaixo um conjunto de rácios para os grupos de ramos com maior representatividade na carteira da Companhia:

Exercício de 2013	
Rácios*	Ramo Vida
Rácio de sinistralidade	104%
Rácio de custos de exploração	11%
Rácio combinado	115%
Rácio operacional	97%

* Calculados brutos de resseguro cedido.

Exercício de 2012	
Rácios*	Ramo Vida
Rácio de sinistralidade	104%
Rácio de custos de exploração	13%
Rácio combinado	118%
Rácio operacional	94%

* Calculados brutos de resseguro cedido.

O rácio combinado (inclui provisão matemática) apresenta-se superior a 100%, refletindo o peso relativamente reduzido dos produtos de risco puro, remetendo a rentabilidade para a obtenção de rendimentos financeiros.

5. PASSIVOS FINANCEIROS

O valor de 28.195.333,05 euros, apresentado nas demonstrações da posição financeira, na rubrica de "Passivos financeiros da componente de depósito de contratos de seguro e de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento" refere-se à responsabilidade assumida com contratos de seguro, considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento. O valor de 3.500.000,00 euros, mostrado na rubrica "Outros passivos financeiros - Passivos subordinados", no exercício de 2012, refere-se a um empréstimo subordinado contraído pela Companhia junto da MAPFRE Internacional, S.A, o qual foi reembolsado no exercício de 2013.

Os rendimentos e gastos, derivados dos passivos financeiros incluídos na conta de ganhos e perdas são os seguintes:

Exercício de 2013		
Rubrica	Rendimentos	Gastos
De passivos financeiros da componente de depósito de contratos de seguro e de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento		
Do contrato de seguro		
Comissões dos contratos de seguro	0,00	
Custos de aquisição		81.419,86
Dos ativos financeiros		
Amortização das participações financeiras, por utilização do método do juro efetivo	96.865,64	47.079,52
Juros das participações financeiras	1.367.380,83	
Ganhos e perdas das participações financeiras	50.880,63	30.559,78
Dos passivos financeiros		
Ganhos e perdas dos passivos financeiros		916.894,55
De outros passivos financeiros – passivos subordinados		
De empréstimos		
Juros suportados		10.902,49
Total	1.515.127,10	1.086.856,20

Exercício de 2012		
Rubrica	Rendimentos	Gastos
De passivos financeiros da componente de depósito de contratos de seguro e de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento		
Do contrato de seguro		
Comissões dos contratos de seguro	0,00	
Custos de aquisição		153.594,34
Dos ativos financeiros		
Amortização das participações financeiras, por utilização do método do juro efetivo	98.897,56	17.005,49
Juros das participações financeiras	1.074.620,01	
Ganhos e perdas das participações financeiras	115.823,97	6.568,38
Dos passivos financeiros		
Ganhos e perdas dos passivos financeiros		925.137,48
De outros passivos financeiros – passivos subordinados		
De empréstimos		
Juros suportados		60.220,92
Total	1.289.341,54	1.162.526,61



“A vida é fascinante: só é preciso olhá-la através das lentes corretas.”

Alexandre Dumas

6. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

6.1. RUBRICAS DE BALANÇO

Os instrumentos financeiros são constituídos por títulos de dívida, ações e unidades de participação em fundos de investimento mobiliário, classificados nas categorias de “Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas”, “Ativos financeiros disponíveis para venda” e “Investimentos a deter até à maturidade”.

Face à conjuntura de forte instabilidade vivida nos mercados financeiros, com particular incidência na desvalorização dos títulos da dívida pública portuguesa, que teve como consequência imediata a erosão da generalidade dos capitais próprios das empresas, a MAPFRE Seguros de Vida, S.A., tendo em conta a Circular do ISP nº. 4/2011-R e as categorias de classificação contabilística dos investimentos financeiros previstas na IAS 39, entendeu reclassificar os títulos de rendimento fixo da Republica Portuguesa, que possuía na sua carteira de investimentos, da categoria de “Disponíveis para venda” para “A deter até à maturidade”.

A reclassificação aludida foi efetuada a 1 de janeiro de 2011 e teve um impacto nos capitais próprios de 5.381.949,04 euros. À data de encerramento das contas do exercício de 2013, o mesmo impacto era de 887.797,33 euros, conforme se demonstra no quadro abaixo:

Rubrica	A 01/01/2011	A 31/12/2011	A 31/12/2012	A 31/12/2013
Títulos da dívida pública portuguesa				
Valor nominal	65.300.000,00	64.680.000,00	60.180.000,00	60.125.000,00
Valor de aquisição	63.281.573,09	57.230.654,59	52.692.795,26	53.282.438,37
Justo valor	59.125.782,32	41.121.616,46	56.653.855,38	58.890.641,56
Valor contabilístico	59.125.782,32	59.168.533,24	55.359.128,43	56.283.466,85
Impacto nos capitais próprios	5.381.949,04	22.806.806,10	2.899.489,22	887.797,33

A reconciliação, por natureza de instrumento financeiro, dos saldos iniciais e finais encontra-se no quadro seguinte:

Exercício de 2013				
Rubrica	Títulos de dívida	Ações e unidades de participação	Empréstimos concedidos e contas a receber	Valor contabilístico
Saldo inicial	186.127.777,39	14.696.038,33	446.174,65	201.269.990,37
Aquisições (a valor aquisição)	90.381.040,19	14.161.236,78		104.542.276,97
Reembolso	3.943.034,48	0,00		3.943.034,48
Alienações (a valor aquisição)	66.041.389,13	20.396.353,27		86.437.742,40
Ajust. valor aquisição reclassif. contab.	0,00			0,00
Variação do justo valor	6.217.339,63	1.466.958,01		7.684.297,64
Variação do custo amortizado	528.135,56			528.135,56
Juros	468.545,50			468.545,50
Outros aumentos				0,00
Outras diminuições			-116.326,06	-116.326,06
Saldo final	213.738.414,66	9.927.879,85	562.500,71	224.228.795,22

Exercício de 2012				
Rubrica	Títulos de dívida	Ações e unidades de participação	Empréstimos concedidos e contas a receber	Valor contabilístico
Saldo inicial	163.534.913,22	16.505.624,96	1.736.173,22	181.776.711,40
Aquisições (a valor aquisição)	107.970.827,39	17.528.157,31		125.498.984,70
Reembolso	2.107.606,74	0,00		2.107.606,74
Alienações (a valor aquisição)	91.146.198,66	20.073.228,59		111.219.427,25
Ajust. valor aquisição reclassif. contab.	0,00			0,00
Varição do justo valor	6.544.537,27	735.484,65		7.280.021,92
Varição do custo amortizado	1.006.860,21			1.006.860,21
Juros	324.444,70			324.444,70
Outros aumentos				0,00
Outras diminuições			1.289.998,57	1.289.998,57
Saldo final	186.127.777,39	14.696.038,33	446.174,65	201.269.990,37

Apresenta-se no quadro abaixo, a decomposição, por classificação contabilística dos instrumentos financeiros:

Exercício de 2013					
Classificações do ativo	Valor contabilístico				
	Aquisição	Custo amortizado	Ajustamento ao justo valor	Juro	Total
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	2.285.816,51	0,00	232.055,34	0,00	2.517.871,85
Unidades de participação	2.285.816,51		232.055,34		2.517.871,85
Ativos financeiros disponíveis para venda	149.069.331,85	705.338,73	11.535.301,22	3.554.984,01	164.864.955,81
Instrumentos de capital	4.765.460,98		1.203.484,04		5.968.945,02
Unidades de participação	1.215.039,01		226.023,97		1.441.062,98
Títulos de dívida – pública	78.773.394,66	373.104,00	5.291.475,57	1.627.704,57	86.065.678,80
Títulos de dívida – de outros emissores	64.315.437,20	332.234,73	4.814.317,64	1.927.279,44	71.389.269,01
Investimentos a deter até à maturidade	53.282.438,37	1.893.273,08	0,00	1.107.755,40	56.283.466,85
Títulos de dívida – pública	53.282.438,37	1.893.273,08		1.107.755,40	56.283.466,85
Empréstimos concedidos e contas a receber	562.500,71	0,00	0,00	0,00	562.500,71
Outros depósitos	0,00				0,00
Empréstimos concedidos	562.500,71				562.500,71
Total	205.200.087,44	2.598.611,81	11.767.356,56	4.662.739,41	224.228.795,22

Exercício de 2012					
Classificações do ativo	Valor contabilístico				
	Aquisição	Custo amortizado	Ajustamento ao justo valor	Juro	Total
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	6.822.487,14	0,00	-5.201,59	0,00	6.817.285,55
Unidades de participação	6.822.487,14		-5.201,59		6.817.285,55
Ativos financeiros disponíveis para venda	130.960.804,24	497.382,88	4.088.260,51	3.100.954,11	138.647.401,74
Instrumentos de capital	5.851.225,18		-55.407,12		5.795.818,06
Unidades de participação	1.827.720,67		255.214,05		2.082.934,72
Títulos de dívida – pública	54.808.305,54	242.582,67	1.410.215,53	1.110.468,00	57.571.571,74
Títulos de dívida – de outros emissores	68.473.552,85	254.800,21	2.478.238,05	1.990.486,11	73.197.077,22
Investimentos a deter até à maturidade	52.692.795,26	1.573.093,37	0,00	1.093.239,80	55.359.128,43
Títulos de dívida – pública	52.692.795,26	1.573.093,37		1.093.239,80	55.359.128,43
Empréstimos concedidos e contas a receber	446.174,65	0,00	0,00	0,00	446.174,65
Outros depósitos					0,00
Empréstimos concedidos	446.174,65				446.174,65
Total	190.922.261,29	2.070.476,25	4.083.058,92	4.194.193,91	201.269.990,37

No Anexo 1 às Notas ao Balanço e Conta de Ganhos e Perdas apresenta-se o inventário de participações e instrumentos financeiros (Anexo 1), no qual se detalham por código de ISIN os instrumentos financeiros que fazem parte integrante do total apresentado no Balanço em “Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas” e “Ativos financeiros disponíveis para venda” e “Investimentos a deter até à maturidade”.

6.2. JUSTO VALOR

6.2.1. MÉTODOS DE APURAMENTO DO JUSTO VALOR

No ponto 3.2.2., são descritos os critérios e bases de mensuração aplicados aos instrumentos financeiros detidos pela Companhia.

Regra geral, os títulos de rendimento fixo estão valorizados à cotação de fecho dos mercados, obtida através da Bloomberg, podendo existir algumas exceções, que se valorizam através de um modelo interno, conforme descrito abaixo:

a) Modelo interno

- Através da Bloomberg obtêm-se as cotações para cada título;
- Com esta cotação, obtém-se o *spread* implícito sobre a curva *swap* euro;
- Automaticamente é realizado um controlo para detetar se o *spread* se encontra dentro de um intervalo dinâmico, para mais ou para menos, em referência ao *spread* médio das duas últimas sessões;
- Se fica dentro, aceita o *spread* e, portanto, a cotação;
- Se fica fora, considera o *spread* médio dos últimos dois dias, sendo a cotação obtida pelo desconto dos fluxos do título à taxa *swap* adicionada do *spread* considerado;
- Neste caso, no dia seguinte, analisa-se se estamos perante uma situação consequência de transações forçadas e onde não exista um mercado ativo;

- Se isso se verifica, então aplica-se um *spread* fixo, determinado em função da qualidade creditícia do emissor e do prazo residual do título, variáveis estas observadas em novas emissões ou, caso estas não existam, em função do histórico de emissões do emissor;
- Estes *spreads* são revistos semanalmente;
- Descontando os fluxos do título à taxa *swap* adicionada do *spread* fixo obtém-se a cotação de valorização do título;

Em consonância com as Normas Internacionais de Contabilidade e a Circular n.º 11/2008, de 16 de dezembro, a Companhia, adota este processo sempre que o funcionamento dos mercados implique um efeito de volatilidade excessiva. No fecho do exercício de 2013 não existiam títulos de rendimento fixo valorizados a modelo interno.

6.2.1. NÍVEIS DE VALORIZAÇÃO

De acordo com a IFRS 13, os ativos financeiros detidos estão valorizados ao justo valor de acordo com um dos seguintes níveis:

Nível 1 – Justo valor determinado diretamente com referência a um mercado oficial ativo.

Nível 2 – Justo valor determinado utilizando técnicas de valorização suportadas em preços observáveis em mercados correntes transacionáveis para o mesmo instrumento financeiro.

Nível 3 – Justo valor determinado utilizando técnicas de valorização não suportadas em preços observáveis em mercados correntes transacionáveis para o mesmo instrumento financeiro.

A categoria da hierarquia de justo valor e as transferências entre categoria são determinadas em cada data de reporte.

Apresenta-se no quadro abaixo, os instrumentos financeiros por tipo de valorização:

Exercício de 2013			
Conceito	Justo Valor – Níveis de valorização		
	Nível 1	Nível 2	Total
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	0,00	2.517.871,85	2.517.871,85
Unidades participação	0,00	2.517.871,85	2.517.871,85
Ativos financeiros disponíveis para venda	163.423.892,83	1.441.062,98	164.864.955,81
Instrumentos de capital	5.968.945,02	0,00	5.968.945,02
Unidades participação	0,00	1.441.062,98	1.441.062,98
Títulos de dívida – pública	86.065.678,80	0,00	86.065.678,80
Títulos de dívida - de outros emissores	71.389.269,01	0,00	71.389.269,01
Investimentos a deter até à maturidade	56.283.466,85	0,00	56.283.466,85
Títulos de dívida – pública	56.283.466,85	0,00	56.283.466,85
Total	219.707.359,68	3.958.934,83	223.666.294,51

Exercício de 2012			
Conceito	Justo Valor – Níveis de valorização		
	Nível 1	Nível 2	Total
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	0,00	6.817.285,55	6.817.285,55
Unidades participação	0,00	6.817.285,55	6.817.285,55
Ativos financeiros disponíveis para venda	135.860.342,12	2.787.059,62	138.647.401,74
Instrumentos de capital	5.795.818,06	0,00	5.795.818,06
Unidades participação	0,00	2.082.934,72	2.082.934,72
Títulos de dívida – pública	57.571.571,74	0,00	57.571.571,74
Títulos de dívida - de outros emissores	72.492.952,32	704.124,90	73.197.077,22
Investimentos a deter até à maturidade	55.359.128,43	0,00	55.359.128,43
Títulos de dívida – pública	55.359.128,43	0,00	55.359.128,43
Total	191.219.470,55	9.604.345,17	200.823.815,72

Nos exercícios de 2013 e 2012 não houve investimentos classificados no nível 3 de valorização.

6.3. IMPARIDADE

A Companhia efetuou os testes de imparidade de acordo com o divulgado no ponto 3.2.2.2.5, dos quais não resultou qualquer valor a registar a título de imparidade ao final do exercício de 2013.

No que concerne aos títulos de dívida pública de Portugal, Espanha e Irlanda não há, nem houve incumprimento objetivo, visto não ter ocorrido qualquer suspensão de pagamentos. A Irlanda abandonou o seu programa de ajuda de três anos, em 15 de dezembro de 2013, a Espanha vai abandonar o seu programa de assistência financeira em 23 de janeiro de 2014 e Portugal está em condições de terminar o programa de ajustamento a 17 de maio de 2014.

Apresentamos abaixo a percentagem de exposição aos títulos de dívida pública dos países acima referenciados, em relação ao total do investimento da Companhia em participações e instrumentos financeiros:

Exercício de 2013		
Rubrica	Valor balanço	% de exposição s/o total de participações e instrumentos financeiros
República de Portugal	56.283.466,85	25,2%
Tesouro público – Espanha	78.565.598,34	35,1%
República de Itália	6.993.571,01	3,1%
República de França	506.509,45	0,2%
Total	142.349.145,65	63,6%

Exercício de 2012		
Rubrica	Valor balanço	% de exposição s/o total de participações e instrumentos financeiros
República de Portugal	55.359.128,43	27,6%
Tesouro público – Espanha	49.823.821,57	24,8%
República de Itália	6.777.502,16	3,4%
República de França	970.248,01	0,5%
Total	112.930.700,17	56,2%

6.4. CONTABILIDADE DE COBERTURA

No exercício de 2013, a Companhia não utilizou instrumentos de cobertura.

6.5. NATUREZA E EXTENSÃO DOS RISCOS RESULTANTES DOS INSTRUMENTOS FINANCEIROS

6.5.1. INFORMAÇÃO QUALITATIVA PARA AVALIAÇÃO DA NATUREZA E EXTENSÃO DOS RISCOS RESULTANTES DE INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Em geral, a Companhia baseia a sua política de investimentos em critérios de prudência, privilegiando os títulos de rendimento fixo.

A política de investimentos aponta para uma distribuição de referência de 90% para títulos de rendimento fixo e 10% para rendimento variável.

Não obstante, assume um certo grau de risco, de acordo com os seguintes critérios:

a) Risco de taxa de juro

A variável utilizada para medir este risco é a duração modificada, estabelecendo-se que a sua magnitude deve-se situar em torno dos 5%, com um máximo de 7%.

b) Risco de câmbio

A exposição a este risco, apenas deve ser mantida por motivos de diversificação dos investimentos e não pode superar os 10% do total dos investimentos.

c) Outros riscos de mercado

Relativamente a outros possíveis riscos de mercado, que não os anteriores, encontra-se estabelecido que não devem superar os 20% do total dos investimentos.

Existe uma adequada diversificação internacional e setorial dos ativos de rendimento variável, no sentido de reduzir a exposição ao risco de um mercado específico.

O risco de crédito é minimizado através do investimento, em títulos emitidos por entidades de elevada solvência e da diversificação dos investimentos de rendimento fixo.

Como referência, as aplicações de rendimento fixo devem conter aproximadamente 50% de títulos de rendimento fixo de estados da União Europeia e 50% de títulos emitidos por empresas de alta classificação creditícia.

Quer no caso dos títulos de rendimento fixo como nos de rendimento variável, aplicam-se critérios de diversificação por setores de atividade e limites máximos de risco por emissor.

Ainda que as limitações de risco, se encontrem estabelecidas através de variáveis facilmente observáveis, realizam-se regularmente análises de risco em termos probabilísticos em função das volatilidades e correlações históricas.

6.5.2. INFORMAÇÃO QUANTITATIVA PARA AVALIAÇÃO DA NATUREZA E EXTENSÃO DOS RISCOS RESULTANTES DE INSTRUMENTOS FINANCEIROS POR TIPO DE RISCO

a) Risco de crédito

No quadro seguinte, apresenta-se o nível máximo de exposição ao risco de crédito e a classificação creditícia dos emissores de valores de títulos de dívida:

Exercício de 2013				
Classificação creditícia dos emissores	Valor mercado			
	Estado	Bancos e instituições financeiras	Outros	Total
AAA	0,00	0,00	0,00	0,00
AA	506.509,45	4.017.068,03	703.626,63	5.227.204,11
A	0,00	23.456.495,22	1.504.908,56	24.961.403,78
BBB	99.206.056,53	19.928.951,50	6.157.035,12	125.292.043,15
BB ou menor	58.890.641,56	1.974.296,77	0,00	60.864.938,33
Total	158.603.207,54	49.376.811,52	8.365.570,31	216.345.589,37

Exercício de 2012				
Classificação creditícia dos emissores	Valor mercado			
	Estado	Bancos e instituições financeiras	Outros	Total
AAA	0,00	0,00	0,00	0,00
AA	970.248,01	4.130.610,63	718.231,14	5.819.089,78
A	0,00	33.947.713,70	2.354.360,00	36.302.073,70
BBB	69.806.357,89	12.093.347,00	5.049.475,07	86.949.179,96
BB ou menor	56.653.855,38	1.698.305,52	0,00	58.352.160,90
Total	127.430.461,28	51.869.976,85	8.122.066,21	187.422.504,34

A persistente deterioração da situação europeia e a existência de vários riscos fez com que as agências financeiras tenham, ao longo do ano de 2012, baixado o *rating* a vários países e instituições financeiras, baixa esta responsável pela acumulação de valores em "ratings" de menor classificação, situação que não foi revertida em 2013.

b) Risco de câmbio

No quadro seguinte, apresenta-se o detalhe dos instrumentos financeiros atendendo às moedas em que estão denominados à data de encerramento do exercício:

Exercício de 2013					
Tipo de moeda	Valor contabilístico				
	Ações	Unidades particip. fundos invest.	Títulos de dívida	Outros depósitos	Total
Euro	5.122.289,14	3.958.934,83	213.738.414,66	562.500,71	223.382.139,34
Franco suíço	664.956,55	0,00	0,00	0,00	664.956,55
Libras	181.699,33	0,00	0,00	0,00	181.699,33
Total	5.968.945,02	3.958.934,83	213.738.414,66	562.500,71	224.228.795,22

Exercício de 2012					
Tipo de moeda	Valor contabilístico				
	Ações	Unidades particip. fundos invest.	Títulos de dívida	Outros depósitos	Total
Euro	5.077.445,19	8.900.220,27	186.127.777,39	446.174,65	200.551.617,50
Franco suíço	591.101,87	0,00	0,00	0,00	591.101,87
Libras	127.271,00	0,00	0,00	0,00	127.271,00
Total	5.795.818,06	8.900.220,27	186.127.777,39	446.174,65	201.269.990,37

c) Risco de mercado

Nas análises de sensibilidade realizadas ao risco financeiro, destacam-se entre outros, os indicadores da duração modificada, para instrumentos financeiros de rendimento fixo e o VaR (Valor em Risco) para os de rendimento variável.

A duração modificada reflete a sensibilidade do valor dos ativos aos movimentos das taxas de juro e representa uma aproximação ao valor da variação percentual no valor dos ativos financeiros, por cada ponto percentual de variação das taxas de juro. No quadro abaixo detalham-se os vencimentos, a taxa de juro média e a duração modificada:

Exercício de 2013									
Tipo de ativo	Saldo final	Vencimento a						Taxa de juro	Duração modificada
		1 ano	2 anos	3 anos	4 anos	5 anos	Após 5 anos		
Carteira disponível p/venda									
Títulos de dívida	157.455	7.078	9.661	37.030	15.902	15.802	71.982	2,7748	5,4029
Carteira a deter até à maturidade									
Títulos de dívida	56.283	1.637	23.216	833	17.229	10.999	2.369	5,0226	4,5248
Outros depósitos *									
Total	213.738	8.715	32.877	37.863	33.131	26.801	74.351	-	-

* Aplicações a curto prazo com vencimento inferior a 1 ano.

Exercício de 2012									
Tipo de ativo	Saldo final	Vencimento a						Taxa de juro	Duração modificada
		1 ano	2 anos	3 anos	4 anos	5 anos	Após 5 anos		
Carteira disponível p/venda									
Títulos de dívida	130.769	3.947	9.664	10.572	36.684	14.776	55.126	4,0277	5,3405
Carteira a deter até à maturidade									
Títulos de dívida	55.359	56	8.130	2.940	1.612	11.662	30.959	5,1032	4,2406
Outros depósitos *									
Total	186.128	4.003	17.794	13.512	38.296	26.438	86.085	-	-

* Aplicações a curto prazo com vencimento inferior a 1 ano.

No quadro que se segue pode-se observar os impactos do risco, resultante das alterações da taxa de juro, na taxa de cobertura da margem de solvência da Companhia:

Milhões de euros		
Margem de solvência	2013	2012
Margem de solvência disponível	11,74	7,42
Taxa de cobertura	240%	196%
Aumento de 1 p.p. na taxa de juro		
Impacto na margem disponível	-8,30	-7,09
Impacto na taxa de cobertura	-99%	-92%
Taxa de cobertura após impacto	141%	104%
Diminuição de 1 p.p. na taxa de juro		
Impacto na margem disponível	8,30	7,09
Impacto na taxa de cobertura	99%	92%
Taxa de cobertura após impacto	339%	288%

No quadro que se segue mostra-se os impactos do risco, resultante das alterações da taxa de juro, no capital próprio da Companhia:

Milhões de euros

Capital próprio	2013	2012
Capital próprio	20,18	11,77
Aumento de 1 p.p. na taxa de juro		
Impacto no capital próprio	-8,30	-7,09
Capital próprio após o impacto	11,88	4,67
Diminuição de 1 p.p. na taxa de juro		
Impacto no capital próprio	8,30	7,09
Capital próprio após o impacto	28,49	18,86

O seguinte quadro, reflete o valor contabilístico dos instrumentos financeiros de rendimento variável expostos ao risco de bolsa e o VaR, o valor em risco (máxima variação esperada num horizonte temporal de um ano e para um nível de confiança de 99%):

Milhões de euros

Exercício de 2013		
Carteira disponível para venda	Valor contabilístico	VaR
Instrumentos de rendimento variável	9,93	2,910
Total	9,93	2,910

Milhões de euros

Exercício de 2012		
Carteira disponível para venda	Valor contabilístico	VaR
Instrumentos de rendimento variável	14,70	3,571
Total	14,70	3,571

d) Risco de liquidez

A Companhia efetua o controlo periódico do risco de liquidez e as projeções não indiciam problemas a esse nível, mesmo num cenário de choque equivalente a um aumento para o dobro da percentagem de resgates, como se demonstra nos quadros seguintes:

Milhões de euros

Estudo de liquidez num cenário com nível de resgates histórico								
Rubrica	nov/13	dez/13	jan/14	fev/14	mar/14	abr/14	mai/14	jun/14
Vendas	7,80	13,62	5,30	5,30	5,00	5,00	5,00	5,30
Prestações Vida	1,92	3,35	1,30	1,30	1,23	1,23	1,23	1,30
Prestações Morte	0,28	0,50	0,19	0,19	0,18	0,18	0,18	0,19
Resgates	1,94	3,39	1,32	1,32	1,24	1,24	1,24	1,32
Inflow cupões inv. detidos maturidade	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,49	0,00	0,91
Inflow cupões inv. disponíveis venda	0,05	0,02	0,99	0,33	0,58	0,93	0,08	0,12
Inflow amortizações inv. detidos maturidade	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inflow amortizações inv. disponíveis venda	0,20	0,00	0,00	0,00	2,03	3,30	0,70	0,00
Fluxo líquido mensal	3,91	6,42	3,48	2,82	4,96	7,06	3,13	3,51
Fluxo líquido mensal acumulado	3,91	10,33	13,80	16,62	21,58	28,64	31,77	35,28
Títulos rend. fixo detidos maturidade	95,73	95,73	95,73	95,73	95,73	95,73	95,73	95,73
Títulos rend. fixo disponíveis venda	138,10	138,10	138,10	138,10	136,07	132,77	132,07	132,07
Títulos rendimento variável	11,85	11,85	11,85	11,85	11,85	11,85	11,85	11,85
Novos investimentos	3,91	10,33	13,80	16,62	21,58	28,64	31,77	35,28
Total investimentos não detidos maturidade	153,86	160,27	163,75	166,56	169,49	173,25	175,68	179,20



Milhões de euros

Estudo de liquidez num cenário com nível de resgates sujeito a choque do dobro da percentagem normal

Rubrica	nov/13	dez/13	jan/14	fev/14	mar/14	abr/14	mai/14	jun/14
Vendas	7,80	13,62	5,30	5,30	5,00	5,00	5,00	5,30
Prestações Vida	1,92	3,35	1,30	1,30	1,23	1,23	1,23	1,30
Prestações Morte	0,28	0,50	0,19	0,19	0,18	0,18	0,18	0,19
Resgates	2,91	5,08	1,98	1,98	1,86	1,86	1,86	1,98
<i>Inflow</i> cupões Inv. detidos maturidade	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,49	0,00	0,91
<i>Inflow</i> cupões Inv. disponíveis venda	0,05	0,02	0,99	0,33	0,58	0,93	0,08	0,12
<i>Inflow</i> amortizações inv. detidos maturidade	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<i>Inflow</i> amortizações inv. disponíveis Venda	0,20	0,00	0,00	0,00	2,03	3,30	0,70	0,00
Fluxo líquido mensal	2,94	4,72	2,82	2,16	4,34	6,44	2,51	2,85
Fluxo líquido mensal acumulado	2,94	7,66	10,48	12,64	16,98	23,42	25,93	28,78
Títulos rend. fixo detidos maturidade	95,73	95,73	95,73	95,73	95,73	95,73	95,73	95,73
Títulos rend. fixo disponíveis venda	138,10	138,10	138,10	138,10	136,07	132,77	132,07	132,07
Títulos rendimento variável	11,85	11,85	11,85	11,85	11,85	11,85	11,85	11,85
Novos investimentos	2,94	7,66	10,48	12,64	16,98	23,42	25,93	28,78
Total investimentos não detidos maturidade	152,89	157,61	160,43	162,59	164,89	168,03	169,84	172,70

7. CAIXA E EQUIVALENTE E DEPÓSITOS À ORDEM

7.1. Os componentes de caixa, no fim do período, são representados pelo saldo de caixa e pelo total dos saldos das contas bancárias, de acordo com o quadro seguinte:

Componentes de caixa e seus equivalentes no fim do exercício	2013	2012
Caixa	181,41	91.545,04
Depósitos à ordem	7.735.412,51	3.591.649,75
Total dos componentes de caixa e seus equivalentes no fim do exercício	7.735.593,92	3.683.194,79

8. OUTROS ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS (EXCETO TERRENOS E EDIFÍCIOS)

Conforme descrito na Nota 3, os ativos tangíveis, exceto terrenos e edifícios, estão valorizados ao custo de aquisição. As amortizações são efetuadas pelo método das quotas constantes, por duodécimos (com início no mês de aquisição dos bens), a taxas calculadas para que o valor dos ativos seja amortizado durante a sua vida útil estimada, nos seguintes anos:

Outros ativos tangíveis	N.º anos
Equipamento administrativo	8
Máquinas e ferramentas	4 a 8
Equipamento informático	3
Instalações interiores	4 a 10
Outros equipamentos	4 a 8

Os bens de valor inferior ou igual a 1.000,00 euros são totalmente amortizados no exercício em que se verifica a aquisição.

O movimento de aquisições, transferências, abates, alienações, e amortizações efetuado no exercício está demonstrado no seguinte quadro:

Exercício de 2013					
Outros ativos tangíveis	Saldo inicial (valor líquido)	Aquisições	Transf. abates e alienações	Amort. do exercício	Saldo final (valor líquido)
Equipamento administrativo	1.003,03	0,00	0,00	625,97	377,06
Máquinas e ferramentas	0,00	0,00	0,00	139,51	-139,51
Equipamento informático	139,51	0,00	0,00	0,00	139,51
Total	1.142,54	0,00	0,00	765,48	377,06

Exercício de 2012					
Outros ativos tangíveis	Saldo inicial (valor líquido)	Aquisições	Transf. abates e alienações	Amort. do exercício	Saldo final (valor líquido)
Equipamento administrativo	1.629,00	0,00	0,00	625,97	1.003,03
Máquinas e ferramentas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Equipamento informático	557,66	0,00	0,00	418,15	139,51
Total	2.186,66	0,00	0,00	1.044,12	1.142,54

A Companhia não tem qualquer restrição de titularidade destes ativos, nem qualquer deles se encontra dado como garantia de passivos.

Não existe qualquer item de "Outros ativos tangíveis" em imparidade ou cedido.

9. AFETAÇÃO DOS INVESTIMENTOS E OUTROS ATIVOS

Os investimentos e os outros ativos encontram-se distribuídos pelas provisões técnicas, como demonstrado no quadro abaixo:

Exercício de 2013			
Rubrica	Seguros de Vida com participação nos resultados	Seguros de Vida sem participação nos resultados	Seguros de Vida e operações classificadas como contratos de investimento
Caixa e equivalentes	2.500.000,00	5.235.593,92	0,00
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial a justo valor através de ganhos e perdas	0,00	2.517.871,79	0,00
Ativos financeiros disponíveis para venda	68.952.816,34	69.435.226,31	26.476.913,22
Investimentos a deter até à maturidade	45.870.248,14	4.276.274,19	6.136.944,52
Empréstimos concedidos e contas a receber	562.500,71	0,00	0,00
Outros ativos tangíveis	377,06	0,00	0,00
Outros ativos	0,00	1.089.738,55	0,00
Total	117.885.942,25	82.554.704,76	32.613.857,74

Exercício de 2012			
Rubrica	Seguros de Vida com participação nos resultados	Seguros de Vida sem participação nos resultados	Seguros de Vida e operações classificadas como contratos de investimento
Caixa e equivalentes	2.946.314,49	300.000,00	91.545,04
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial a justo valor através de ganhos e perdas	0,00	6.817.285,55	0,00
Ativos financeiros disponíveis para venda	66.520.911,28	46.333.580,71	25.792.909,75
Investimentos a deter até à maturidade	43.860.925,18	6.503.243,01	4.994.960,24
Empréstimos concedidos e contas a receber	446.174,65	0,00	0,00
Outros ativos tangíveis	1.142,54	0,00	0,00
Outros ativos	0,00	872.428,50	0,00
Total	113.775.468,14	60.826.537,77	30.879.415,03



“ A vida só se compreende mediante
um retorno ao passado, mas
só se vive para diante. ”
Soren Kierkegaard

10. ATIVOS INTANGÍVEIS

10.1. O modelo de valorização aplicado aos Ativos Intangíveis é o modelo do custo

10.2. As despesas com aplicações informáticas são o único tipo de ativo intangível, registado nas demonstrações financeiras, à data de encerramento do exercício. As amortizações são efetuadas pelo método das quotas constantes, por duodécimos (com início no mês de aquisição dos bens), para que o valor do ativo seja amortizado durante a sua vida útil estimada de três anos.

O movimento de aquisições, transferências, abates, alienações, e amortizações efetuado no exercício está demonstrado no seguinte quadro:

Exercício de 2013					
Outros ativos intangíveis	Saldo inicial (valor líquido)	Aquisições	Transf. abates e alienações	Amort. do exercício	Saldo final (valor líquido)
Despesas com aplicações informáticas	131.194,60	0,00	0,00	95.540,20	35.654,40
Total	131.194,60	0,00	0,00	95.540,20	35.654,40

Exercício de 2012					
Outros ativos intangíveis	Saldo inicial (valor líquido)	Aquisições	Transf. abates e alienações	Amort. do exercício	Saldo final (valor líquido)
Despesas com aplicações informáticas	188.966,18	59.805,97	0,00	117.577,55	131.194,60
Total	188.966,18	59.805,97	0,00	117.577,55	131.194,60

11. OUTRAS PROVISÕES E AJUSTAMENTOS DE CONTAS DO ATIVO

11.1. Desdobramento das contas de ajustamentos e outras provisões:

Exercício de 2013				
Rubrica	Saldo inicial	Aumento	Redução e utilização	Saldo final
Ajustamentos de recibos por cobrar				
De outros tomadores de seguros	7.808,09	3.267,79	0,00	11.075,88
Ajustamentos de créditos de cobrança duvidosa				
De outros devedores	119.409,24	0,00	0,00	119.409,24
Outras provisões				
Pensões pessoal	0,00	0,00	0,00	0,00
Ações judiciais	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	127.217,33	3.267,79	0,00	130.485,12

Exercício de 2012				
Rubrica	Saldo inicial	Aumento	Redução e utilização	Saldo final
Ajustamentos de recibos por cobrar				
De outros tomadores de seguros	7.809,26	0,00	1,17	7.808,09
Ajustamentos de créditos de cobrança duvidosa				
De outros devedores	119.409,24	0,00	0,00	119.409,24
Outras provisões				
Pensões pessoal	0,00	0,00	0,00	0,00
Ações judiciais	2.745,49	0,00	2.745,49	0,00
Total	129.963,99	0,00	2.746,66	127.217,33

11.2. A provisão para recibos por cobrar, destina-se a reduzir o montante dos recibos por cobrar ao seu valor provável de realização e é calculada mediante a aplicação de uma percentagem média, correspondente à taxa da receita líquida da Companhia, aos recibos com cobranças em atraso, nos termos definidos na Norma 13/2000-R do ISP.

O ajustamento registado, relativamente a outros saldos a receber, resulta de uma análise casuística dos saldos de terceiros (incluindo mediadores, cosseguradoras, resseguradores e devedores por outras operações), tendo sido ajustados todos os saldos de que existem evidências de dificuldade de recuperação.

11.3. A Companhia não possui quaisquer contratos de seguro, com garantias suspensas e não possui quaisquer reembolsos pendentes de cobranças, dado que, conforme descrito na Nota 3 os reembolsos só são registados pela sua cobrança efetiva.

12. PRÉMIOS DE CONTRATOS DE SEGURO

12.1. A MAPFRE Seguros de Vida, S.A., encerrou o exercício de 2013, reconhecendo na rubrica de ganhos e perdas – “Prémios brutos emitidos de seguro direto”, o valor de 50.266.994,96 euros referentes a contratos de seguros, provenientes do ramo Vida.

Exercício de 2013	
Prémios brutos emitidos de seguro direto	50.266.994,96
Relativos a contratos individuais	49.585.396,39
Relativos a contratos de grupo	681.598,57
Periódicos	7.667.912,28
Não periódicos	42.599.082,68
De contratos sem participação nos resultados	27.530.943,96
De contratos com participação nos resultados	22.736.051,00
Prémios brutos emitidos de resseguro aceite	0,00
Saldo de resseguro	245.799,23

Exercício de 2012		
Prémios brutos emitidos de seguro direto		29.286.628,29
Relativos a contratos individuais	29.073.521,07	
Relativos a contratos de grupo	213.107,22	29.286.628,29
Periódicos	8.379.629,92	
Não periódicos	20.906.998,37	29.286.628,29
De contratos sem participação nos resultados	10.438.345,80	
De contratos com participação nos resultados	18.848.282,49	29.286.628,29
Prémios brutos emitidos de resseguro aceite		0,00
Saldo de resseguro		-77.353,38

12.2. Reconheceu na rubrica do passivo “Passivos financeiros da componente de depósito de contratos de seguro e de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento”, valorizados ao custo amortizado, o valor referente à responsabilidade assumida pela venda de contratos de seguro considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento, no montante de 10.855.026,04 euros.

13. COMISSÕES DE CONTRATOS DE SEGURO

13.1. No ponto 3.1.16., são descritos os critérios contabilísticos adotados relativamente à rubrica de comissões.

13.2. O montante das comissões de mediação e corretagem relativa ao seguro direto, contabilizadas no exercício de 2013 foi de 601.481,78 euros, distribuído pelos seguintes segmentos de negócio:

Exercício de 2013							
Rubrica	Rendas	Risco	Mistos	Universal Life	Capitalização	PPR	Total
Comissões de mediação e corretagem	11.495,40	126.103,10	55.822,46	13.514,69	17.254,32	377.291,81	601.481,78

Exercício de 2012							
Rubrica	Rendas	Risco	Mistos	Universal Life	Capitalização	PPR	Total
Comissões de mediação e corretagem	7.853,02	99.200,72	70.347,36	5.103,44	15.504,54	235.014,73	433.023,81

Nestas contas, para além das comissões de mediação e cobrança indicadas nos quadros, estão registados incentivos processados aos mediadores (*Profit Commissions*), que ascenderam no exercício de 2013 a 199.819,07 euros e no exercício anterior a 200.490,32 euros.

14. RENDIMENTOS E GASTOS FINANCEIROS

14.1. As políticas de reconhecimento dos réditos estão descritas na Nota 3.

14.2. Informação por categoria de investimento dos rendimentos e gastos financeiros.

14.2.1. Rendimentos financeiros

Os rendimentos financeiros registados em ganhos e perdas, compreendem os juros dos títulos de dívida e de depósitos em bancos contabilizados, tendo em conta, o regime contabilístico do acréscimo.

Estão lançados nesta rubrica, os ganhos resultantes do processo de amortização com a utilização do método do juro efetivo.

Exercício de 2013			
Rendimentos/Réditos	Juros de ativos financ. não valorizados justo valor por via de g&p	Outros	Total
De ativos disponíveis para venda	9.148.459,66		9.148.459,66
De juros de títulos de dívida	8.211.351,16		8.211.351,16
Dividendos de ações	235.037,64		235.037,64
Rendimento custo amortizado	702.070,86		702.070,86
De outros	0,00	6.185,00	6.185,00
De juros de depósitos em bancos		983,72	983,72
De empréstimos sobre apólices		5.201,28	5.201,28
Total	9.148.459,66	6.185,00	9.154.644,66

Exercício de 2012			
Rendimentos/Réditos	Juros de ativos financ. não valorizados justo valor por via de g&p	Outros	Total
De ativos disponíveis para venda	8.711.440,79	0,00	8.711.440,79
De juros de títulos de dívida	7.696.957,44		7.696.957,44
Dividendos de ações	357.145,84		357.145,84
Rendimento custo amortizado	657.337,51		657.337,51
De outros	0,00	17.087,67	17.087,67
De juros de depósitos em bancos		12.620,93	12.620,93
De empréstimos sobre apólices		4.466,74	4.466,74
Total	8.711.440,79	17.087,67	8.728.528,46

14.2.2. Gastos financeiros

Os gastos financeiros registados em ganhos e perdas compreendem os gastos de gestão dos investimentos inicialmente registados por natureza e imputados à função investimentos e os gastos resultantes do processo de amortização com a utilização do método do juro efetivo.

Exercício de 2013				
Gastos financeiros	Juros de ativos financ. não valorizados justo valor por via de g&p	Juros de passivos financ. não valorizados justo valor por via de g&p	Outros	Total
Gasto custo amortizado	248.857,38			248.857,38
Perdas em passivos financeiros		916.894,55		916.894,55
Gastos de gestão dos investimentos registados inicialmente por natureza			208.848,77	208.848,77
Total	248.857,38	916.894,55	208.848,77	1.374.600,70

Exercício de 2012				
Gastos financeiros	Juros de ativos financ. não valorizados justo valor por via de g&p	Juros de passivos financ. não valorizados justo valor por via de g&p	Outros	Total
Gasto custo amortizado	183.918,70			183.918,70
Perdas em passivos financeiros		925.137,48		925.137,48
Gastos de gestão dos investimentos registrados inicialmente por natureza			245.695,87	245.695,87
Total	183.918,70	925.137,48	245.695,87	1.354.752,05

15. GANHOS E PERDAS REALIZADOS EM INVESTIMENTOS

Os ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros, não valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas e de terrenos e edifícios, apresentam na conta de ganhos e perdas um valor positivo, conforme se demonstra no quadro abaixo:

Exercício de 2013			
Ganhos e perdas realizadas	Ganhos realizados	Perdas realizadas	Ganho/Perda líquido
Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros não valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas	1.216.339,64	546.685,98	669.653,66
De ativos disponíveis para venda	1.165.459,01	516.126,20	649.332,81
De títulos de dívida	792.068,04	62.535,71	729.532,33
De ações	353.380,24	452.922,60	-99.542,36
De fundos de investimento	20.010,73	667,89	19.342,84
De passivos financeiros valorizados a custo amortizado	50.880,63	30.559,78	20.320,85
De títulos de dívida	50.880,63	30.559,78	20.320,85
Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas	339.286,03	0,00	339.286,03
De ativos e passivos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	339.286,03	0,00	339.286,03
De fundos de investimento	550.467,80	0,00	550.467,80
Total	1.555.625,67	546.685,98	1.008.939,69

Exercício de 2012			
Ganhos e perdas realizadas	Ganhos realizados	Perdas realizadas	Ganho/Perda líquido
Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros não valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas	1.759.069,60	1.113.301,87	645.767,73
De ativos disponíveis para venda	1.643.245,63	1.106.733,49	536.512,14
De títulos de dívida	1.259.165,65	917.349,54	341.816,11
De ações	340.508,33	177.424,97	163.083,36
De fundos de investimento	43.571,65	11.958,98	31.612,67
De passivos financeiros valorizados a custo amortizado	115.823,97	6.568,38	109.255,59
De títulos de dívida	115.823,97	6.568,38	109.255,59
Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas	715.220,91	301.983,46	413.237,45
De ativos e passivos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	715.220,91	301.983,46	413.237,45
De fundos de investimento	1.449.622,70	301.983,46	1.147.639,24
Total	2.474.290,51	1.415.285,33	1.059.005,18

16. CUSTOS E GASTOS POR NATUREZA A IMPUTAR

16.1. CRITÉRIO DE IMPUTAÇÃO DOS CUSTOS E GASTOS POR NATUREZA ÀS FUNÇÕES

Os gastos são registados inicialmente por natureza e imputados às funções, sinistros, aquisição, administrativa e investimentos de acordo com o plano de contas.

Os critérios utilizados para a repartição dos custos e gastos entre as várias áreas funcionais foram os seguintes:

a) Imputação de custos pelas várias áreas funcionais

O valor imputado a cada área funcional, resulta da aplicação de uma percentagem, apurada com base nos tempos gastos pelo pessoal, para cada uma das áreas, ponderada com base nos respetivos vencimentos, aos custos por natureza a imputar.

A referida percentagem é obtida da seguinte forma:

- Por empregado, são encontrados em percentagem, os tempos gastos para cada uma das diversas áreas de imputação;
- Estas percentagens são aplicadas ao vencimento de cada um dos funcionários, obtendo-se assim o valor dos vencimentos, por funcionário e área; e
- A percentagem a aplicar aos custos por natureza, para cada uma das áreas, é encontrada dividindo o valor do somatório dos vencimentos, por área e pelo valor total dos vencimentos.

b) Imputação de custos por funções aos diversos ramos

A imputação dos custos às diversas áreas funcionais, pelos diversos ramos é efetuada da seguinte forma:

- Custos com sinistros, custos de aquisição, custos administrativos e custos com investimentos: 25% do valor a imputar, com base nos custos com sinistros, outros 25% com base no número de sinistros, outros 25% com base nos prémios emitidos e os restantes 25% com base no número de apólices.

16.2. CUSTOS E GASTOS POR NATUREZA E IMPUTADOS ÀS FUNÇÕES

No quadro abaixo, demonstra-se o total dos custos e gastos por natureza, assim como a sua imputação às diversas funções:

Exercício de 2013				
Custos e gastos por natureza a imputar	Gestão de sinistros	Custos de exploração	Gestão de investimentos	Total
Custos com pessoal	318.481,13	2.153.344,84	7.852,04	2.479.678,01
Fornecimentos e serviços externos	138.131,69	1.135.778,05	3.385,16	1.277.294,90
Impostos e taxas	3.819,51	25.545,91	88,94	29.454,36
Amortizações do exercício	11.804,22	84.181,27	320,19	96.305,68
Outras provisões	0,00	0,00	10.902,49	10.902,49
Juros suportados	0,00	0,00	186.299,95	186.299,95
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	472.236,55	3.398.850,07	208.848,77	4.079.935,39

Exercício de 2012				
Custos e gastos por natureza a imputar	Gestão de sinistros	Custos de exploração	Gestão de investimentos	Total
Custos com pessoal	331.311,34	1.886.675,84	8.332,26	2.226.319,44
Fornecimentos e serviços externos	133.282,33	957.968,87	3.336,76	1.094.587,96
Impostos e taxas	3.653,41	20.452,39	88,39	24.194,19
Amortizações do exercício	17.689,05	100.487,43	445,19	118.621,67
Outras provisões	0,00	0,00	60.220,92	60.220,92
Juros suportados	0,00	0,00	173.272,35	173.272,35
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	485.936,13	2.965.584,53	245.695,87	3.697.216,53

16.3. HONORÁRIOS POR SERVIÇOS DE REVISÃO OFICIAL DE CONTAS E AFINS INCLUÍDOS NA RUBRICA DE FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

A Sociedade de Revisores Oficiais de Contas auferes as remunerações que se encontram contratualmente estabelecidas e que a seguir se divulgam nos termos legalmente exigíveis.

Os honorários faturados nos exercícios de 2013 e de 2012 têm a seguinte distribuição (valores sem IVA):

Âmbito	2013	2012
Serviços de revisão legal das contas anuais	32.360,00	34.000,00
Serviços de garantia de fiabilidade	4.300,00	4.300,00
Total	36.660,00	38.300,00

17. GASTOS COM PESSOAL

17.1. O número total de trabalhadores, no fim do período, era de 57, o mesmo do que no exercício anterior. O total dos trabalhadores encontra-se distribuído por grupo profissional/categoria conforme apresentado no seguinte quadro:

Grupo profissional/Categoria	N.º de trabalhadores
Dirigente	3
Diretor	3
Gestor	7
Gestor Comercial	1
Gestor Operacional	3
Gestor Técnico	3
Operacional	45
Coordenador Operacional	15
Especialista Operacional	25
Estagiário (especialista operacional)	4
Secretário	1
Técnico	2
Técnico	2
Total	57

17.2. Os gastos com pessoal, por natureza, registados nos exercícios de 2013 e de 2012 apresentam o seguinte detalhe:

Rubrica	2013	2012
Remunerações	1.909.656,62	1.648.258,40
Dos órgãos sociais	0,00	0,00
Do pessoal	1.909.656,62	1.648.258,40
Encargos sobre remunerações	440.562,04	386.520,37
Benefícios pós-emprego	15.439,79	47.120,27
Planos de contribuição definida	14.804,26	46.353,88
Planos de benefícios definidos	635,53	766,39
Outros benefícios a longo prazo dos empregados	0,00	0,00
Benefícios de cessação de emprego	0,00	0,00
Seguros obrigatórios	52.335,04	40.435,11
Gastos de ação social	6.301,57	7.121,58
Outros gastos com o pessoal	55.382,95	96.863,71
Total	2.479.678,01	2.226.319,44

17.3. A Companhia, não é responsável por qualquer valor em matéria de pensões de reforma para antigos membros dos órgãos sociais.

Por outro lado, relativamente aos membros dos órgãos sociais, não existe qualquer adiantamento ou crédito concedido, nem qualquer compromisso tomado por sua conta a título de qualquer garantia.

20. OBRIGAÇÕES COM BENEFÍCIOS DOS EMPREGADOS

20.1. PLANO DE CONTRIBUIÇÃO DEFINIDA

a) Política contabilística

No ponto 3.2.6., são descritas as políticas contabilísticas adotadas pela Companhia relativamente às obrigações com benefícios dos empregados.

b) Descrição geral do plano

1. Conforme o Contrato Coletivo da Atividade Seguradora e sem prejuízo do descrito a seguir no n.º 2, a Companhia efetuará, anualmente, contribuições para o Plano Individual de Reforma de valor correspondente às percentagens indicadas na tabela seguinte, aplicadas sobre o ordenado base anual do trabalhador:

Ano civil	% contribuição para o PIR
2012	1,00%
2013	2,25%
2014	2,50%
2015	2,75%
2016	3,00%
2017 e seguintes	3,25%

2. A primeira contribuição da Companhia para o Plano Individual de Reforma verificar-se-á:


i. Para os trabalhadores no ativo admitidos na atividade seguradora antes de 22 de junho de 1995:

1. No ano de 2012 a conversão do valor da responsabilidade por serviços passados calculados nos termos da cláusula 56ª do Contrato Coletivo da Atividade Seguradora que esteve em vigor até 14/01/2012; e
2. No ano de 2015, conforme tabela do n.º 1, desta nota.

ii. Para os restantes trabalhadores no ano de 2012.

Os movimentos relativos à contribuição no exercício de 2013 e à constituição, por transferência do anterior plano e por contribuição representando custo do exercício, para o Plano Individual de Reforma, efetuados durante o exercício de 2012, foram os apresentados nos quadros abaixo:

Exercício de 2013	
Conceito	Constituição por contribuição de valor
Contribuição para os trabalhadores no ativo, admitidos na atividade seguradora no período compreendido entre 22 de junho de 1995 e 31 de dezembro de 2009	14.804,29
Total	14.804,29

A black and white photograph of a woman in a gym, wearing a dark sports bra and leggings. She is lifting two red dumbbells, one in each hand, with her right arm raised high and her left arm bent at the elbow. The background shows gym equipment and a window with a view of a city. A red rectangular box is overlaid on the image, containing a quote in white text.

“A nossa vida é feita do que nós fazemos por ela, e do que temos que aceitar dos outros.”

José Saramago

Exercício de 2012		
Conceito	Constituição por transferência de valor	Constituição por contribuição de valor
Transferência do valor das responsabilidades pelos serviços passados, relativo às pensões de reforma por velhice devidas aos trabalhadores no ativo, admitidos até 22 de junho de 1995, abrangidos pelo disposto na cláusula 51ª do anterior CCT.	180.819,99	
Transferência da MAPFRE Seguros Gerais, do valor das responsabilidades pelos serviços passados, relativo às pensões de reforma por velhice devidas aos trabalhadores no ativo, admitidos até 22 de junho de 1995, abrangidos pelo disposto na cláusula 51ª do anterior CCT, que foram transferidos para o quadro de pessoal da MAPFRE Seguros de Vida.	119.494,60	
Contribuição para os trabalhadores no ativo, admitidos na atividade seguradora no período compreendido entre 22 de junho de 1995 e 31 de dezembro de 2009		5.950,83
Total	300.314,59	5.950,83

3. A Companhia efetuou apólices de seguro individuais, num produto "Universal Life", com garantia de capital, na própria Companhia. O valor capitalizado das entregas é resgatável, nos termos previstos no anexo V do Contrato Coletivo da Atividade Seguradora.

Dado que as apólices foram contratadas na própria companhia, de acordo com os parágrafos 25 a 27 da IAS 19 o plano deverá continuar a ser tratado para efeitos contabilísticos de forma equivalente aos planos de benefícios definidos.

c) Universo do plano

Fazem parte do plano os trabalhadores que preenchem os requisitos e aderiram ao Contrato Coletivo da Atividade Seguradora que entrou em vigor em 15/01/2012.

20.2. PLANO DE BENEFÍCIOS DEFINIDOS

a) Política contabilística

No ponto 3.2.6., são descritas as políticas contabilísticas adotadas pela Companhia relativamente às obrigações com benefícios dos empregados.

b) Descrição geral do plano

O plano destina-se a garantir os compromissos com pensões dos trabalhadores da MAPFRE Seguros de Vida, S.A., que não aderiram ao Contrato Coletivo da Atividade Seguradora que entrou em vigor em 15/01/2012 e que preenchem as condições da cláusula 56ª do anterior Contrato Coletivo de Trabalho da Atividade Seguradora, vigente de 22 de junho de 1995 a 14 de janeiro de 2012, segundo o qual têm acesso a este benefício todos os trabalhadores que tenham entrado na atividade seguradora antes de 22 de junho de 1995 e que se reformem na atividade seguradora, desde que tenham completado, pelo menos, 10 anos de serviço na mesma.

As características do plano detalham-se mais adiante na alínea l) desta nota.

Encontram-se abrangidos pelo plano todos os trabalhadores que preencham as condições anteriores, incluindo os pertencentes a órgãos de gestão, desde que exercendo funções executivas.

No final do exercício de 2013, apenas um trabalhador era abrangido pelo plano de benefícios definidos.

Ainda nos termos do anterior Contrato Coletivo da Atividade Seguradora, a Companhia tem a responsabilidade de assegurar prestações de reforma por invalidez.

A prestação de invalidez é calculada segundo a fórmula:

$$P = (0,022 * t * 14 / 12 * R) - (0,022 * n * S / 60) \text{ em que:}$$

• R = último salário efetivo mensal na data da reforma;

- $n = n.^{\circ}$ de anos civis com entrada de contribuições para a segurança social;
- $S =$ soma dos salários anuais dos cinco melhores anos dos últimos dez sobre os quais incidem contribuições para a segurança social;
- $t =$ anos de serviço na atividade seguradora;
- $0,5 \geq 0,022 * t \leq 0,8$;
- $0,3 \geq 0,022 * n \leq 0,8$.

Para terem direito a esta prestação, os trabalhadores têm que contar no mínimo com cinco anos de serviço na atividade seguradora e qualquer fração de ano conta como um ano completo e as prestações são pagas 14 vezes no ano.

Atendendo a que as estimativas destas responsabilidades são de difícil execução e que as metodologias disponíveis para o seu apuramento conduzem a resultados que não se consideram razoáveis, e dada a imaterialidade do valor, a MAPFRE, baseada nos princípios prescritos na IAS 37, sempre optou por não as realizar, não procedendo ao seu reconhecimento.

No entanto, as responsabilidades encontram-se cobertas através de uma apólice de seguro do tipo temporário anual renovável realizada na própria Companhia.

c) Veículo de financiamento utilizado

As responsabilidades da MAPFRE Seguros de Vida, S.A., no âmbito deste plano, encontram-se garantidas por apólices de seguro não elegíveis nos termos da IAS 19, subscritas na MAPFRE Seguros de Vida, S.A.

Estas apólices são de rendas vitalícias, no que respeita à cobertura das responsabilidades com prestações em pagamento ao pessoal já reformado e apólices de Capital Diferido a Prémio Único, adquiridas anualmente para cobertura das responsabilidades que se vencem anualmente relativamente a trabalhadores no ativo.

As taxas de juro implícitas nestas apólices encontram-se descritas no ponto seguinte.

d) Valor e taxa de rentabilidade efetiva dos ativos do plano

O valor dos ativos e as bases técnicas dessas apólices são os seguintes:

Exercício de 2013				
Nº. apólice	Modalidade	Taxa técnica	Tabela mortalidade	Valor ativos (euros)
201000022	Invida-Capital diferido a prémio único	2,25%	GKM95 para homens e mulheres	16.223,38
Total apólices				16.223,38

Exercício de 2012				
Nº. apólice	Modalidade	Taxa técnica	Tabela mortalidade	Valor ativos (euros)
201000022	Invida-Capital diferido a prémio único	2,25%	GKM95 para homens e mulheres	15.086,69
Total apólices				15.086,69

d) Responsabilidade passada

Responsabilidade passada		
Conceito	2013	2012
Valor atual serviços passados – pessoal no ativo	16.893,44	15.042,64
Valor atual serviços passados – reformados	0,00	0,00
Total	16.893,44	15.042,64

e) Reconciliação dos saldos de abertura e fecho do valor atual das obrigações

Responsabilidades com pessoal no ativo		
Conceito	2013	2012
Valor responsabilidades janeiro	15.042,64	166.037,69
Custo serviço corrente	721,43	671,05
Custo dos juros	344,48	408,38
Resgates	0,00	155.147,51
Ganhos atuariais	0,00	0,00
Perdas atuariais	784,89	3.073,03
Valor responsabilidades dezembro	16.893,44	15.042,64

g) Análise da obrigação em planos que não têm financiamento

No caso da MAPFRE Seguros de Vida, S.A., a totalidade dos planos de benefícios definidos encontra-se financiada a 100%.

h) Reconciliação dos saldos de abertura e fecho do justo valor dos ativos

No quadro seguinte apresentamos a reconciliação do saldo do ativo:

Apólices capital diferido prêmio único		
Conceito	2013	2012
Valor ativos janeiro	15.086,69	234.685,52
Contribuições empresa	706,31	0,00
Resgates	0,00	219.911,87
Retorno ativos	339,45	332,41
Ganhos atuariais	0,00	19,37
Perdas atuariais	90,93	0,00
Valor ativos dezembro	16.223,38	15.086,69

i) Reconciliação do valor da obrigação e do justo valor dos ativos do plano

A totalidade dos ativos e obrigações relativos ao Plano de Benefícios Definido da MAPFRE Seguros de Vida, S.A., descritos nas alíneas f) e h) anteriores, são relevados no balanço na linha de "Ativos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo" e na linha de "Passivos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo".

j) Gasto total reconhecido na conta de ganhos e perdas

Custo reconhecido em resultados		
Conceito	2013	2012
Custo serviço corrente	14.804,26	46.353,88
Custo transferência de plano	0,00	0,00
Custo dos juros	721,43	671,05
Retorno ativos	344,48	408,38
Pagamentos	-430,38	-313,04
Ganhos atuariais	784,89	3.073,03
Perdas atuariais	0,00	0,00
Total	16.224,68	50.193,30

k) Quantias reconhecidas em ganhos e perdas

Não foram registados quaisquer outros ganhos ou perdas do exercício corrente.

l) Descrição dos principais pressupostos atuariais usados

O cálculo da responsabilidade foi efetuado de acordo com os preceitos da IAS 19, com as seguintes bases:

- Método de valorização atuarial *Unit Credit* ou Método da Unidade de Crédito Projetada.
- Hipóteses atuariais, nem imprudentes nem excessivamente conservadoras.
- Tabelas de mortalidade geracionais espanholas de sobrevivência PERM 2000 P para homens e PERF 2000 P para mulheres.
- Não se considerou taxa de rotação.
- Taxa de juro para estimação do valor atual das responsabilidades à data de 31 de dezembro de 2013 de 2,67%.
- Crescimento no valor das pensões da segurança social de 2% ao ano.
- Incremento do valor das pensões a cargo da Companhia de 2% ao ano.
- Taxa de inflação anual de 2%.
- Incremento salarial à taxa de crescimento anual de 3%.
- Idade normal de reforma os 65 anos.

O plano enquadra-se nas disposições do anterior Contrato Coletivo de Trabalho da Atividade Seguradora e apresenta as seguintes características:

- Terá direito à prestação de reforma, o trabalhador com data de ingresso no setor segurador anterior a 22 de junho de 1995, de acordo com o estipulado no anterior Contrato Coletivo de Trabalho.
- Para os trabalhadores que pertenciam ao quadro de pessoal, à data de 31 de dezembro de 2011, a Companhia cobrirá as prestações de reforma, pelo tempo decorrido, desde que tenham entrado na Companhia até aos 65 anos.
- Para os trabalhadores que prestaram serviço para a Companhia mas já não pertenciam ao quadro de pessoal à data de 31 de dezembro de 2011, a Companhia cobrirá as prestações de reforma pelo tempo decorrido desde a data de entrada até à data de saída em proporção do tempo desde que entrou no setor até aos 65 anos.
- Os trabalhadores que atinjam os 65 anos de idade como ativos ou como pré-reformados têm direito a uma prestação vitalícia, a cargo da Companhia, pagável 14 vezes no ano, de acordo com a seguinte fórmula:

$$P = (0,8 \cdot 14 / 12 \cdot R) - (0,022 \cdot N \cdot S / 60)$$

em que,

- P = Prestação a pagar pela Companhia;
- R = último salário efetivo no momento da reforma;
- N = número de anos de contribuição para a Segurança Social;
- S = soma dos salários anuais dos cinco melhores anos dos últimos dez;
- $0,3 \geq 0,022 \cdot N \leq 0,8$.

- Para ter direito a esta prestação, os trabalhadores têm de contar dez anos de serviço na atividade seguradora;
- Qualquer fração de ano conta como um ano completo; e
- Atualização anual da prestação à taxa de inflação de 2%. Porém, a soma da prestação anual resultante dessa atualização com a pensão anual a cargo da Segurança Social não poderá ultrapassar o ordenado mínimo líquido anual (ordenado base adicionado do prémio de antiguidade do momento em que se reformou).

Os conceitos utilizados foram os seguintes:

- Valor atual das responsabilidades:

Corresponde ao valor atual dos pagamentos futuros esperados que são necessários para cumprir com as responsabilidades derivadas dos serviços prestados pelos trabalhadores no exercício corrente e nos anos anteriores.

Calculou-se o valor da prestação, segundo as bases antes referenciadas e, a partir dela, calculou-se o capital total equivalente aos 65 anos.

Com este capital e aplicando o método *Unit Credit*, obteve-se a parte do capital total, que, atendendo ao período de trabalho na Companhia até aos 65 anos e ao período decorrido na mesma até 31 de dezembro de 2013, deve considerar-se como ganho.

Este capital ganho está referido aos 65 anos, momento em que o trabalhador começa a receber a prestação estimada, portanto efetuou-se a atualização atuarial e financeira desse capital à data de 31 de dezembro de 2013.

- Custo do serviço corrente:

Corresponde ao incremento do valor atual das responsabilidades em consequência dos serviços prestados pelos trabalhadores no presente exercício.

- Custo dos juros:

Obtém-se multiplicando a taxa de rendimento financeiro do início do exercício (2,29% anual) pelo valor atual das responsabilidades existente a 31 de dezembro de 2012 e corresponde ao incremento do valor atual das responsabilidades devido ao facto de tais prestações estarem um exercício mais próximo do seu vencimento.

m) Quantias do período corrente e do período anterior

Conceito	2013	2013	2012
Valor das responsabilidades	16.893,44	15.042,64	166.037,69
Valor dos ativos	16.223,38	15.086,69	234.685,52
Excesso/(Insuficiência)	-670,06	44,05	68.647,83
Ganhos/(Perdas) atuariais das responsabilidades	0,00	0,00	13.772,42
% sobre responsabilidades	0,00%	0,00%	8,29%
Ganhos/(Perdas) atuariais dos ativos	0,00	19,37	741,30
% sobre ativos	0,00%	0,13%	0,32%

21. IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

21.1. IMPOSTO CORRENTE

Detalham-se no quadro abaixo, as principais componentes do gasto por imposto corrente sobre lucros e a conciliação entre o gasto por imposto sobre lucros e o produto de multiplicar o resultado contabilístico pela taxa de imposto aplicada:

Exercício de 2013			
Demonstração do imposto corrente	Ganhos e perdas	Capital	Total
Resultado antes de imposto	1.144.089,08		1.144.089,08
Variações patrimoniais neg. não refletidas no resultado líquido			0,00
Varição do justo valor dos inst. financ. a representar as prov. téc. com particip. benef.		3.672.530,68	3.672.530,68
25% do resultado antes de impostos	286.022,27	918.132,67	1.204.154,94
Multas, coimas juros compensatórios	44,64		44,64
Encargos com o aluguer de viaturas sem condutor	124,73		124,73
Menos-valias/mais-valias contabilísticas	-192.920,69		-192.920,69
Diferença positiva/negativa entre as mais-valias/menos-valias fiscais	192.920,71		192.920,71
Custos e proveitos extraordinários	70.769,01		70.769,01
Restituição de impostos não dedutíveis/excesso da estimativa p/impostos	-8.145,42		-8.145,42
Eliminação da dupla tributação económica dos lucros distribuídos	-17.198,81		-17.198,81
Benefícios fiscais	-1.379,63		-1.379,63
Total do imposto	330.236,82	918.132,67	1.248.369,49
Derrama	47.538,57	132.167,93	179.706,51
Tributação autónoma	32.566,60		32.566,60
Imposto sobre lucros a pagar	410.341,99	1.050.300,60	1.460.642,60
Imposto sobre lucros a pagar/receber			
Entregas por conta	-1.233.874,00		-1.233.874,00
Imposto sobre lucros a pagar/receber líquido	-823.532,01	1.050.300,60	226.768,60

Exercício de 2012			
Demonstração do imposto corrente	Ganhos e perdas	Capital	Total
Resultado antes de imposto	1.965.642,31		1.965.642,31
Variações patrimoniais neg. não refletidas no resultado líquido			0,00
Varição do justo valor dos inst. financ. a representar as prov. téc. com particip. benef.		5.460.686,20	5.460.686,20
25% do resultado antes de impostos	491.410,58	1.365.171,55	1.856.582,13
Custos e proveitos extraordinários	8.918,89		8.918,89
Dividendos – instrumentos de capital	-40.515,45		-40.515,45
Benefícios fiscais	-1.455,77		-1.455,77
Total do imposto	458.358,26	1.365.171,55	1.823.529,81
Derrama	71.193,40	212.041,97	283.235,37
Tributação autónoma	17.157,17		17.157,17
Imposto sobre lucros a pagar/receber líquido	546.708,83	1.577.213,52	2.123.922,35

21.2. IMPOSTOS DIFERIDOS

a) Decomposição do saldo de ativos por impostos diferidos:

Exercício de 2013						
Ativos por impostos diferidos	Saldo inicial	Aumentos		Reversões		Saldo final
		Resultados	Capital próprio	Resultados	Capital próprio	
De ativos financeiros disponíveis para venda – mensuração	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00
De prejuízos fiscais	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00
Do reconhecimento dos ativos/passivos por benefícios pós-emprego	56.016,85	0,00	0,00	56.016,85	0,00	0,00
De participação nos resultados a atribuir	864.869,34		489.323,38			1.354.192,72
Do reconhecimento da reserva revalorização resultante da alteração da classificação contabilística dos títulos da dívida pública portuguesa	107.675,39				32.781,15	74.894,24
Total	1.028.561,58	0,00	489.323,38	56.016,85	32.781,15	1.429.086,96

Exercício de 2012						
Ativos por impostos diferidos	Saldo inicial	Aumentos		Reversões		Saldo final
		Resultados	Capital próprio	Resultados	Capital próprio	
De ativos financeiros disponíveis para venda – mensuração	146.070,78	0,00	0,00	0,00	344.488,03	0,00
De prejuízos fiscais	761.345,18	0,00	0,00	0,00	761.345,18	0,00
Do reconhecimento dos ativos/passivos por benefícios pós-emprego	57.034,30	0,00	0,00	1.017,45	0,00	56.016,85
De participação nos resultados a atribuir	0,00		864.869,34			864.869,34
Do reconhecimento da reserva revalorização resultante da alteração da classificação contabilística dos títulos da dívida pública portuguesa	198.417,25				90.741,86	107.675,39
Total	1.162.867,51	0,00	864.869,34	1.017,45	1.196.575,07	1.028.561,58

b) Decomposição do saldo de passivos por impostos diferidos:

Exercício de 2013						
Passivos por impostos diferidos	Saldo inicial	Aumentos		Reversões		Saldo final
		Resultados	Capital próprio	Resultados	Capital próprio	
De ativos financeiros disponíveis para venda - mensuração	276.715,23	0,00	1.050.638,44	0,00		1.327.353,67
Do reconhecimento dos at./pass. por benefícios pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	276.715,23	0,00	1.050.638,44	0,00	0,00	1.327.353,67

Exercício de 2012						
Passivos por impostos diferidos	Saldo inicial	Aumentos		Reversões		Saldo final
		Resultados	Capital próprio	Resultados	Capital próprio	
De ativos financeiros disponíveis para venda - mensuração	0,00	0,00	276.715,23	0,00	0,00	276.715,23
Do reconhecimento dos at./pass. por benefícios pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	0,00	0,00	276.715,23	0,00	0,00	276.715,23

22. CAPITAL

22.1. INDICAÇÕES SOBRE O CAPITAL SOCIAL

O Capital social integralmente subscrito e realizado em dinheiro, no final do exercício de 2013, é de 21.000.000,00 euros, dividido em 4.200.000 ações, no valor nominal de 5,00 euros cada:

Entidade acionista	2013		2012	
	N.º de ações	Valor	N.º de ações	Valor
MAPFRE Seguros Gerais, S.A.	4.200.000	21.000.000,00	3.500.000	17.500.000,00
Total	4.200.000	21.000.000,00	3.500.000	17.500.000,00

a) Não existem quaisquer direitos, preferências e restrições associadas às ações representativas do capital. Para efeitos da margem de solvência relativa ao ramo Vida, a legislação em vigor tem como requisitos de capital as seguintes percentagens, por grupos homogêneos de produtos:

- Produtos com risco de morte e invalidez, cerca de 0,01% e 0,015% dos capitais em risco, consoante a sua duração;
- Produtos financeiros com risco da Companhia, 4% das provisões matemáticas; e
- Produtos *Unit Linked* com risco do tomador do seguro, 1% das provisões matemáticas.

b) De acordo com o quadro anterior, as ações são detidas por uma entidade associada, não existindo qualquer ação propriedade da própria Companhia.

c) Em referência a 31 de dezembro de 2013, não existem ações reservadas para emissão segundo opções nem contratos para a venda de ações.

22.2. No exercício de 2013, a MAPFRE Seguros Gerais, S.A., subscreveu 7.000 ações, no valor nominal de 5,00 euros cada, aumentando assim a sua participação na MAPFRE Seguros de Vida, para um total de 21.000.000,00 de euros.

22.3. No exercício 2013, não existiram acordos de pagamento com base em ações pelo que não se verificou qualquer efeito daí decorrente na conta de ganhos e perdas.

23. RESERVAS

23.1. As reservas de reavaliação compreendem os ajustamentos para o justo valor dos diferentes ativos, que segundo as IFRS devem ter reflexo direto nas contas de capital próprio da Companhia.

A reserva por impostos diferidos corresponde ao valor que se prevê pagar ou recuperar a título de imposto efetivo, derivado dos ajustamentos para o justo valor dos ativos financeiros.

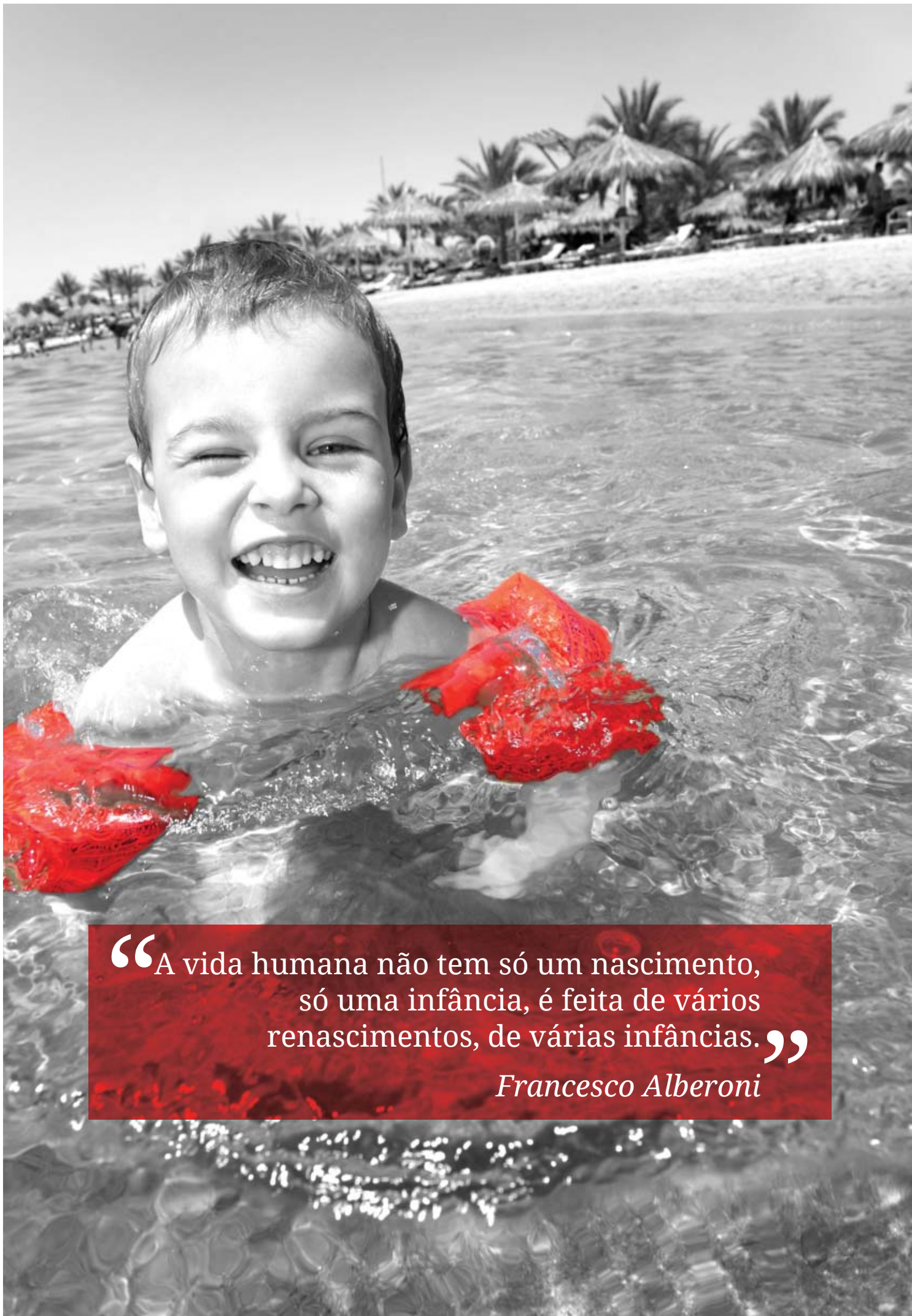
23.2. No quadro seguinte, apresentam-se os movimentos que ocorreram no exercício de 2013 em cada uma das reservas:

Exercício de 2013				
Demonstração das variações das reservas	Saldo inicial	Aumentos/ Diminuições	Imparidades/ Reversão	Saldo final
Reservas de reavaliação	-3.350.464,67	5.883.064,47	0,00	2.532.599,80
Ações /Unid. part. fundos invest.	199.806,93	1.229.701,08	0,00	1.429.508,01
Títulos de dívida	-3.550.271,60	4.653.363,39	0,00	1.103.091,79
Reserva por impostos diferidos	805.438,57	-703.705,28	0,00	101.733,29
Ações/Unid. part. fundos invest.	-52.948,84	351.772,72	0,00	298.823,88
Títulos de dívida	858.387,41	-1.055.478,01	0,00	-197.090,60
Outras reservas	-4.630.439,93	436.083,64	0,00	-4.194.356,29
Reserva legal	278.104,81	140.953,89	0,00	419.058,70
Outras reservas	-4.908.544,74	295.129,75	0,00	-4.613.414,99
Total	-7.175.466,03	5.615.442,83	0,00	-1.560.023,20

Exercício de 2012				
Demonstração das variações das reservas	Saldo inicial	Aumentos/ Diminuições	Imparidades/ Reversão	Saldo final
Reservas de reavaliação	-7.563.331,29	4.212.866,62	0,00	-3.350.464,67
Ações /Unid. part. fundos invest.	-164.109,85	363.916,78	0,00	199.806,93
Títulos de dívida	-7.399.221,44	3.848.949,84	0,00	-3.550.271,60
Reserva por impostos diferidos	2.033.403,21	-1.227.964,64	0,00	805.438,57
Ações/Unid. part. fundos invest.	41.027,47	-93.976,31	0,00	-52.948,84
Títulos de dívida	1.992.375,74	-1.133.988,33	0,00	858.387,41
Outras reservas	-5.805.863,45	1.175.423,52	0,00	-4.630.439,93
Reserva legal	160.562,46	117.542,35	0,00	278.104,81
Outras reservas	-5.966.425,91	1.057.881,17	0,00	-4.908.544,74
Total	-11.335.791,53	4.160.325,50	0,00	-7.175.466,03

O valor negativo de 4.630.439,93, apresentado na rubrica de outras reservas contém a anulação do *goodwill* gerado na aquisição, com efeito a 1 de janeiro de 2010, da carteira de apólices, bem como dos respetivos ativos e passivos, à Agência Geral em Portugal, da MAPFRE Vida, Companhia de Seguros e Resseguros sobre la Vida Humana, S.A., no valor de 7.411.488,05.

Entendeu-se proceder a esta anulação porque a aludida transação foi efetuada entre entidades sujeitas a um controlo comum (MAPFRE Seguros Gerais, S.A.) e ocorreu no âmbito do processo de reorganização empresarial do Grupo MAPFRE, não se encontrando dentro do âmbito dos requisitos de contabilização impostos pela IFRS 3.



“A vida humana não tem só um nascimento, só uma infância, é feita de vários renascimentos, de várias infâncias.”

Francesco Alberoni

24. RESULTADOS POR AÇÃO

24.1. Apresenta-se o cálculo do resultado por ação:

Conceito	2013	2012
Resultado líquido atribuído aos acionistas	677.730,24	1.409.538,87
Numero médio de ações	4.200.000	3.500.000
Resultado por ação (em euros)	0,16	0,40

25. DIVIDENDOS POR AÇÃO

25.1. O Conselho de Administração propôs que o resultado do exercício 2013, no montante de 677.730,24 euros (seiscentos e setenta e sete mil setecentos e trinta euros e vinte e quatro centimos), seja integralmente aplicado no reforço dos capitais próprios, da seguinte forma:

- Reserva Legal: 67.773,02 euros (sessenta e sete mil setecentos e setenta e três euros e dois centimos).
- Reserva Livre: 609.957,22 euros (seiscentos e nove mil novecentos e cinquenta e sete euros e vinte e dois centimos).

Foi também proposto pelo Conselho de Administração a transferência do saldo credor, a 31 de dezembro de 2013, de "Resultados Transitados", no valor de 65.527,38 euros, para Reservas Livres.

26. TRANSAÇÕES ENTRE PARTES RELACIONADAS

26.1. INFORMAÇÃO SOBRE A EMPRESA-MÃE E SOBRE A EMPRESA-MÃE DO TOPO DO GRUPO

A MAPFRE nasceu em 1993 como Mutualidad de Seguros de la Agrupación de Fincas Rústicas de España, com a finalidade de segurar os trabalhadores das explorações agrícolas. A partir de 1955, assentaram-se as bases da entidade como a conhecemos na atualidade, estendendo-se a sua atividade, de forma inicial, a outros ramos de seguros como Vida, Acidentes ou Transportes.

Durante a década dos anos 70, iniciou na América Latina a estratégia internacional com as atividades de Assistência e Resseguro, como pontas de lança do negócio de Seguros. Em 1975, inicia as suas atividades a FUNDACIÓN MAPFRE e nos anos 80, MAPFRE – que já era a primeira entidade seguradora de Espanha – consolidou a sua aposta latino-americana com um importante esforço de investimento, que culminou nos anos 90 com a criação de uma rede de seguro que atendia às particularidades locais e era similar ao modelo de êxito espanhol.

A partir do ano de 2000, começou a aceleração do crescimento das companhias da MAPFRE na América Latina, um efeito que se combinou com a diversificação dos canais de comercialização em Espanha. Em 2007, foi levada a cabo uma reorganização que proporcionou uma estrutura corporativa e uma capacidade financeira que permitiu continuar a ampliar as atividades e a expansão internacional. A FUNDACIÓN MAPFRE, fundação privada que desenvolve atividades não lucrativas de interesse geral, converteu-se no acionista maioritário e no garante da independência da nova sociedade MAPFRE, S.A., sociedade *holding*, que cotiza em Bolsa e integra todas as atividades do Grupo

Desde 2007, impulsionou-se a expansão do Grupo com uma aposta na diversificação geográfica e nos mercados de elevado potencial de crescimento, como os Estados Unidos e a Turquia. Em 2012, Antonio Huertas

assumiu a Presidência do Grupo, uma multinacional seguradora com presença em mais de 45 países dos cinco continentes.

A MAPFRE é um grupo empresarial espanhol independente que desenvolve atividades seguradoras, resseguradoras, financeiras, imobiliárias e de serviços em Espanha e em outros 45 países. Estas atividades desenvolvem-se através de 258 sociedades, que se agrupam em divisões e unidades operativas com ampla autonomia de gestão, debaixo da coordenação e supervisão dos altos Órgãos diretivos do Grupo, aos quais cabe determinar as linhas de orientação gerais e as políticas comuns de atuação.

A MAPFRE Seguros de Vida, S.A. é uma dessas sociedades, que desenvolve a sua atividade em Portugal e é detida a 100% pela MAPFRE Seguros Gerais, S.A., que por sua vez é detida a 99,99% pela MAPFRE Familiar.

26.2. DESCRIÇÃO DOS RELACIONAMENTOS ENTRE EMPRESAS-MÃE E FILIAIS

As transações com partes relacionadas referem-se a contratos de seguros, de resseguros, imobiliárias e de serviços. Não ocorreram, contudo, quaisquer operações com a casa mãe, para além das relativas à distribuição de reservas e de dividendos, nem com entidades com controlo conjunto ou influência significativa sobre a Companhia, filiais, associadas, empreendimentos conjuntos nos quais a Companhia seja um empreendedor, administradores da entidade ou da casa mãe, para além das remunerações relativas aos Administradores.

26.3. INFORMAÇÃO RELACIONADA COM O ÓRGÃO DE ADMINISTRAÇÃO

A responsabilidade pelo planeamento, direção e controlo da Companhia compete ao Conselho de Administração e ao Conselho Fiscal, que constituem o Órgão Social da Companhia.

A divulgação da política de remuneração dos membros dos órgãos de administração, de acordo com a Norma Regulamentar N.º 5/2010-R, de 1 de abril, está relatada no Relatório de Gestão.

Os membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal não auferem qualquer remuneração pelo desempenho do cargo na MAPFRE Seguros de Vida, S.A.



“A vida é para nós o que concebemos nela.”
Fernando Pessoa

No quadro seguinte, apresentam-se as entidades do Grupo MAPFRE das quais os membros do Conselho de Administração fazem parte:

Administrador	Grupo MAPFRE	
	Sociedades nas quais integram o Órgão de Administração	
António Manuel Cardoso Belo	MAPFRE Seguros Gerais, S.A.	
Vítor Manuel da Silva Reis		
Pedro Ribeiro e Silva		
Maria de Lurdes Ferreira da Mata Soares Póvoas		

Os administradores renunciaram ao seu mandato na sociedade Finibanco Vida, S.A., em 11 de dezembro com efeito a 1 de janeiro de 2013.

26.4. Apresentam-se de seguida as operações ocorridas e saldos do exercício com todas as outras entidades relacionadas:

Milhares de euros

Conceito	Gastos		Rendimentos	
	2013	2012	2013	2012
Serviços recebidos/prestados e outros gastos/rendimentos	108	115	370	1.399
Gastos/rendimentos de investimentos imobiliários	0	0	0	0
Gastos/rendimentos de investimentos e contas financeiras	121	136	0	0
Total	228	251	370	1.399

Milhares de euros

Conceito	Operações gerais	
	2013	2012
Créditos e dívidas	-4	41
Total	-4	41

As operações de resseguro, efetuadas entre empresas do Grupo, apresentam-se no quadro seguinte:

Milhares de euros

Conceito	Resseguro cedido	
	2013	2012
Prémios adquiridos	749	727
Sinistros recebidos	263	480
Varição de provisões técnicas	198	272
Comissões	42	52
Juros sobre depósitos	0	0

Os valores referentes aos saldos das contas correntes de resseguro, de depósitos constituídos e de provisões técnicas, por operações de resseguro, com entidades do Grupo apresentam-se no quadro seguinte:

Milhares de euros

Conceito	Resseguro cedido	
	2013	2012
Créditos e dívidas	-77	230
Depósitos	0	0
Provisões técnicas	993	793
Total	916	1.023

27. DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA

Demonstração do fluxo de caixa	2013	2012
Atividades operacionais		
Recebimentos de prêmios	60.579.810,32	49.815.763,74
Pagamentos de sinistros	-45.525.197,44	-43.785.980,73
Pagamentos de comissões	-660.417,20	-608.475,50
Entradas por operações de resseguro	232.594,79	205.523,08
Saídas por operações de resseguro	-371.463,81	-294.649,77
Outros Recebimentos	201.570,33	706.264,54
Pagamentos a fornecedores e pessoal	-3.228.301,84	-1.873.046,31
Imposto sobre o rendimento	-2.494.852,55	-147.823,16
Total fluxo das atividades operacionais	8.733.742,60	4.017.575,89
Atividades de investimento		
Outros ativos tangíveis	0,00	-59.805,97
Outros ativos intangíveis	0,00	0,00
Títulos de dívida	-13.837.075,57	-12.618.525,10
Instrumentos de capital e unidades de participação	987.868,67	0,00
Participação no capital de outras sociedades	0,00	0,00
Juros e dividendos recebidos	8.182.071,77	7.266.743,34
Outros investimentos	0,00	1.039.097,83
Total fluxo das atividades de investimento	-4.667.135,13	-4.372.489,90
Atividades de financiamento		
Outros recebimentos ou pagamentos	-14.208,34	0,00
Total fluxo das atividades de financiamento	-14.208,34	0,00
Efeito das variações das diferenças de câmbios	0,00	0,00
Aumento líquido de caixa e seus equivalentes	4.052.399,13	-354.914,01
Caixa e seus equivalentes no início do exercício	3.683.194,79	4.038.108,80
Caixa e seus equivalentes no fim do exercício	7.735.593,92	3.683.194,79

28. ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DE BALANÇO NÃO DESCRITOS EM PONTOS ANTERIORES

Não se registaram eventos subsequentes relevantes, em data posterior às demonstrações financeiras apresentadas.

29. ALTERAÇÕES DE POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

Revisões, alterações e melhorias nas normas e interpretações endossadas pela UE com efeitos nas políticas contabilísticas e divulgações adotadas pela companhia.

IFRS 13 Mensuração do justo valor (Emissão)

A IFRS 13 estabelece uma fonte única de orientação para a mensuração do justo valor de acordo com as IFRS. A IFRS 13 não indica quando uma entidade deverá utilizar o justo valor, mas estabelece uma orientação de como o justo valor deve ser mensurado sempre que o mesmo é permitido ou requerido.

O justo valor é definido como o “preço que seria recebido para vender um ativo ou pago para transferir um passivo numa transação entre duas partes a atuar no mercado na data de mensuração”.

A norma deve ser aplicada prospetivamente.

Da aplicação desta norma resultaram impactos nas Demonstrações Financeiras da Companhia ao nível das divulgações.

Revisões, alterações e melhorias nas normas e interpretações endossadas pela UE sem efeitos nas demonstrações financeiras da empresa/grupo

IFRS 7 Compensação de ativos financeiros e passivos financeiros (Emenda)

Esta emenda requer que as entidades divulguem informação sobre direitos de compensação e acordos relacionados (por exemplo Garantias colaterais). Estas divulgações providenciam informações que são úteis na avaliação do efeito líquido que esses acordos possam ter na Demonstração da Posição Financeira de cada entidade. As novas divulgações são obrigatórias para todos os instrumentos financeiros que possam ser compensados tal como previsto pela IAS 32 Instrumentos Financeiros: Apresentação. As novas divulgações também se aplicam a instrumentos financeiros que estão sujeitos a acordos principais de compensação ou outros acordos similares independentemente de os mesmos serem compensados de acordo com o previsto na IAS 32.

A emenda deve ser aplicada retrospectivamente.

Da aplicação desta alteração à norma não resultaram impactos nas Demonstrações Financeiras da Companhia.

IAS 1 Apresentação de demonstrações financeiras (Emenda)

A emenda à IAS 1 altera a agregação de itens apresentados na Demonstração do Rendimento Integral. Itens suscetíveis de serem reclassificados (ou “reciclados”) para lucros ou perdas no futuro (por exemplo na data de desreconhecimento ou liquidação) devem ser apresentados separados dos itens que não suscetíveis de serem reclassificados para lucros ou perdas (por exemplo, reservas de reavaliação previstas na IAS 16 e IAS 38).

Esta emenda não altera a natureza dos itens que devem ser reconhecidos na Demonstração de Rendimento Integral, nem se os mesmos devem ou não ser suscetíveis de serem reclassificados em lucros ou perdas no futuro.

A emenda deve ser aplicada retrospectivamente.

Da aplicação desta alteração à norma não resultaram impactos nas Demonstrações Financeiras da Companhia.

IAS 12 Impostos sobre o rendimento (Emenda)

A emenda à IAS 12 clarifica que a determinação de imposto diferido relativo a propriedades de investimento mensuradas ao justo valor, ao abrigo da IAS 40, deverá ser calculada tendo em conta a sua recuperação através da sua alienação no futuro. Esta presunção pode ser, no entanto, rebatível caso a entidade tenha um plano de negócios que demonstre que a recuperação desse imposto será efetuada através do uso das propriedades de investimento.

Adicionalmente, a emenda refere ainda que os impostos diferidos reconhecidos por ativos fixos tangíveis não depreciáveis que sejam mensurados de acordo com o modelo de revalorização devem ser calculados no pressuposto de que a sua recuperação será efetuada através da venda destes ativos.

Da aplicação desta alteração à norma não resultaram impactos nas Demonstrações Financeiras da Companhia.

IAS 19 Benefícios dos empregados (Revista)

A IAS 19 Benefícios de empregados (Revista), sendo as principais alterações as seguintes:

- a eliminação da opção de diferir o reconhecimento dos ganhos e perdas atuariais, conhecida pelo “método do corredor”; Ganhos e Perdas atuariais são reconhecidos na Demonstração do Rendimento Integral quando os mesmos ocorrem. Os valores reconhecidos nos lucros ou prejuízos são limitados: ao custo corrente e de serviços passados (que inclui os ganhos e perdas nos cortes), ganhos e perdas na liquidação e custos (projeitos) relativos a juros líquidos. Todas as restantes alterações no valor líquido do ativo (passivo) decorrente do plano de benefício definido devem ser reconhecidas na Demonstração do Rendimento Integral, sem subsequente reclassificação para lucros ou perdas;
- os objetivos para as divulgações relativos a planos de benefício definido são explicitamente referidos na revisão da norma, bem como novas divulgações ou divulgações revistas. Nestas novas divulgações inclui-se informação quantitativa relativamente a análises de sensibilidade à responsabilidade dos benefícios definidos a possíveis alterações em cada um dos principais pressupostos atuariais;
- benefícios de cessação de emprego deverão ser reconhecidos no momento imediatamente anterior: (i) a que compromisso na sua atribuição não possa ser retirado e (ii) a provisão por reestruturação seja constituída de acordo com a IAS 37;
- A distinção entre benefícios de curto e longo prazo será baseada na tempestividade da liquidação do benefício, independentemente do direito ao benefício do empregado já ter sido conferido.

A norma revista deve ser aplicada retrospectivamente.

Da aplicação desta alteração à norma não resultaram impactos significativos nas Demonstrações Financeiras da Companhia.

Melhorias anuais relativas ao ciclo 2009-2011

IAS 1 (Emenda) Apresentação de demonstrações financeiras

Clarifica a diferença entre informação comparativa adicional e informação mínima comparativa. Geralmente, a informação comparativa mínima requerida corresponde ao período comparativo anterior.

Uma entidade deve incluir informação comparativa nas notas às demonstrações financeiras quando voluntariamente divulga informação para além da informação mínima requerida. A informação adicional relativa ao período comparativo não necessita de conter um conjunto completo de demonstrações financeiras.

Adicionalmente, o balanço de abertura da posição financeira (terceiro balanço) deve ser apresentado nas seguintes circunstâncias: i) quando uma entidade aplica uma política contabilística retrospectivamente ou elabora uma reexpressão retrospectiva de itens nas suas demonstrações financeiras; ou ii) quando reclassifica

itens nas suas demonstrações financeiras e estas alterações são materialmente relevantes para a demonstração da posição financeira. O balanço de abertura deverá ser o balanço de abertura do período comparativo. Todavia, ao contrário da informação comparativa voluntária, não são requeridas notas para sustentar a terceira demonstração da posição financeira.

IAS 16 Ativos fixos tangíveis

Clarifica que sobressalentes e equipamentos de serviço que cumprem com a definição de ativos fixos tangíveis devem ser classificados como tal e não são inventários.

IAS 32 Instrumentos financeiros

Clarifica que o imposto sobre o rendimento que resulte de distribuições a acionistas deve ser contabilizado de acordo com a IAS 12 Impostos sobre o rendimento.

Novas normas e interpretações já emitidas mas que ainda não são obrigatórias

As normas e interpretações recentemente emitidas pelo IASB com relevância na atividade da Companhia, cuja aplicação é obrigatória apenas em períodos com início após 1 de janeiro de 2013 e que a Companhia não adotou antecipadamente são apresentadas na Nota 30. Estas Normas serão adotadas a partir da data do endosso pela UE.

30. NOVAS NORMAS E INTERPRETAÇÕES JÁ EMITIDAS MAS QUE AINDA NÃO SÃO OBRIGATÓRIAS

As normas e interpretações recentemente emitidas pelo IASB com relevância na atividade da Companhia, cuja aplicação é obrigatória apenas em períodos com início após 1 de janeiro de 2013 e que a Companhia não adotou antecipadamente são as seguintes:

Já endossadas pela UE:

IAS 32 Instrumentos financeiros (Compensação de ativos financeiros e passivos financeiros)

A emenda clarifica o significado de “direito legal correntemente executável de compensar” e a aplicação da IAS 32 aos critérios de compensação de sistemas de compensação (tais como sistemas centralizados de liquidação e compensação) os quais aplicam mecanismos de liquidação brutos que não são simultâneos.

O parágrafo 42 a) da IAS 32 requer que “um ativo financeiro e um passivo financeiro devem ser compensados e a quantia líquida apresentada no balanço quando, e apenas quando, uma entidade tiver atualmente um direito de cumprimento obrigatório para compensar as quantias reconhecidas”. Esta emenda clarifica que os direitos de compensar não só têm de ser legalmente correntemente executáveis no decurso da atividade normal mas também têm de ser executáveis no caso de um evento de incumprimento e no caso de falência ou insolvência de todas as contrapartes do contrato, incluindo da entidade que reporta. A emenda também clarifica que os direitos de compensação não devem estar contingentes de eventos futuros.

O critério definido na IAS 32 para a compensação de instrumentos financeiros requer que a entidade de reporte pretenda ou liquidar numa base líquida, ou realizar o ativo e liquidar simultaneamente o passivo. A emenda clarifica que só os mecanismos de liquidação pelo valor bruto que eliminam ou resultam em riscos de crédito e liquidez insignificantes em que o processo de contas a receber e a pagar é um único processo de liquidação ou ciclo podem ser, de facto, equivalentes a uma liquidação pelo valor líquido, cumprindo com efeito o critério de liquidação líquido previsto na norma.

De acordo com o endosso, as emendas a esta norma são aplicáveis para exercícios iniciados em ou após 1 de janeiro de 2014. A emenda à IFRS 7 deverá ser aplicável retrospectivamente de acordo com a IAS 8. A aplicação

antecipada é permitida devendo divulgar este facto e cumprir com as divulgações previstas pela IFRS 7 Divulgações (Emenda) – Compensação de ativos financeiros e passivos financeiros.

Ainda não endossadas pela UE:

IFRS 9 Instrumentos financeiros (Introduz novos requisitos de classificação e mensuração de ativos e passivos financeiros)

A primeira fase da IFRS 9 Instrumentos financeiros aborda a classificação e mensuração dos ativos e passivos financeiros. O IASB continua a trabalhar e a discutir os temas de imparidade e contabilidade de cobertura com vista à revisão e substituição integral da IAS 39. A IFRS 9 aplica-se a todos os instrumentos financeiros que estão no âmbito de aplicação da IAS 39.

As principais alterações são as seguintes:

Ativos Financeiros:

Todos os ativos financeiros são mensurados no reconhecimento inicial ao justo valor.

Os instrumentos de dívida podem ser mensurados ao custo amortizado subsequentemente se:

- a opção pelo justo valor não for exercida;
- o objetivo da detenção do ativo, de acordo com o modelo de negócio, é receber os *cash-flows* contratualizados; e
- nos termos contratados os ativos financeiros irão gerar, em datas determinadas, *cash-flows* que se substanciam somente no pagamento de reembolso de capital e juros relativos ao capital em dívida.

Os restantes instrumentos de dívida são mensurados subsequentemente ao justo valor.

Todos os investimentos financeiros de capital próprio são mensurados ao justo valor através da Demonstração de Rendimento Integral ou através de proveitos e perdas. Cada um dos instrumentos financeiros de capital próprio deve ser mensurado ao justo valor através de i) na Demonstração de Rendimento integral ou (ii) Proveitos e perdas (os instrumentos financeiros de capital próprio detidos devem ser mensurados ao justo valor com as respetivas variações sempre reconhecidas através de proveitos e perdas)

Passivos Financeiros:

As diferenças no justo valor de passivos financeiros ao justo valor através dos lucros ou prejuízos que resultem de alterações no risco de crédito da entidade devem ser apresentadas na Demonstração de rendimento integral. Todas as restantes alterações devem ser registadas nos lucros e perdas, exceto se a apre-

sentação das diferenças no justo valor resultantes do risco de crédito do passivo financeiro fossem suscetíveis de criar ou aumentar uma descompensação significativa nos resultados do período.

Todas as restantes regras de classificação e mensuramento relativamente a passivos financeiros existentes na IAS 39 permanecem inalteradas na IFRS 9 incluindo as regras da separação de derivados embutidos e o critério para serem reconhecidos ao justo valor por proveitos e perdas.

Esta norma é aplicável para exercícios iniciados em ou após 1 de janeiro de 2015. A aplicação antecipada é permitida desde que devidamente divulgada. A aplicação das disposições relativas aos passivos financeiros pode ser também antecipada desde que em simultâneo com as disposições relativas aos ativos financeiros.

A Companhia antecipa que esta norma terá impactos relevantes, os quais ainda não foram razoavelmente estimados.

IAS 19 R – Benefícios de Empregados (Emenda): Contribuições de empregados

Esta emenda aplica-se a contribuições de empregados ou terceiros para planos de benefícios definidos. Simplifica a contabilização das contribuições que sejam independentes do número de anos de prestação de serviço do empregado, como por exemplo, contribuições efetuadas pelo empregado que sejam calculadas com base numa percentagem fixa do salário, que sejam uma quantia fixa ao longo de todo o período de serviço ou uma quantia que dependa da idade do empregado. Tais contribuições passam a poder ser reconhecidas como uma redução dos custos do serviço no período em que o serviço é prestado.

As alterações são aplicáveis para os exercícios iniciados em ou após 1 de julho de 2014. A aplicação pode ser antecipada desde que divulgada. A aplicação é retrospetiva.

Da aplicação destas normas e interpretações não são esperados impactos relevantes para as Demonstrações financeiras da Companhia.

Melhorias anuais relativas ao ciclo 2010-2012

IFRS 13 Mensuração ao Justo valor

Clarifica que as contas a receber e as contas a pagar sem juro declarado podem ser mensuradas ao valor nominal quando o efeito do desconto é imaterial. Assim, a razão pela qual foram eliminados parágrafos da IAS 9 e IAS 39 nada teve que ver com alterações de mensuração mas sim com o facto de a situação em concreto ser imaterial e, por esse facto, não ser obrigatório o seu tratamento conforme já previsto na IAS 8.

IAS 16 Ativos fixos tangíveis

No caso de revalorização, a norma passa a prever a possibilidade de entidade poder optar entre proceder ao ajustamento do valor bruto com base em dados observáveis no mercado ou que possa alocar a variação, de forma proporcional, à alteração ocorrida no valor contabilístico sendo, em qualquer dos casos, obrigatória a eliminação das amortizações acumuladas por contrapartida do valor bruto do ativo. Estas alterações só se aplicam a revalorizações efetuadas no ano em que a alteração for aplicada pela primeira vez e ao período imediatamente anterior. Pode fazer a reexpressão para todos os períodos anteriores mas não é obrigada a fazê-lo. Contudo, se não fizer, deverá divulgar o critério usado nesses períodos.

IAS 24 Divulgações de Partes Relacionadas

Clarifica a definição de pessoal chave da gestão e altera os requisitos de divulgação associados.

IAS 38 Ativos intangíveis

No caso de revalorizações, a norma passa a prever a possibilidade de entidade poder optar entre proceder ao ajustamento do valor bruto com base em dados observáveis no mercado ou que possa alocar a variação, de forma proporcional, à alteração ocorrida no valor contabilístico sendo, em qualquer dos casos, obrigatória a eliminação das amortizações acumuladas por contrapartida do valor bruto do ativo. Estas alterações só se aplicam a revalorizações efetuadas no ano em que a alteração for aplicada pela primeira vez e ao período imediatamente anterior. Pode fazer a reexpressão para todos os períodos anteriores mas não é obrigada a fazê-lo. Contudo, se não fizer, deverá divulgar o critério usado nesses períodos.

As melhorias 2010-2012 são aplicáveis para os exercícios iniciados em ou após 1 de julho de 2014. A aplicação pode ser antecipada desde que divulgada. A aplicação é geralmente prospetiva.

Melhorias anuais relativas ao ciclo 2011-2013

IFRS 13 Mensuração ao Justo valor

Atualiza o parágrafo 52 no sentido de a exceção ao portefólio passar a incluir também outros contratos que estejam no âmbito ou sejam contabilizados de acordo com a IAS 39 ou a IFRS 9, independentemente de satisfazerem as definições de ativos financeiros ou passivos financeiros nos termos na IAS 32.

IAS 40 Propriedades de Investimento

Clarifica a inter-relação existente entre a IFRS 3 e a IAS 40 ao determinar se uma propriedade deve ser classificada como propriedades de investimento ou como propriedade ocupada pelo dono.

As melhorias 2011-2013 são aplicáveis para os exercícios iniciados em ou após 1 de julho de 2014. A aplicação pode ser antecipada desde que divulgada. A aplicação é geralmente prospetiva.

Lisboa, 10 de março de 2014

Manuela Mendes
(Técnico de Contas)

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

António Manuel Cardoso Belo
(Presidente)

Vítor Manuel da Silva Reis
(Vice-Presidente)

Pedro Ribeiro e Silva
(Vogal/Secretário)

Maria de Lurdes Ferreira
da Mata Soares Póvoas
(Vogal)



“ Faz que cada hora da tua vida seja bela.
O mínimo gesto é uma lembrança futura.”

Claude Aveline

INVENTÁRIO DE PARTICIPAÇÕES E INSTRUMENTOS FINANCEIROS 2013

ANEXO 1.1.

Euros

Código	Designação	Quantidade	Montante do valor nominal	% do valor nominal	Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	Valor de balanço	
							Unitário*	Total
1. Filiais, associadas, empreendimentos conjuntos e outras empresas participadas e participantes								
	1.1. Títulos nacionais							
	1.1.1. Partes de capital em filiais							
	1.1.2. Partes de capital em associadas							
	1.1.3. Partes de capital em empreendimentos conjuntos							
	1.1.4. Partes de capital em outras empresas participadas e participantes							
	Subtotal							
	1.1.5. Títulos de dívida de filiais							
	1.1.6. Títulos de dívida de associadas							
	1.1.7. Títulos de dívida de empreendimentos conjuntos							
	1.1.8. Títulos de dívida de outras empresas participadas e participantes							
	Subtotal							
	1.1.9. Outros títulos em filiais							
	1.1.10. Outros títulos em associadas							
	1.1.11. Outros títulos em empreendimentos conjuntos							
	1.1.12. Outros títulos de outras empresas participadas e participantes							
	Subtotal							
	Subtotal 1.1.							
	1.2. Títulos estrangeiros							
	1.2.1. Partes de capital em filiais							
	1.2.2. Partes de capital em associadas							
	1.2.3. Partes de capital em empreendimentos conjuntos							
	1.2.4. Partes de capital em outras empresas participadas e participantes							
	Subtotal							
	1.2.5. Títulos de dívida de filiais							
	1.2.6. Títulos de dívida de associadas							
	1.2.7. Títulos de dívida de empreendimentos conjuntos							
	1.2.8. Títulos de dívida de outras empresas participadas e participantes							
	Subtotal							
	1.2.9. Outros títulos em filiais							
	1.2.10. Outros títulos em associadas							
	1.2.11. Outros títulos em empreendimentos conjuntos							
	1.2.12. Outros títulos de outras empresas participadas e participantes							
	Subtotal							
	Subtotal 1.2.							
	Total 1.							

* Inclui o valor dos juros decorridos.

(Continua)

(Continuação)

Euros

Código	Designação	Quantidade	Montante do valor nominal	% do valor nominal	Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	Valor de balanço	
							Unitário*	Total
2. Outros								
2.1. Títulos nacionais								
2.1.1. Instrumentos de capital e unidades de participação								
2.1.1.1. Ações								
Subtotal								
2.1.1.2. Títulos de participação								
Subtotal								
2.1.1.3. Unidades de participação em fundos de investimento								
Subtotal								
2.1.1.4. Outros								
Subtotal								
Subtotal 2.1.1.								
2.1.2. Títulos de dívida								
2.1.2.1. De dívida pública								
PTOTE6OE0006	REPÚBLICA DE PORTUGAL 4,2 10/2016	1.700.000	1.700.000,00			1.552.610,00		1.636.513,20
PTOTEOE0021	REPÚBLICA DE PORTUGAL 4,95 10/2023	2.700.000	2.700.000,00			2.275.022,60		2.369.471,79
PTOTELOE0010	REPÚBLICA DE PORTUGAL 4,35 10/2017	23.900.000	23.900.000,00			22.500.317,33		23.215.786,48
PTOTEMOE0027	REPÚBLICA DE PORTUGAL 4,75 6/2019	18.300.000	18.300.000,00			16.108.612,69		17.229.181,03
PTOTENOE0018	REPÚBLICA DE PORTUGAL 4,45 6/2018	875.000	875.000,00			778.484,36		833.237,86
PTOTEYOE0007	REPÚBLICA DE PORTUGAL 3,85 4/2021	12.650.000	12.650.000,00			10.067.391,39		10.999.276,49
Subtotal		60.125.000	60.125.000,00			53.282.438,37		56.283.466,85
2.1.2.2. De outros emissores públicos								
Subtotal								
2.1.2.3. De outros emissores								
Subtotal								
Subtotal 2.1.2.		60.125.000	60.125.000,00			53.282.438,37		56.283.466,85
Subtotal 2.1.		60.125.000	60.125.000,00			53.282.438,37		56.283.466,85
2.2. Títulos estrangeiros								
2.2.1. Instrumentos de capital e unidades de participação								
2.2.1.1. Ações								
CH0012005267	NOVARTIS AG-REG	1.923			50,99	98.048,72	58,02	111.565,50
CH0012032048	ROCHE HOLDINGS AG	1.636			114,42	187.183,01	203,06	332.201,85
CH0038863350	NESTLÉ S.A. REGISTERED	4.157			35,28	146.651,94	53,21	221.189,20
DE0005557508	DEUTSCHE TELEKOM AG	14.119			9,68	136.742,18	12,43	175.499,17
DE0007037129	RWE AG	2.148			23,32	50.082,42	26,61	57.147,54
DE0007236101	SIEMENS AG	1.570			80,72	126.731,41	99,29	155.885,30
DE0008430026	MUENCHENER RUECKVER	792			113,92	90.225,82	160,15	126.838,80
DE000BAY0017	BAYER A.G.	3.344			54,44	182.037,97	101,95	340.920,80
DE000ENAG999	E.ON SE	5.557			15,07	83.766,61	13,41	74.547,15
ES0111845014	ABERTIS INFRAESTRUCTURAS S.A.	9.136			11,68	106.665,75	16,15	147.546,40
ES0113211835	BANCO BILBAO VIZCAYA ARGENTARIA	40.019			7,08	283.166,75	8,95	358.089,99
ES0113679137	BANKINTER	18.923			2,85	53.930,26	4,99	94.369,00
ES0113900J37	BANCO SANTANDER S.A.	84.476			5,61	474.327,24	6,51	549.600,84
ES0116870314	GAS NATURAL SDG S.A.	5.405			12,59	68.051,59	18,69	101.046,47

* Inclui o valor dos juros decorridos.

(Continua)

Código	Designação	Quantidade	Montante do valor nominal	% do valor nominal	Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	Valor de balanço	
							Unitário*	Total
ES0118594417	INDRA SISTEMAS S.A.	6.567			10,35	67.940,52	12,15	79.821,88
ES0130960018	ENAGAS	4.936			14,81	73.082,44	19,00	93.759,32
ES0144580Y14	IBERDROLA S.A.	100.177			3,83	383.405,48	4,63	464.320,39
ES0167050915	ACS ACTIVIDADES DE CONST. Y SE	5.005			21,19	106.077,93	25,02	125.225,10
ES0173093115	RED ELECTRICA DE ESPAÑA S.A.	1.966			32,76	64.400,12	48,50	95.351,00
ES0173516115	REPSOL YPF, S.A.	22.908			15,20	348.239,14	18,32	419.674,56
ES0178430E18	TELEFONICA, S.A.	17.335			11,94	206.918,66	11,83	205.159,72
ES0673516938	REPSOL YPF, S.A.	22.908			0,49	11.168,86	0,50	11.362,35
FR0000120172	CARREFOUR S.A.	1.224			22,65	27.725,49	28,81	35.263,44
FR0000120271	TOTAL S.A.	8.432			40,28	339.644,64	44,53	375.476,96
FR0000120578	SANOFI-AVENTIS	1.339			59,85	80.138,14	77,12	103.263,68
FR0000120644	GROUPE DANONE	2.796			48,39	135.312,02	52,32	146.286,72
FR0000125486	VINCI S.A.	949			39,14	37.147,43	47,72	45.286,28
FR0000127771	VIVENDI S.A.	4.624			16,64	76.964,24	19,16	88.572,72
FR0000131104	BNP PARIBAS PARIS	3.328			42,29	140.724,90	56,65	188.531,20
FR0000133308	ORANGE S.A.	11.869			8,96	106.365,12	9,00	106.821,00
FR0010208488	GAZ DE FRANCE	3.069			18,65	57.222,01	17,09	52.464,55
GB0005405286	HSBC HOLDINGS PLC	3.236			8,62	27.885,79	7,95	25.737,55
GB0009252882	GLAXOSMITHKLINE PLC	2.198			14,15	31.101,56	19,35	42.530,09
GB0031348658	BARCLAYS BANK PLC LONDON	7.920			3,49	27.657,46	3,27	25.861,44
GB00B03MLX29	ROYAL DUTCH SHELL PLC	1.794			21,53	38.630,18	25,91	46.473,57
GB00B16GWD56	VODAFONE GROUP	30.773			1,78	54.627,86	2,85	87.570,25
IT0003132476	ENI SPA	4.153			17,32	71.928,69	17,49	72.635,97
NL0000009355	UNILEVER PLC	6.321			25,87	163.540,63	29,27	185.047,27
	Subtotal	469.032				4.765.460,98		5.968.945,02
	2.2.2.2. Títulos de participação							
	Subtotal							
	2.2.2.3. Unidades de participação em fundos de investimento							
ES0122067038	FONDMAPFRE GARANTIZADO 1107 F.I.	56.226			6,88	386.916,59	7,58	426.325,71
ES0138394038	FONDMAPFRE GARANTIZADO 911 F.I.	0			0,00	0,19	0,00	0,06
ES0138395035	MAPFRE PUENTE GARANTÍA 5, F.I.	79.233			7,57	600.000,01	8,46	670.446,15
ES0138396033	FONDMAPFRE GARANTIZADO 1111, F.I.	73.182			1,90	138.904,63	2,31	169.104,69
ES0138444031	FONDMAPFRE GARANTIZADO 007 F.I.	64.827			6,17	400.099,00	6,23	403.971,52
ES0138599032	FONDMAPFRE GARANTIZADO 1104, F.I.	27.344			7,29	199.243,77	7,40	202.409,47
ES0138708039	MAPFRE PUENTE GARANTÍA 12, F.I.	8.807			14,52	127.862,57	14,69	129.394,59
ES0138725033	FONDMAPFRE GARANTIZADO 004 F.I.	22.259			8,01	178.185,70	8,94	199.072,25
ES0138777034	MAPFRE PUENTE GARANTIA 3, F.I.	2.643			7,32	19.353,00	7,84	20.717,87
ES0138901030	FONDMAPFRE BOLSA F.I.	8.320			20,92	174.033,66	26,97	224.440,78
ES0138902038	FONDMAPFRE CORTO PLAZO F.I.	210			1.510,97	317.015,94	1.510,50	316.917,95
ES0138903036	FONDMAPFRE RENTA F.I.	7.372			16,54	121.930,30	18,46	136.091,74
ES0138956034	MAPFRE PUENTE GARANTIA 10, F.I.	37			1.059,07	39.217,51	1.352,45	50.081,16
ES0165196033	FONDMAPFRE GARANTIZADO 011 F.I.	9.118			10,76	98.092,63	11,75	107.088,84
LU0043136406	CAPITAL INVESTMENT FUND	3.551			197,14	700.000,02	254,27	902.872,05
	Subtotal	363.129				3.500.855,52		3.958.934,83
	2.2.2.4. Outros							
	Subtotal							

* Inclui o valor dos juros decorridos.

(Continua)

Código	Designação	Quantidade	Montante do valor nominal	% do valor nominal	Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	Valor de balanço	
							Unitário*	Total
Subtotal 2.2.1.		832.161				8.266.316,50		9.927.879,85
2.2.2. Títulos de dívida								
2.2.2.1. De dívida pública								
ES0000011868	TESORO PÚBLICO 6 1/2029	675.000	675.000,00			695.317,62		812.421,09
ES0000011967	TESORO PÚBLICO 100 1/2022	4.200.000	4.200.000,00			3.032.073,07		3.022.399,12
ES00000120G4	TESORO PÚBLICO 3,15 1/2016	840.000	840.000,00			863.129,63		891.495,58
ES00000120J8	TESORO PÚBLICO 3,8 1/2017	1.970.000	1.970.000,00			1.924.720,72		2.142.332,54
ES00000120N0	TESORO PÚBLICO 4,9 7/2040	5.260.000	5.260.000,00			4.611.323,93		5.359.386,32
ES00000121S7	TESORO PÚBLICO 4,7 7/2041	25.000	25.000,00			24.943,70		24.666,43
ES00000122E5	TESORO PÚBLICO 4,65 7/2025	4.345.000	4.345.000,00			4.382.588,59		4.559.115,67
ES00000122T3	TESORO PÚBLICO 4,85 10/2020	300.000	300.000,00			267.795,00		327.728,77
ES00000123B9	TESORO PÚBLICO 5,5 4/2021	7.950.000	7.950.000,00			7.861.791,97		9.188.287,69
ES00000123C7	TESORO PÚBLICO 5,9 7/2026	2.320.000	2.320.000,00			2.281.108,22		2.708.801,03
ES00000123J2	TESORO PÚBLICO 4,25 10/2016	9.700.000	9.700.000,00			9.649.533,43		10.385.193,61
ES00000123K0	TESORO PÚBLICO 5,85 1/2022	2.365.000	2.365.000,00			2.457.739,81		2.818.109,88
ES00000123N4	TESORO PÚBLICO 100 1/2022	2.800.000	2.800.000,00			1.973.854,55		2.030.392,46
ES00000123Q7	TESORO PÚBLICO 4,5 1/2018	3.500.000	3.500.000,00			3.593.775,12		3.916.470,52
ES00000123X3	TESORO PÚBLICO 4,4 10/2023	1.725.000	1.725.000,00			1.765.592,50		1.775.158,47
ES0000012411	TESORO PÚBLICO 5,75 7/2032	1.950.000	1.950.000,00			1.918.422,88		2.251.839,69
ES00000124B7	TESORO PÚBLICO 3,75 10/2018	5.000.000	5.000.000,00			5.144.952,91		5.266.886,83
ES00000124C5	TESORO PÚBLICO 5,15 10/2028	420.000	420.000,00			445.565,40		447.483,42
ES00000124H4	TESORO PÚBLICO 5,15 10/2044	1.975.000	1.975.000,00			1.968.462,98		2.035.592,77
ES0000012619	TESORO PÚBLICO 100 7/2016	3.900.000	3.900.000,00			3.088.032,03		3.705.258,86
ES0000012726	TESORO PÚBLICO 100 7/2027	700.000	700.000,00			302.837,99		365.944,53
ES0000012767	TESORO PÚBLICO 100 7/2031	700.000	700.000,00			241.146,79		293.290,18
ES0000012783	TESORO PÚBLICO 5,5 7/2017	8.535.000	8.535.000,00			9.046.190,90		9.677.115,27
ES0000012932	TESORO PÚBLICO 4,2 1/2037	4.810.000	4.810.000,00			4.178.154,50		4.560.227,61
FR0120746609	REPÚBLICA DE FRANCIA 1 7/2017	500.000	500.000,00			500.845,30		506.509,45
IT0003256820	REPÚBLICA DE ITÁLIA 5,75 2/2033	350.000	350.000,00			380.965,12		407.641,03
IT0004273493	REPÚBLICA DE ITÁLIA 4,5 2/2018	1.500.000	1.500.000,00			1.563.270,00		1.649.336,10
IT0004423957	REPÚBLICA DE ITÁLIA 4,5 3/2019	4.500.000	4.500.000,00			4.609.260,00		4.936.593,88
Subtotal		82.815.000	82.815.000			78.773.394,66		86.065.678,80
2.2.2.2. De outros emissores públicos								
Subtotal								
2.2.2.3. De outros emissores								
ES0312360003	AYT CEDULAS CAJAS VI, FONDO TI 4 4/2014	3.300.000	3.300.000,00			3.211.521,53		3.421.424,55
ES0314950561	CAJA MADRID 100 3/2014	2.000.000	2.000.000,00			1.912.600,00		1.974.296,77
ES0314950694	BANCO FINANCIERO Y DE AHORROS 5,25 4/2016	850.000	850.000,00			914.260,00		940.904,45
ES0370148019	AYT CEDULAS CAJAS V, FONDO TIT 4,75 12/2018	500.000	500.000,00			486.000,00		538.322,90
ES0413211113	BANCO BILBAO VIZCAYA ARGENTARIA 3,25 1/2016	800.000	800.000,00			753.040,00		857.689,68
ES0413211204	BANCO BILBAO VIZCAYA ARGENTARIA 4,5 5/2014	700.000	700.000,00			721.199,45		729.613,16
ES0413211428	BANCO BILBAO VIZCAYA ARGENTARIA 4,75 2/2016	1.800.000	1.800.000,00			1.790.339,79		2.012.341,95
ES0413790074	BANCO POPULAR ESPAÑOL S.A. 4,125 4/2018	2.300.000	2.300.000,00			2.247.772,57		2.513.694,27
ES0413790116	BANCO POPULAR ESPAÑOL S.A. 4,25 9/2015	1.850.000	1.850.000,00			1.840.334,06		1.958.322,26
ES0414950784	BANKIA S.A. 3,5 11/2014	900.000	900.000,00			899.859,63		921.783,62
ES0414970246	CAIXABANK S.A. 3,625 1/2021	1.800.000	1.800.000,00			1.541.054,55		1.950.734,48
ES0414970303	CAIXABANK S.A. 4,5 1/2022	4.250.000	4.250.000,00			3.939.649,01		4.889.931,48
ES0414970402	CAIXABANK S.A. 4,625 6/2019	1.000.000	1.000.000,00			987.402,89		1.140.005,70

* Inclui o valor dos juros decorridos.

(Continua)

Código	Designação	Quantidade	Montante do valor nominal	% do valor nominal	Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	Valor de balanço	
							Unitário*	Total
ES0414970535	CAIXABANK S.A. 3,5 3/2016	600.000	600.000,00			575.862,46		645.194,76
ES0414970683	CAIXABANK S.A. 5,125 4/2016	3.000.000	3.000.000,00			3.014.400,00		3.367.172,77
ES0440609040	CAIXABANK S.A. 4 2/2017	1.000.000	1.000.000,00			931.745,83		1.108.118,37
ES0458759034	UNICAJA BANCO, S.A. 5,5 3/2016	3.300.000	3.300.000,00			3.297.090,00		3.694.515,87
FR0011318658	ELECTRICITE DE FRANCE 2,75 3/2023	900.000	900.000,00			893.349,00		919.316,58
NL0000122489	ING AMSTERDAM 5,25 6/2019	250.000	250.000,00			248.346,07		296.416,23
XS0148579153	E.ON INTERNATIONAL FIN. 6,375 5/2017	300.000	300.000,00			299.652,00		362.931,70
XS0335880463	JP MORGAN CHASE & CO. INC. 5,25 1/2015	250.000	250.000,00			247.059,48		274.597,94
XS0359388690	UBS AG LONDON 6 4/2018	930.000	930.000,00			1.038.164,99		1.143.651,25
XS0412842857	RWE FINANCE BV 6,5 8/2021	600.000	600.000,00			599.790,91		772.545,81
XS0432092137	CREDIT AGRICOLE S.A. 5,875 6/2019	1.000.000	1.000.000,00			1.118.385,46		1.186.364,18
XS0451457435	ENI SPA 4,125 9/2019	200.000	200.000,00			210.079,87		222.660,28
XS0469028582	NATIONAL AUSTRALIA BANK 3,5 1/2015	470.000	470.000,00			489.331,81		500.044,74
XS0482810958	BANK OF IRELAND 4 1/2015	5.300.000	5.300.000,00			5.286.644,00		5.659.411,60
XS0531068897	BBVA SENIOR FINANCE S.A.U 3,875 8/2015	1.200.000	1.200.000,00			1.197.524,38		1.269.084,88
XS0544695272	INSTITUTO DE CREDITO OFICIAL 4,125 9/2017	1.450.000	1.450.000,00			1.398.336,20		1.553.479,86
XS0555977312	INTESA SANPAOLO SPA 4 11/2018	300.000	300.000,00			298.719,00		319.683,23
XS0589735561	INSTITUTO DE CREDITO OFICIAL 4,375 3/2014	30.000	30.000,00			29.925,78		31.255,33
XS0599993622	INSTITUTO DE CREDITO OFICIAL 6 3/2021	1.000.000	1.000.000,00			989.000,00		1.188.413,05
XS0611398008	BARCLAYS BANK PLC LONDON 6,625 3/2022	1.100.000	1.100.000,00			1.240.835,74		1.354.744,24
XS0613543957	INSTITUTO DE CREDITO OFICIAL 5 7/2016	8.000.000	8.000.000,00			7.964.677,30		8.778.261,37
XS0627188468	GAS NATURAL CAPITAL MARKETS S.A. 5,375 5/2019	600.000	600.000,00			596.760,00		711.232,25
XS0733696495	REPSOL INTL. FINANCE 4,875 2/2019	2.900.000	2.900.000,00			2.903.075,00		3.359.940,67
XS0740606768	INSTITUTO DE CREDITO OFICIAL 4,875 2/2018	400.000	400.000,00			401.360,00		453.905,50
XS0765299572	ABN AMRO BANK N.V. AMSTERDAM 4,125 3/2022	740.000	740.000,00			792.022,00		842.504,54
XS0801636902	NORDEA BANK AB 3,25 7/2022	3.280.000	3.280.000,00			3.255.236,00		3.517.023,29
XS0828735893	SANTANDER INTERNATIONAL DEBT S 4,625 3/2016	100.000	100.000,00			105.960,00		110.442,90
XS0829125847	INSTITUTO DE CREDITO OFICIAL 4,5 3/2016	1.500.000	1.500.000,00			1.495.135,51		1.641.572,07
XS0834643727	ENAGAS FINANCIACIONES SAU 4,25 10/2017	500.000	500.000,00			513.140,91		551.393,83
XS0907289978	TELEFONICA EMISIONES SAU 3,961 3/2021	400.000	400.000,00			401.788,22		436.114,82
XS0914400246	GAS NATURAL FENOSA FINANCE BV 3,875 4/2022	300.000	300.000,00			300.375,00		325.807,74
XS0954025267	GE CAPITAL EUROPEAN FUNDING 2,25 7/2020	700.000	700.000,00			697.802,00		703.626,63
XS1002977103	BANK OF AMERICA CORP. 1,875 1/2019	240.000	240.000,00			238.828,80		238.775,46
	Subtotal	64.890.000	64.890.000,00			64.315.437,20		71.389.269,01
	Subtotal 2.2.2.	147.705.000	147.705.000,00			143.088.831,86		157.454.947,81
	Subtotal 2.2.	148.537.161	147.705.000,00			151.355.148,36		167.382.827,66
	2.3. Derivados de negociação							
	Subtotal 2.3.							
	2.4. Derivados de cobertura							
	Subtotal 2.4.							
	Total 2	208.662.161	207.830.000,00			204.637.586,73		223.666.294,51
	Total geral	208.662.161	207.830.000,00			204.637.586,73		223.666.294,51

* Inclui o valor dos juros decorridos.

“ O que interessa na vida não é prever os perigos das viagens; é tê-las feito.”
Agostinho Silva



INVENTÁRIO DE PARTICIPAÇÕES E INSTRUMENTOS FINANCEIROS 2012

ANEXO 1.2.

Euros

Código	Designação	Quantidade	Montante do valor nominal	% do valor nominal	Preço médio de aquisição	Valor de balanço		
						Valor total de aquisição	Unitário* Total	
1. Filiais, associadas, empreendimentos conjuntos e outras empresas participadas e participantes								
	1.1. Títulos nacionais							
	1.1.1. Partes de capital em filiais							
	1.1.2. Partes de capital em associadas							
	1.1.3. Partes de capital em empreendimentos conjuntos							
	1.1.4. Partes de capital em outras empresas participadas e participantes							
	Subtotal							
	1.1.5. Títulos de dívida de filiais							
	1.1.6. Títulos de dívida de associadas							
	1.1.7. Títulos de dívida de empreendimentos conjuntos							
	1.1.8. Títulos de dívida de outras empresas participadas e participantes							
	Subtotal							
	1.1.9. Outros títulos em filiais							
	1.1.10. Outros títulos em associadas							
	1.1.11. Outros títulos em empreendimentos conjuntos							
	1.1.12. Outros títulos de outras empresas participadas e participantes							
	Subtotal							
	Subtotal 1.1.							
	1.2. Títulos estrangeiros							
	1.2.1. Partes de capital em filiais							
	1.2.2. Partes de capital em associadas							
	1.2.3. Partes de capital em empreendimentos conjuntos							
	1.2.4. Partes de capital em outras empresas participadas e participantes							
	Subtotal							
	1.2.5. Títulos de dívida de filiais							
	1.2.6. Títulos de dívida de associadas							
	1.2.7. Títulos de dívida de empreendimentos conjuntos							
	1.2.8. Títulos de dívida de outras empresas participadas e participantes							
	Subtotal							
	1.2.9. Outros títulos em filiais							
	1.2.10. Outros títulos em associadas							
	1.2.11. Outros títulos em empreendimentos conjuntos							
	1.2.12. Outros títulos de outras empresas participadas e participantes							
	Subtotal							
	Subtotal 1.2.							
	Total 1.							

* Inclui o valor dos juros decorridos.

(Continua)

(Continuação)

Euros

Código	Designação	Quantidade	Montante do valor nominal	% do valor nominal	Preço médio de aquisição	Valor de balanço		
						Valor total de aquisição	Unitário*	Total
2. Outros								
2.1. Títulos nacionais								
2.1.1. Instrumentos de capital e unidades de participação								
2.1.1.1. Ações								
Subtotal								
2.1.1.2. Títulos de participação								
Subtotal								
2.1.1.3. Unidades de participação em fundos de investimento								
Subtotal								
2.1.1.4. Outros								
Subtotal								
Subtotal 2.1.1.								
2.1.2. Títulos de dívida								
2.1.2.1. De dívida pública								
PTOTE1OE0019	BO. REP. PORTUGAL 4,375% 06/14	200.000	200.000,00			194.985,44		202.505,20
PTOTE3OE0017	BO. REP. PORTUGAL 3,35% 10-15	3.100.000	3.100.000,00			2.803.453,82		2.939.727,02
PTOTE6OE0006	BO. REP. PORTUGAL 4,2% 10/16	1.700.000	1.700.000,00			1.552.610,00		1.611.535,85
PTOTEA0E0021	BO. REP. PORTUGAL 4,95% 10/23	2.700.000	2.700.000,00			2.275.022,60		2.344.734,10
PTOTEG0E0009	BO. REP. PORTUGAL 5,45% 09/13	55.000	55.000,00			56.016,25		56.089,43
PTOTELOE0010	BO. REP. PORTUGAL 4,35% 10/17	12.500.000	12.500.000,00			11.227.199,33		11.662.460,44
PTOTEMOE0027	BO. REP. PORTUGAL 4,75% 06/19	18.300.000	18.300.000,00			16.108.612,69		17.001.280,34
PTOTENOE0018	BO. REP. PORTUGAL 4,45% 06/18	875.000	875.000,00			778.484,36		821.404,71
PTOTEOOE0017	BO. REP. PORTUGAL 3,6% 10/14	8.100.000	8.100.000,00			7.629.019,38		7.927.328,17
PTOTEYOE0007	BO. REP. PORTUGAL 3,85% 04/21	12.650.000	12.650.000,00			10.067.391,39		10.792.063,17
Subtotal		60.180.000	60.180.000			52.692.795,26		55.359.128,43
2.1.2.2. De outros emissores públicos								
Subtotal								
2.1.2.3. De outros emissores								
Subtotal								
Subtotal 2.1.2.		60.180.000	60.180.000,00			52.692.795,26		55.359.128,43
Subtotal 2.1.		60.180.000	60.180.000,00			52.692.795,26		55.359.128,43
2.2. Títulos estrangeiros								
2.2.1. Instrumentos de capital e unidades de participação								
2.2.2.1. Ações								
CH0012005267	ACCS. NOVARTIS AG	971			42,40	41.166,84	47,59	46.209,35
CH0012032048	ACCS. ROCHE HOLDING AG	2.508			115,06	288.559,59	152,42	382.266,32
CH0038863350	ACCS. NESTLÉ S.A. – REG	3.294			30,27	99.694,43	49,37	162.626,20
DE0005557508	ACCS. DEUTSCHE TELEKOM	15.367			9,57	146.997,07	8,59	132.079,36
DE0007037129	ACCS. RWE AG	1.836			37,19	68.278,07	31,24	57.356,64
DE0007164600	ACCS. SAP AG	2.240			37,30	83.562,89	60,69	135.945,60
DE0007236101	ACCS. SIEMENS AG	549			75,87	41.653,42	82,20	45.127,80
DE0008430026	ACCS. MUENCHENER RUECKVER AG	1.177			104,38	122.858,81	136,00	160.072,00
DE000BAY0017	ACCS. BAYER AG	6.930			55,21	382.597,63	71,89	498.197,70
DE000ENAG999	ACCS. E.ON SE	19.351			19,03	368.275,36	14,09	272.655,59

* Inclui o valor dos juros decorridos.

(Continua)

Código	Designação	Quantidade	Montante do valor nominal	% do valor nominal	Preço médio de aquisição	Valor de balanço		
						Valor total de aquisição	Unitário*	Total
ES0111845014	ACCS. ABERTIS INFRASTRUCT S.A. (EX ACESA)	8.701			12,26	106.667,89	12,42	108.066,42
ES0113211835	ACCS. BBVA	34.795			7,67	266.946,57	6,96	242.173,20
ES0113679137	ACCS. BANKINTER	13.471			4,43	59.719,54	3,14	42.298,94
ES0113900137	ACCS. BANCO SANTANDER	15.926			5,81	92.468,23	6,10	97.148,60
ES0116870314	ACCS. GAS NATURAL SDG	5.405			12,59	68.051,59	13,58	73.399,90
ES0118594417	ACCS. INDRA SISTEMAS, S.A.	5.052			11,63	58.768,77	10,02	50.621,04
ES0130960018	ACCS. ENAGAS, S.A.	9.665			14,69	142.000,87	16,14	155.993,10
ES0144580Y14	ACCS. IBERDROLA	82.788			4,00	331.449,16	4,20	347.295,66
ES0167050915	ACCS. ACS	6.984			22,37	156.244,28	19,04	132.975,36
ES0173093115	ACCS. REDESA – RED ELECTRICA CORPORACION	2.375			28,40	67.460,03	37,30	88.587,50
ES0173516115	ACCS. REPSOL S.A.	15.202			15,46	235.003,79	15,33	233.122,66
ES0178430E18	ACCS. TELEFONICA S.A.	48.759			15,04	733.522,36	10,19	496.854,21
ES0673516912	DCHOS. REPSOL 01/13	15.202			0,47	7.190,53	0,46	7.023,31
FR0000120271	ACCS. TOTAL S.A.	8.242			39,41	324.818,48	39,01	321.520,42
FR0000120578	ACCS. SANOFI	1.547			49,40	76.419,64	71,39	110.440,33
FR0000120644	ACCS. DANONE	2.493			48,00	119.664,50	49,90	124.413,16
FR0000125486	ACCS. VINCI S.A.	949			39,14	37.147,43	35,96	34.126,04
FR0000127771	ACCS. VIVENDI UNIVERSAL	6.343			16,64	105.576,15	16,95	107.513,85
FR0000131104	ACCS. BNP PARIBAS	3.143			39,58	124.391,28	42,58	133.844,65
FR0000133308	ACCS. FRANCE TELECOM	16.930			12,36	209.250,83	8,34	141.179,26
FR0010208488	ACCS. GDF SUEZ	11.078			22,63	250.713,04	15,58	172.539,85
GB0009252882	ACCS. GLAXOSMITHKLINE	4.220			14,20	59.929,58	16,36	69.031,96
GB00B03MLX29	ACCS. ROYAL DUTCH SHELL PLC-A	1.980			21,53	42.635,31	25,98	51.430,50
GB00B16GWD56	ACCS. VODAFONE GROUP	30.773			1,78	54.627,86	1,89	58.239,04
IT0003128367	ACCS. ENEL SPA	15.583			3,45	53.825,37	3,14	48.899,45
IT0003132476	ACCS. ENI SPA	21.014			17,76	373.109,83	18,34	385.396,76
NL0000009355	ACCS. UNILEVER EUR	2.398			20,84	49.978,16	28,84	69.146,33
	Subtotal	445.241				5.851.225,18		5.795.818,06
	2.2.2.2. Títulos de participação							
	Subtotal							
	2.2.2.3. Unidades de participação em fundos de investimento							
ES0138902038	P/F. FONDMAPFRE CORTO PLAZO F.I.	756			1.490,87	1.127.720,65	1.498,57	1.133.546,67
LU0043136406	P/ CAPINVEST SPAIN	3.551			197,14	700.000,02	267,37	949.388,05
ES0138901030	P/F. BOLSA F.I.	8.320			20,92	174.033,66	23,25	193.422,46
ES0138777034	P/F. MAPFRE PUENTE DE GARANTIA 3 F.I.	2.643			7,32	19.353,00	7,49	19.790,28
ES0165196033	P/F. GARANTIZADO 011 F.I.	10.122			10,76	108.894,22	11,34	114.803,39
ES0138708039	P/F. GARANTIZADO 907 F.I.	96.967			14,22	1.378.697,12	14,46	1.402.551,74
ES0138394038	P/F. FONDMAPFRE GARANTIZADO 911 F.I.	214.467			7,79	1.671.032,40	7,11	1.525.779,55
ES0138352036	P/F. FONDMAPFRE GARANTIZADO 811 F.I.	33.138			7,56	250.659,12	7,73	256.273,96
ES0138353034	P/F. FONDMAPFRE GARANTIZADO 904, F.I.	112.054			7,73	866.378,61	7,87	882.180,87
ES0138444031	P/F. GARANTIZADO 007 F.I.	74.427			6,17	459.347,83	6,06	451.229,83
ES0138599032	P/F. GARANTIZADO 1104 F.I.	30.634			7,29	223.216,62	7,30	223.650,68
ES0122067038	P/F. GARANTIZADO 1107 F.I.	64.281			6,88	442.346,40	6,93	445.336,60
ES0138725033	P/F. GARANTIZADO 004 F.I.	22.259			8,01	178.185,70	8,64	192.258,46
ES0138396033	P/F. GARANTIZADO 707 F.I.	152.362			1,90	289.194,65	2,05	311.672,99
ES0138956034	P/F. MAPFRE PUENTE GARANTIA 10 F.I.	37			1.059,07	39.217,51	1.277,56	47.307,93
ES0138395035	P/F. FONDMAPFRE GARANTIZADO 807 F.I.	79.233			7,57	600.000,00	7,85	621.820,74
ES0138903036	P/F. RENTA F.I.	7.372			16,54	121.930,30	17,53	129.206,07
	Subtotal	912.624				8.650.207,81		8.900.220,27
	2.2.2.4. Outros							
	Subtotal							
	Subtotal 2.2.1.	1.357.865				14.501.432,99		14.696.038,33

* Inclui o valor dos juros decorridos.

(Continua)

Código	Designação	Quantidade	Montante do valor nominal	% do valor nominal	Preço médio de aquisição	Valor de balanço	
						Valor total de aquisição	Unitário* Total
	2.2.2. Títulos de dívida						
	2.2.2.1. De dívida pública						
ES0000011868	OB. EST. SEG. 6% 01/29	1.275.000	1.275.000,00			1.380.569,00	1.397.377,81
ES0000012098	OB. EST. SEG. 4,75% 07/14	1.230.000	1.230.000,00			1.266.043,25	1.292.458,33
ES00000120J8	OB. EST. SEG. 3,80% 01/17	1.970.000	1.970.000,00			1.924.720,72	2.032.545,20
ES00000120N0	BO. EST. SEG. 4,90% 07/40	2.860.000	2.860.000,00			2.456.703,64	2.573.700,27
ES00000121S7	OB. EST. SEG. 4,70% 07/41	50.000	50.000,00			49.900,52	43.858,44
ES00000122E5	OB. EST. SEG. 4,65% 07/25	945.000	945.000,00			889.088,59	882.780,82
ES00000122R7	OB. EST. SEG. 2,5% 10/13	2.500.000	2.500.000,00			2.486.953,00	2.517.311,65
ES00000122T3	BO. EST. SEG. 4,85% 10/20	300.000	300.000,00			267.795,00	300.116,48
ES00000123B9	OB. EST. SEG. 5,50% 04/21	5.430.000	5.430.000,00			5.035.982,93	5.761.958,50
ES00000123C7	OB. EST. SEG. 5,9% 07/26	3.780.000	3.780.000,00			3.686.736,48	3.967.836,69
ES00000123J2	BO. EST. SEG. 4,25% 10/16	12.550.000	12.550.000,00			12.500.960,82	12.851.606,53
ES00000123K0	BO. EST. SEG. 5,85% 01/22	2.265.000	2.265.000,00			2.287.625,04	2.485.553,49
ES0000012411	OB. EST. SEG. 5,75% 07/32	2.025.000	2.025.000,00			2.005.958,02	2.087.211,20
ES0000012619	CUPON SEG. D.E. 07-16	3.900.000	3.900.000,00			3.088.032,03	3.406.234,09
ES0000012726	CUPON SEG. D.E. 07/27	700.000	700.000,00			302.837,99	297.804,53
ES0000012767	CUPON SEG. D.E. 07/31	700.000	700.000,00			241.146,79	237.389,43
ES0000012783	OB. EST. SEG. 5,50% 07/17	6.255.000	6.255.000,00			6.528.478,75	6.784.853,14
ES0000012932	OB. EST. SEG. 4,20% 01/37	1.085.000	1.085.000,00			901.569,50	903.224,97
FR0120746609	BO. REP. FRANCIA 1% 07/17	950.000	950.000,00			951.610,30	970.248,01
IT0003256820	BO. REP. ITALIA 5,75% 02/33	350.000	350.000,00			383.063,17	390.082,12
IT0004273493	BO. REP. ITALIA 4,50% 02/18	1.500.000	1.500.000,00			1.563.270,00	1.611.130,01
IT0004423957	BO. REP. ITALIA 4,5% 03/19	4.500.000	4.500.000,00			4.609.260,00	4.776.290,03
	Subtotal	57.120.000	57.120.000			54.808.305,54	57.571.571,74
	2.2.2.2. De outros emissores públicos						
	Subtotal						
	2.2.2.3. De outros emissores						
ES0312360003	BON. TIT HIP AYT CED CAJAS VI 4% 04/14	4.300.000	4.300.000,00			4.197.026,53	4.372.293,29
ES0314950561	BO. CAJA MADRID CPN 0 03-14	2.000.000	2.000.000,00			1.912.600,00	1.698.305,52
ES0314970163	BO. LA CAIXA 3,75% 11/13	200.000	200.000,00			199.870,00	203.286,24
ES0370148019	BON. TIT HIP AYT CED CAJAS V 4,75% 12/18	500.000	500.000,00			486.000,00	466.786,49
ES0413211113	CED. HIP. BBVA 3,25% 01/16	800.000	800.000,00			753.040,00	836.714,87
ES0413211204	CED. TERRITORIALES BBVA 4,50% 05/14	700.000	700.000,00			723.240,00	738.371,76
ES0413211428	CED. HIP. BBVA 4,75% 02/16	1.800.000	1.800.000,00			1.790.339,79	1.978.700,05
ES0413440308	CED. HIP. BANESTO 4,75% 01/17	500.000	500.000,00			498.905,00	536.509,69
ES0413770001	CED. BANCO PASTOR 3,75% 03/15	1.100.000	1.100.000,00			1.109.267,50	1.135.356,28
ES0413790074	CED. HIP. BANCO POPULAR 4,125% 04/18	2.300.000	2.300.000,00			2.247.772,57	2.343.784,37
ES0413790108	CED. HIP. BANCO POPULAR 3,50% 09/13	800.000	800.000,00			799.344,00	812.232,75
ES0413790116	CED. HIP. BANCO POPULAR 4,25% 09/15	1.850.000	1.850.000,00			1.837.767,61	1.889.093,58
ES0414840308	CED. HIP. CAJA CATALUÑA 4,875% 06/17	1.000.000	1.000.000,00			1.001.137,49	959.539,84
ES0414950784	CED. HIP. CAJAMADRID 3,5% 11/14	900.000	900.000,00			899.859,63	881.909,60
ES0414970246	CED. HIP. LA CAIXA 3,625% 01/21	1.800.000	1.800.000,00			1.541.054,55	1.734.028,71
ES0414970303	CED. HIP. LA CAIXA 4,5% 01/22	4.250.000	4.250.000,00			3.939.649,01	4.336.071,61
ES0414970402	CED. HIP. LA CAIXA 4,625% 06/19	1.000.000	1.000.000,00			987.402,89	1.046.307,26
ES0414970535	CED. HIP. LA CAIXA 3,5% 03/16	600.000	600.000,00			565.268,84	617.526,18
ES0414970683	CED. HIP. LA CAIXA 5,125% 04/16	3.000.000	3.000.000,00			3.014.400,00	3.264.931,18
ES0440609040	CED. HIP. LA CAIXA 4 % 02/17	1.000.000	1.000.000,00			917.500,00	1.043.252,78
ES0458759034	CED. HIP. UNICAJA 5,5% 03/16	3.300.000	3.300.000,00			3.297.090,00	3.513.398,49
FR0011318658	EUROB. ELECTRICITE DE FRANCE 2,75% 03/23	900.000	900.000,00			893.349,00	924.928,60
NL0000122489	EUROB. ING BANK NV 5,25% 06/19	250.000	250.000,00			248.346,07	290.178,74
XS0148579153	EUROB. EON INT FIN 6,375% 05/17	300.000	300.000,00			299.652,00	379.005,27
XS0180772484	EUROB. THE ROYAL BANK OF SCOT 4,75% 01/14	200.000	200.000,00			207.880,00	217.042,39

* Inclui o valor dos juros decorridos.

(Continua)

Código	Designação	Quantidade	Montante do valor nominal	% do valor nominal	Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	Valor de balanço
						Unitário*	Total
XS0250172003	EUROB. BBVA SENIOR FINANCE S.A. 4 % 04/13	400.000	400.000,00			400.851,23	413.946,16
XS0302633168	EUROB. MERRILL LYNCH 4,875% 05/14	400.000	400.000,00			411.040,00	432.318,03
XS0327533617	EUROB.SANTANDER ISSUANCES 5,435% 10/17	100.000	100.000,00			96.123,00	85.848,54
XS0335880463	EUROB. JP MORGAN CHASE 5,25% 01/15	250.000	250.000,00			247.059,48	285.291,61
XS0342289575	EUROB. BARCLAYS BANK PLC 6% 01/18	1.100.000	1.100.000,00			1.113.270,00	1.310.610,10
XS0359388690	EUROB. UBS AG LONDON 6% 04/18	930.000	930.000,00			1.038.164,99	1.189.315,70
XS0412842857	EUROB. RWE FINANCE BV 6,5% 08/21	600.000	600.000,00			599.790,91	822.090,57
XS0432092137	EUROB. CREDIT AGRICOLE S.A. 5,875% 06/16	1.000.000	1.000.000,00			1.118.385,46	1.179.508,32
XS0451457435	EUROB. ENI SPA 4,125% 09/19	200.000	200.000,00			212.400,00	228.333,46
XS0469028582	EUROB. NATL AUSTRALIA BANK 3,5% 01/15	470.000	470.000,00			489.331,81	512.769,93
XS0482810958	BO. BANCO DE IRLANDA 4% 01/15	5.300.000	5.300.000,00			5.286.644,00	5.512.555,47
XS0531068897	EUROB. BBVA SENIOR FINANCE 3,875% 8/15	1.200.000	1.200.000,00			1.195.905,00	1.236.556,23
XS0544695272	EUROB. ICO 4,125% 09/17	1.450.000	1.450.000,00			1.398.336,20	1.452.357,52
XS0555977312	EUROB. INTESA SANPAOLO SPA 4% 11/18	300.000	300.000,00			298.719,00	309.586,50
XS0589735561	EUROB. ICO 4,375% 03/14	30.000	30.000,00			29.925,78	31.567,64
XS0599993622	EUROB. ICO 6% 03/21	1.000.000	1.000.000,00			989.000,00	1.081.768,78
XS0613543957	EUROB. ICO 5% 07/16	8.000.000	8.000.000,00			7.960.140,00	8.465.654,38
XS0627188468	EUROB. GAS NATURAL CAP 5,375% 05/19	600.000	600.000,00			596.760,00	689.225,80
XS0733696495	EUROB. REPSOL INT FINANCE 4,875% 02/19	2.900.000	2.900.000,00			2.903.075,00	3.370.812,94
XS0740606768	EUROB. ICO 4,875% 02/18	400.000	400.000,00			401.360,00	424.428,57
XS0765299572	EUROB. ABN AMRO BANK 4,125% 03/22	740.000	740.000,00			792.022,00	868.209,99
XS0794230507	EUROB. GE CAP EURO FUND 2,875% 06/19	661.000	661.000,00			659.433,43	718.231,14
XS0801636902	EUROB. NORDEA BANK AB 3.25% 07/22	3.280.000	3.280.000,00			3.255.236,00	3.617.840,70
XS0829125847	EUROB. ICO 4,5% 03/16	1.700.000	1.700.000,00			1.694.649,51	1.749.257,27
XS0829360923	EUROB. GAS NATURAL CAPITAL 6% 01/20	300.000	300.000,00			302.550,00	347.891,96
XS0834643727	EUROB. ENAGAS FINAN SAU 4,25% 10/17	500.000	500.000,00			514.350,00	531.855,25
XS0842214818	TELEFONICA EMISIONES SAU 4,71% 01/20	100.000	100.000,00			101.267,57	109.689,12
	Subtotal	69.261.000	69.261.000,00			68.473.552,85	
	Subtotal 2.2.2.	126.381.000	126.381.000,00			123.281.858,39	
	Subtotal 2.2.	127.738.865	126.381.000,00			137.783.291,38	73.197.077,22
	2.3. Derivados de negociação						130.768.648,96
	Subtotal 2.3.						145.464.687,29
	2.4. Derivados de cobertura						
	Subtotal 2.4.						
	Total 2.	187.918.865	186.561.000,00			190.476.086,64	200.823.815,72
	Total geral	187.918.865	186.561.000,00			190.476.086,64	200.823.815,72

* Inclui o valor dos juros decorridos.



“ Uma vida só tem história do princípio para o fim, se a tiver do fim para o princípio. ”

Vergílio Ferreira

DESENVOLVIMENTO DA PROVISÃO PARA SINISTROS RELATIVA A SINISTROS OCORRIDOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES E DOS SEUS REAJUSTAMENTOS (CORREÇÕES)

ANEXO 2.1.

Euros

Ramos/Grupos de ramos	Provisão para sinistros em 31/12/2012 (1)	Custos com sinistros* montantes pagos no exercício (2)	Provisão para sinistros* em 31/12/2013 (3)	Reajustamentos (3)+(2)-(1)
Vida	6.189.282,07	3.483.137,92	2.928.418,87	222.274,72
Não Vida				
Acidentes e doença				
Incêndio e outros danos				
Automóvel				
Responsabilidade civil				
Outras coberturas				
Marítimo, aéreo e transportes				
Responsabilidade civil geral				
Crédito e caução				
Proteção jurídica				
Assistência				
Diversos				
Total Não Vida	0,00	0,00	0,00	0,00
Total geral	6.189.282,07	3.483.137,92	2.928.418,87	222.274,72

* Sinistros ocorridos no ano 2012 e anteriores.

ANEXO 2.2.

Euros

Ramos/Grupos de ramos	Provisão para sinistros em 31/12/2011 (1)	Custos com sinistros* montantes pagos no exercício (2)	Provisão para sinistros* em 31/12/2012 (3)	Reajustamentos (3)+(2)-(1)
Vida	6.492.371,59	4.139.586,67	2.551.289,85	198.504,93
Não Vida				
Acidentes e doença				
Incêndio e outros danos				
Automóvel				
Responsabilidade civil				
Outras coberturas				
Marítimo, aéreo e transportes				
Responsabilidade civil geral				
Crédito e caução				
Proteção jurídica				
Assistência				
Diversos				
Total Não Vida	0,00	0,00	0,00	0,00
Total geral	6.492.371,59	4.139.586,67	2.551.289,85	198.504,93

* Sinistros ocorridos no ano 2011 e anteriores.

5

CERTIFICAÇÃO
LEGAL DAS CONTAS
E RELATÓRIO
E PARECER DO
CONSELHO FISCAL





**Ernst & Young
Audit & Associados - SROC, S.A.**
Avenida da República, 90-6º
1600-206 Lisboa
Portugal

Tel: +351 217 912 000
Fax: +351 217 957 586
www.ey.com

Certificação Legal das Contas

Introdução

1. Examinámos as demonstrações financeiras anexas da Mapfre Seguros de Vida, S.A. ("Companhia"), as quais compreendem a Demonstração da Posição Financeira em 31 de Dezembro de 2013 (que evidencia um total de activo de 237.429.669,70 Euros e um total de capital próprio de 20.183.234,42 Euros, incluindo um resultado líquido de 677.730,24 Euros), a Conta de Ganhos e Perdas, as Demonstrações do Rendimento Integral, de Variações nos Capitais Próprios e de Fluxos de Caixa do exercício findo naquela data, e as correspondentes Notas e Anexos.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Companhia, o resultado e o rendimento integral das suas operações, as variações no seu capital próprio e os seus fluxos de caixa, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.
3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

Âmbito

4. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:

a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação;

- a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
 - a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e
 - a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.
5. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da Informação financeira constante do Relatório de Gestão com as demonstrações financeiras.
6. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Opinião

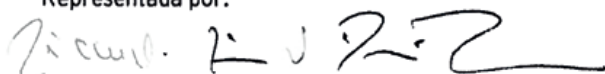
7. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira da Mapfre Seguros de Vida, S.A., em 31 de Dezembro de 2013, o resultado e o rendimento integral das suas operações, as variações no seu capital próprio e os seus fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites para o sector segurador em Portugal, estabelecidos pelo Plano de Contas aprovado pela Norma Regulamentar nº 4/2007 de 27 de Abril e respectivas alterações subsequentes.

Relato sobre outros requisitos legais

8. É também nossa opinião que a informação constante do Relatório de Gestão é concordante com as demonstrações financeiras do exercício.

Lisboa, 11 de Março de 2014

Ernst & Young Audit & Associados - SROC, S.A.
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas (nº 178)
Representada por:



Ricardo Filipe de Frias Pinheiro (ROC nº 739)

152
J

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

Nos termos da lei em vigor, o Conselho Fiscal da MAPFRE Seguros de Vida, S.A., vem apresentar o relatório da atividade por si desenvolvido no exercício de dois mil e treze bem assim, emitir parecer sobre os documentos de prestação de contas do mesmo exercício.

O Conselho Fiscal recebeu oportunamente a certificação legal de contas elaborada por Ernst & Young, a qual lhe mereceu acordo.

O Conselho Fiscal constatou que em dois mil e treze, a Produção ainda conseguiu registar um assinalável crescimento, suportado, sobretudo, pelo segmento dos PPR (Plano Poupança Reforma).

O relatório de gestão foi também objeto de análise, não sendo merecedor de qualquer reparo por parte deste Conselho, o mesmo se aplicando à proposta de aplicação de resultados.

Sendo assim e tendo em consideração a opinião constante da certificação legal de contas, o Conselho Fiscal emite o parecer seguinte:

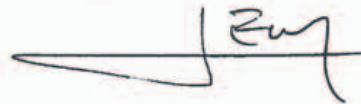
1. Que sejam aprovados o relatório de gestão e as demonstrações financeiras do exercício de dois mil e treze;

2. Que seja aprovada a proposta de aplicação de resultados do exercício de dois mil e treze.

3. Que aos membros do Conselho de Administração seja concedido um louvor pela forma como exerceram a sua actividade.

Lisboa, 27 de fevereiro de 2014

O CONSELHO FISCAL



RELATÓRIO E CONTAS MAPFRE SEGUROS DE VIDA, S.A. 2013

MAPFRE – Seguros de Vida, S.A.

Rua Castilho, 52
1250-071 Lisboa
Tel.: +351 213 819 700
Fax: +351 213 819 799

mapfre.pt